

GRUPO ESCOLAR E ESPAÇO ARQUITETÔNICO:

UM ESTUDO SOBRE OS DISPOSITIVOS MATERIAIS DE PRODUÇÃO DA ESCOLA GRADUADA (1893-1917)



MOZART DE ARAÚJO JÚNIOR

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MOZART DE ARAÚJO JÚNIOR

GRUPO ESCOLAR E ESPAÇO ARQUITETÔNICO: UM ESTUDO
SOBRE OS DISPOSITIVOS MATERIAIS DE PRODUÇÃO DA
ESCOLA GRADUADA (1893-1917)

Sorocaba/SP
2007

MOZART DE ARAÚJO JÚNIOR

**GRUPO ESCOLAR E ESPAÇO ARQUITETÔNICO: UM ESTUDO
SOBRE OS DISPOSITIVOS MATERIAIS DE PRODUÇÃO DA
ESCOLA GRADUADA (1893-1917)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Maria Chagas de Carvalho

**SOROCABA/SP
2007**

Mozart de Araújo Júnior

**GRUPO ESCOLAR E ESPAÇO ARQUITETÔNICO: UM ESTUDO
SOBRE OS DISPOSITIVOS MATERIAIS DE PRODUÇÃO DA
ESCOLA GRADUADA (1893-1917)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Ass.

1º Exam.: Profª. Drª. Rosa Fátima de Souza – UNESP/Araraquara/SP.

Ass.

2º Exam.: Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira – UNISO/Sorocaba/SP.

Dedico esse trabalho a minha irmã Verônica, sem a qual seria impossível sua realização. Dedico ainda as grandes amigas e de certa forma colaboradoras: Básucia, Beatriz, Tereza e Penélope, de quem tenho muita saudade dos momentos de alegria antes e durante o percurso deste trabalho

“Aqui o espaço é tudo, pois o tempo já não anima a memória. A memória – coisa estranha! – não registra a duração concreta”.
(BACHELARD, 1993).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Professora Doutora Marta Maria Chagas de Carvalho pela persistência, paciência, conselhos e incentivo.

Agradeço à Professora Doutora Rosa Fátima de Souza que muito me honrou por aceitar o convite para participar da banca de qualificação, colaborando com fortes mudanças positivas ao trabalho.

Um agradecimento especial ao Professor Doutor Luiz Carlos Barreira por toda a atenção dispensada desde a primeira indicação bibliográfica até a correção e orientação de todo o trabalho durante a qualificação.

Aos amigos que fiz e que já sinto saudade: Margli, Adriana, Adrianinha, Cristina, Luciá. A amiga Silvana DVI. Ao amigo Clayton.

Ao Professor Doutor Fernando Cassadei pelo interesse e carinho.

Ao Professor Doutor José Luiz Sanfelice pelas melhores aulas que tive.

Um agradecimento mais que especial aos meus pais, que mesmo não estando presente, participaram intensamente (...).

Espero muito que não tenham se decepcionado. Muito obrigado a todos!

RESUMO

Esse trabalho tem o intuito de estudar a construção dos Grupos Escolares na cidade de São Paulo entre 1893 e 1917, período esse identificado pela construção de quatro edifícios escolhidos para essa análise e que encontra-se inserido ao período da Primeira República do Brasil.

Tendo esse período como limite devemos observar dentro do panorama da cidade e investigar a concepção arquitetônica e propostas pedagógicas, com isso entender como era conceber um edifício escolar obedecendo as prescrições dos Códigos Sanitários, Regimentos Internos das escolas Públicas, Código de Posturas da Cidade de São Paulo e as algumas questões pedagógicas.

Entender a implantação e localização do edifício dentro da malha urbana através da sua localização nos mapas da cidade. Conhecer os bairros onde os edifícios estavam implantados e a que população ele atendia. Analisar o projeto do edifício escolar dentro de cada espaço determinado no projeto contrapondo com a legislação do período e teorias pedagógicas.

PALAVRAS-CHAVES: Arquitetura, Arquitetura-Educação, Grupo Escolar, Arquitetura Escolar, Arquitetura Escolar na Primeira República no Brasil, Espaço Escolar.

Abstract

This job has the objective of studying the construction of the school groups in Sao Paulo's city between 1893 and 1917, this period is identified by the construction of four building chosen for this analysis and they are from the period of the first Brazilian Republic.

Limited to this period, we will be observe in this view of the city and we will be investigate the architectural design and education proposal, So, to understand how was to design a school building obeying the requirements of the Codes Health, Internal Regiments Public schools, Code Positions in Sao Paulo's city and some pedagogical issues.

To understanding the deployment and location of the building within the urban network through its location on maps of the city. To knowing neighborhoods where buildings were built and people that he cared. To analyzing the design of the school building within each specific space in the proposed contrasting with the legislation of the period and pedagogical theories.

KEY WORD: Architecture, Architecture for Education, School Group, Architecture School, Architecture School in the First Brazilian Republic, Area School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	15
O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	15
CAPÍTULO II	33
OS GRUPOS ESCOLARES E SEU ENTORNO.....	33
2.1 - A cidade de São Paulo: um breve histórico do seu processo de urbanização.	33
2.2 - Brás, Mooca e Avenida Paulista	39
2.3 - A localização dos Grupos Escolares.	47
2.4 – Implantação dos edifícios dos Grupos Escolares.....	56
CAPÍTULO III	63
DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA DOS GRUPOS ESCOLARES.	63
3.1 – Grupo Escolar Romão Puiggari - 1898	70
3.2 – Grupo Escolar Padre Anchieta - 1911.....	87
3.3 – Grupo Escolar da Várzea do Carmo - 1913	99
3.4 – Grupo Escolar Rodrigues Alves – 1917	111
CAPÍTULO IV.....	118
ANÁLISE DO ESPAÇO PROJETADO DOS GRUPOS ESCOLARES: DISTRIBUIÇÃO, USOS, CÓDIGOS SANITÁRIOS E LEGISLAÇÃO.....	118
4.1 - Sala de aula.....	119
4.2 - O gabinete do diretor	140
4.3 - Corredores	144
4.4 - Pátio Interno	146
4.5 - Escadas.....	150
4.6 – Fachadas.....	152
4.7 – Salão de Ginástica.....	155
4.8 – Sala de professores.....	158
4.9 - Muros e grades	161
4.10 – Banheiros	163
4.11 – Vestíbulo dos professores.....	165
4.12 – Vestíbulo dos alunos.....	168

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
BIBLIOGRAFIA	180
ANEXO “A”	192
Código de Posturas do Município de São Paulo – 1886.	192
ANEXO “B”	193
Código Sanitário de 1894.....	193
ANEXO “C”	194
Relação dos Grupos Escolares Existentes de Propriedade do Estado na Capital e no Interior.	194
ANEXO “D”	195
Desenhos do Terceiro Grupo Escolar do Braz – Grupo Escolar Padre Anchieta.....	195
ANEXO “E”	196
Desenhos do Grupo Escolar de Avenida – Grupo Escolar Rodrigues Alves..	196
ANEXO “F”	197
Desenhos do Primeiro Grupo Escolar do Braz – Grupo Escolar Romão Puiggari.....	197
ANEXO “G”	198
Desenhos do Grupo Escolar da Várzea do Carmo.	198
ANEXO “H”	199
Mapa da Cidade de São Paulo – 1881.	199
ANEXO “I”	200
Mapa da Cidade de São Paulo – 1907.	200
ANEXO “J”	201
Mapa da Cidade de São Paulo – Sem Data.	201
ANEXO “K”	202
Mapa da Cidade de São Paulo – 1897.	202
ANEXO “L”	203

Mapa da Cidade de São Paulo (1881/1907) – Localização dos Grupos Escolares.	203
ANEXO “M”	204
Regimento Interno das Escolas Públicas – 1894.....	204
ANEXO “N”	205
Código Sanitário – 1912.....	205
ANEXO “O”.....	206
Código Sanitário – 1918.....	206

INTRODUÇÃO

Os dispositivos materiais envolvidos na edificação de Grupos Escolares na cidade de São Paulo, nas décadas iniciais da Primeira República, constituem o objeto fundamental deste estudo. Discutir os aspectos materiais e as características físicas do projeto arquitetônico, são, segundo julgamos, uma tarefa importante a contribuir para o conhecimento histórico da época. Em São Paulo, a preocupação pública com a construção de edifícios que se destinassem especificamente ao funcionamento de escola graduada surgiu ao final do século XIX, quando então se instaurava no país o regime republicano. Como observa:

(...) em determinado momento, políticos e educadores passaram a considerar indispensável a existência de casas escolares para a educação de crianças, isto é, passaram a advogar a necessidade de espaços edificados expressamente para o serviço escolar. Esse momento coincide com as décadas finais do século XIX e com os projetos republicanos de difusão da educação popular (SOUZA, 1998, p.122).

Os republicanos, então interessados na questão da *reconstrução nacional*, consideravam a escola como um instrumento imprescindível à consolidação do novo regime. Foi, pois, durante o primeiro período republicano que se instaurou o maior número de escolas consagradas propriamente à educação popular. Essa importância crescente da implantação de um novo tipo de escola revelou-se, ainda, no interesse que o assunto passou a despertar em outros estados do país: também eles apostariam no novo sistema pedagógico de escolas seriadas e reunidas em um edifício único. Essa diferenciação, dada aos edifícios, identificava, por conseguinte, a importância que se atribuía à escola como local próprio para o ensino:

Estes edifícios puderam sintetizar todo o projeto político atribuído à educação popular: convencer, educar, dar-se a ver! O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como espaço próprio, lugar específico para atividades de ensino e do trabalho docente. Na arquitetura escolar encontram-se

inscritas, portanto dimensões simbólicas e pedagógicas (SOUZA, 1998, p. 123).

Os edifícios escolares, enquanto espaço projetado, além de se diferenciarem dos demais edifícios (na medida em que eram construídos para finalidades diversas e específicas), passou a competir com estes, dado o volume espacial que ocupava na malha urbana, além de seus detalhes e formas. Assim, o Grupo Escolar passou a rivalizar pela atenção dos habitantes. Competiu, por exemplo, com a construção do Teatro Municipal em 1911; competiu com os palacetes que estavam sendo construídos em Higienópolis, depois que a área foi loteada em 1880; chegou mesmo a confundir-se com a sede da Beneficência Portuguesa, inaugurada em 1876. Diferia de outros edifícios, como os construídos no Largo da Concorórdia em 1870, as residências do Braz e Mooca, das fábricas e barracões de oficinas, que eram construções simples, sem grandes recursos e adornos. Mas a grande importância dos edifícios escolares dessa época esteve em ter-se a instituição escolar uma destinação superior se comparada à que se lhe dava no período monárquico, pois doravante possuía um prédio próprio, construído específica e especialmente para funcionar como *escola*.

Nesse período, a arquitetura — em grande medida importada — era aplicada não só aos palacetes paulistanos¹, como também aos Grupos Escolares, representando assim o que havia de moderno na época. Arquitetos e engenheiros, formados principalmente na Europa², traziam então o estilo da arquitetura européia para o Brasil, colaborando sensivelmente para a transformação do padrão das construções coloniais e rurais, e destacadamente dos edifícios institucionais.

Para o “*homem novo*”³ o Grupo Escolar emergia de um período Imperial inerte, para as novas concepções da República, e que o organiza e higieniza. Uma nova concepção de planta arquitetônica surgia. Como outros edifícios de instituições públicas, ele chamava a atenção para o requinte do detalhamento e qualidade da

¹ Cf. HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira*. (1867/1918). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

² O engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos Azevedo, um dos mais aclamados no período, nasceu em Campinas, interior de São Paulo, formou-se na Bélgica. De volta ao Brasil, iniciou o trabalho de construção da Catedral de Campinas.

³ Cf. BOTO, Carlota. *A escola primária como tema do debate político às vésperas da República*. São Paulo: UNESP. Araraquara/Universidade Mackenzie. 1999.

construção. Contudo, encarados por outro ângulo, os edifícios construídos tanto para os Grupos Escolares, como outros de destinação diversa, em geral de estilo predominantemente eclético, não permitiam o desenvolvimento de uma arquitetura própria, mas sim, uma arquitetura *copiada*, perdendo o que tivessem de características culturais próprias ao país. Nem todos estavam dispostos a aceitar essa arquitetura então difundida sobretudo pelo engenheiro arquiteto Francisco de Paula Ramos Azevedo. As críticas cáusticas não era dirigida somente à pessoa de Ramos Azevedo, mas a toda a sociedade, tachada por alguns, de fútil e elitista:

Mais engenheiro do que arquiteto, mais empreendedor do que engenheiro, Ramos Azevedo, com seus associados, estabeleceu sobre o gosto dos paulistanos uma ditadura — que só começou a declinar depois de 1920. Seu estilo era pretensioso, sem nobreza, de imitação, e melhor descrito como ecletismo promíscuo com tendências à Renascença. Em dezenas de palacetes e edifícios públicos a cidade traz ainda a sua marca (MORSE, 1953, p.204).

Ainda assim, apesar das críticas, encaminharam-se as construções erguidas na cidade de São Paulo, voltadas ou não às instituições educacionais. Seu estilo arquitetônico privilegiava as fachadas com inspirações neoclássicas.

Acompanhando e sustentando esse processo de transformação urbanístico-arquitetônica, na cidade de São Paulo, estava o dinamismo econômico do Estado, com a grande liderança da cultura cafeeira. Naturalmente, não seria fácil implantar o novo método de instrução pública e popular sem as imprescindíveis verbas. É nesse momento que se observaram as tendências de implantação de Grupos Escolares em cidades de maior desenvolvimento econômico ou bairros de maior contingente populacional. Era nos bairros mais populosos da cidade de São Paulo e de outras cidades do interior que residia a mão de obra operária, tão importante para o crescimento da cidade. E era através do café que se conseguia parte do capital necessário à ereção das escolas. Como assinala Corrêa:

A educação popular constituía um aspecto de fundamental importância dentro do ideário republicano. Devido ao crescente desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, proporcionado pelas divisas advindas da cultura do café, paralelamente ao incremento de atividades não agrícolas, São Paulo encontrava-se, nesse começo de século, em condições privilegiadas para desempenhar a atribuição,

devida ao Estado, de divulgar a instrução pública (CORRÊA, 1991, p.26).

Os “barões do café”, apoiando o lema *Ordem e Progresso*, de que Augusto Comte servira de inspiração no Brasil Republicano, colaboravam com subsídios para as construções dos novos edifícios dos Grupos Escolares. Apesar disso, e a despeito das tentativas de modernização da instrução pública e de todo o esforço da República na criação de um novo homem, a escola básica foi para poucos, deixando muitos cidadãos sem instrução: “milhões de analfabetos de letras e ofícios” (CARVALHO, 1989, p.7). É em virtude da relevância dessas transformações políticas e sociais que estabelecemos como marcos cronológicos deste estudo as décadas entre 1890 e 1910, período de maior número de implantação de escolas no Estado de São Paulo.

Na década de 1890, criou-se a modalidade escolar identificada como “Grupo Escolar”, que consistia em escolas modelos “com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época” (SOUZA, 1998), e que finaliza na década de 1910. A preocupação com a higiene sanitária, presente e explícita nos projetos, acompanhava o trinômio Pedagogia—Projetos—Código Sanitário. As construções deveriam ser marcantes, bem pensadas, projetadas e executadas. As paredes de taipa de pilão e/ou pau-a-pique cediam espaço aos tijolos. As olarias, existentes nos bairros, aumentavam sua produção e, por conseqüência, os trabalhadores e seus familiares necessitavam de escolas. A cidade de São Paulo crescia rapidamente. Os primeiros Grupos Escolares surgiram nos bairros da Luz, Mooca, Brás, Bom Retiro, ou seja, bairros industriais que necessitavam de escolas para atender a uma população carente e crescente:

Mas os quatro bairros industriais (Bom Retiro, Brás, Luz e Mooca) continham toda a indústria paulista: tecidos de algodãozinho; serrarias e fabricas de moveis; refinações de açúcar; torrefações de café; fabrica de botões de ossos, fabricas de telhas, olaria e cerâmica; louças de mesa chamadas de” pó de pedra”. Indústrias rudimentar, de couros, e mais algumas coisas. Seriam trinta ou quarenta chaminés, de fumaça negra de coque da Inglaterra (AMERICANO, 1957, p. 104-105).

A população se amontoava em vielas estreitas, escuras, tortuosas, nos bairros periféricos, distantes da Avenida Paulista, de Higienópolis e dos Campos Elíseos: eram

sobretudo operários, que saíam de suas casas nos bairros da parte baixa da cidade para ir construir os palacetes paulistanos da elite cafeeira:

A ocupação social dessas novas áreas dá-se segundo um padrão definido: as terras altas e salubres são transformadas em boulevards aristocráticos – Higienópolis e Campos Elíseos – destinados à burguesia paulista. E as terras baixas e alagadiças, contíguas aos leitos das estradas de ferro e concentrações industriais, originam precárias aglomerações de bairros operários – Brás e Bom Retiro (MONARCHA, 1999, p. 185).

A rápida ocupação da parte baixa da cidade, próxima aos rios, se explica pelo baixo custo dos lotes urbanos e pela proximidade do trabalho da maioria dos operários. É, pois, desse cenário urbano que selecionamos os seguintes quatro grupos escolares: *Primeiro Grupo Escolar do Braz (Romão Puiggari)*, *Terceiro Grupo Escolar do Braz (Padre Anchieta)*, *Grupo Escolar da Várzea do Carmo* e *Grupo Escolar Rodrigues Alves*, que tiveram sua implantação entre 1890-1910 e sua construção entre 1893 e 1919. Nem todos esses grupos escolares, desafortunadamente, puderam iniciar suas atividades em edifícios próprios, o que resulta em serem bastante divergentes as datas de referência de implantação dos Grupos Escolares e as de sua atividade dentro do espaço especificamente construído para tal. Contudo, neste estudo, levaremos em consideração a data do projeto do edifício.

Os projetos foram selecionados de modo que no conjunto contribuíssem como uma pequena amostra de como foi pensado o espaço do Grupo Escolar no período da Primeira República na cidade de São Paulo.

Foram analisados mais de 33 projetos, num total de mais de 100 desenhos⁴ de Grupos Escolares do Estado de São Paulo, como parte de uma análise preliminar, sem contar os desenhos encontrados na bibliografia consultada, posteriormente foram escolhidos como foco central de análise, apenas quatro Grupos Escolares da cidade de São Paulo, não descartando outros projetos quando esses forem interessantes para comparação ou complementação de algumas informações.

A escolha dos projetos obedeceu a alguns critérios: a) qualidade gráfica dos desenhos; b) número de alunos atendidos pela escola, relação direta com o número de

⁴ Todos os desenhos (cópia de originais) estão relacionadas como parte da bibliografia desse trabalho.

pavimentos do edifício e quantidade de salas de aulas; c) a importância e a necessidade da escola no bairro em que estava implantada; nesse caso, voltada principalmente aos imigrantes italianos e espanhóis instalados próximos à ferrovia, mão de obra para as indústrias que se instalavam na cidade; d) o traçado de uma reta como eixo na malha urbana ligando os quatro Grupos Escolares criando-se um “corte” na cidade de São Paulo que ia dos bairros Brás e Mooca, passando pelo bairro da Sé, em direção à Avenida Paulista, observando-se nitidamente os obstáculos geográficos formado pelo ribeirão do Anhangabaú, rio Tamanduateí e os grandes desníveis. Através desse “corte”, ressaltavam-se as diferenças entre as escolas de bairros pobres, saturados de cortiços, e as escolas dos bairros elegantes, habitados pela elite cafeeira.

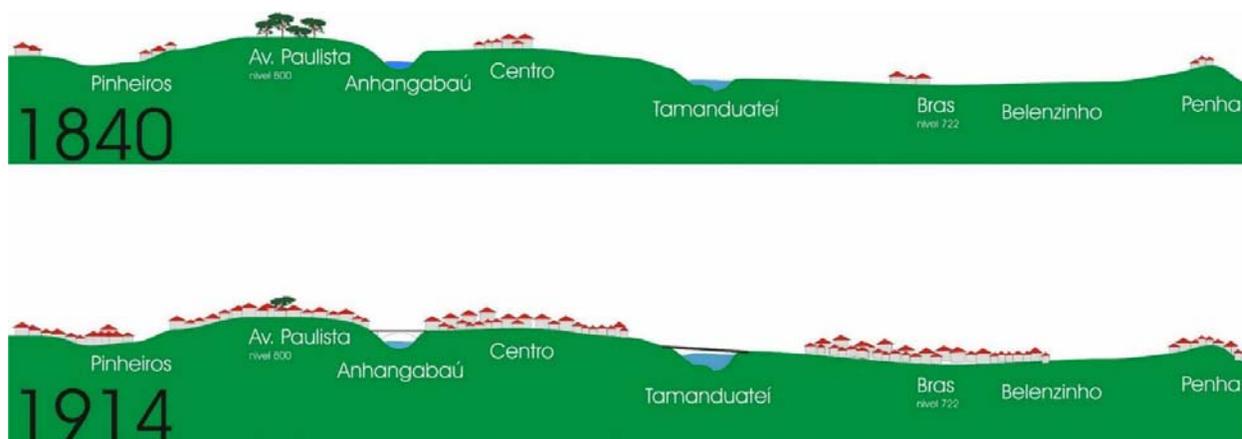


Figura 1. No corte esquemático acima percebemos as diferenças dos níveis e expansão de parte da cidade de São Paulo. Braz na parte baixa (G.E.Romão Puiggari e G.E.Pde.Anchieta), o centro (G.E.Várzea do Carmo) e Av. Paulista, na parte mais alta (G.E.Rodrigues Alves). Fonte: GEGRAN.

Ao longo do trabalho, pudemos pesquisar os acervos da FDE – Fundação de Desenvolvimento à Educação⁵, da CPOS – Companhia Paulista de Obras e Serviços⁶ e

⁵ A Fundação de Desenvolvimento à Educação, foi criada em 1987 para ser o órgão executor da política da Secretaria Estadual da Educação. Ela coloca em prática as ações do governo do Estado para o setor educacional, visando sempre ao crescimento e ao aprimoramento da nossa rede de ensino público estadual.

⁶ Companhia Paulista de Obras e Serviços, desde 1995 — CPOS é uma empresa de economia mista que presta serviços de engenharia ou de consultoria às diversas entidades do Estado, tanto da Administração Direta quanto da Indireta. Acha-se vinculada à Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento e foi criado pela Lei Estadual nº 7394 de 08.07.1991, com a finalidade de administrar, planejar, projetar, construir, reformar, conservar e ampliar os edifícios de propriedade do Governo do Estado de São Paulo ou de entidades sob seu controle.

da FAUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo⁷. Do material pesquisado, em uma relação total de mais de 150 Grupos Escolares, muitos foram descartados por não serem encontrados nos arquivos da CPOS, e outros estavam fora do período abordado. Ainda, um outro problema enfrentado foi a nem sempre boa situação dos arquivos, com muitos desenhos desgastados pelo tempo, sua má conservação, alguns emprestados ou desaparecidos, ou ainda ilegíveis. Alguns Grupos Escolares não possuíam desenhos originais da época, mas somente os atuais e, apesar de algumas reformas e acréscimos que pudessem descaracterizar o projeto original foram, todavia, utilizados. Dos desenhos pesquisados⁸, alguns são cópias de originais, outros são cópias das cópias feitas posteriormente por desenhistas sobre o original.

Apesar da riqueza de informações encontrada, descartou-se a análise específica de escolas normais como foco desse trabalho, aparecendo assim apenas em comentários e/ou para o enriquecimento do conteúdo.

É parte desse trabalho um pequeno montante de desenhos, relacionados adiante. Entre eles estão plantas, fachadas, cortes, implantações, muros, portões, vitrais e detalhes de acabamentos de interiores. Os desenhos mostram, nos detalhes das construções a importância de um Grupo Escolar quando comparado com outro. A relação dos Grupos Escolares é apresentada em ordem cronológica de implantação. Outros desenhos foram encontrados na biblioteca da FAUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo e no livro *Arquitetura Escolar Paulista: 1890-1920*, de Maria E. Corrêa.

Abaixo, segue-se a relação de Grupos Escolares escolhidos, em ordem cronológica de implantação, e desenhos que fazem parte desta análise:

⁷ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo foi fundada em 1948, tendo-se originado do antigo curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica da mesma Universidade. Seu fundador e primeiro diretor foi o Professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello, responsável pela formação urbanística no antigo curso e principal organizador de novos conteúdos específicos naquele que se formava.

⁸ A maioria dos desenhos - originais e cópias de originais - foram cedidas e copiadas pelo acervo da CPOS – Companhia Paulista de Obras e Serviços de São Paulo, departamento da Diretora Administrativa e Financeira, Maria José Gullo Giosaque que autorizou o acesso aos projetos através da responsável pelo Arquivo Técnico da CPOS, a Sra. Vera Lúcia Bonifácio Tavares, que colaborou diretamente e possibilitou a descoberta de documentos importantes a esse trabalho e os auxiliares Fábio Silva Santos e Bruno Wilians de Souza Silva que acompanhavam a pesquisa do material.

Grupo Escolar Romão Puiggari**Implantação: 1898****Construção em prédio próprio: 1898**

O Grupo Escolar Romão Puiggari, ou *Primeiro Grupo Escolar do Braz*, foi criado por decreto de 10 de agosto de 1898, e instalado no dia 15 do mesmo mês, em prédio de propriedade do Estado. Situado na Avenida Rangel Pestana. Do projeto de Ramos de Azevedo, foram encontrados apenas o desenho do pavimento térreo e da fachada frontal do edifício. Durante visita ao local, foi feito o levantamento das dependências do edifício e acrescentados a esse trabalho a planta do porão e pavimento superior. Esse levantamento tentou seguir o projeto executado na época, excluindo as eventuais reformas facilmente denunciadas pela diferente técnica construtiva.

Grupo Escolar da Várzea do Carmo**Implantação: 1890****Construção em prédio próprio: 1913**

O Grupo Escolar da Várzea do Carmo, antiga Escola Modelo do Carmo foi implantado em 1890, em prédio alugado, nos fundos da Ordem Terceira do Carmo. Em 1913, de acordo com Corrêa (1991), instalou-se em edifício próprio que teve o arquiteto Carlos Rosencrantz. como autor⁹ do projeto.

Os desenhos encontrados: planta e fachada do projeto original, sem escala do ano de 1911 (CÔRREA, 1991, p. 105)¹⁰.

Através de visita ao edifício, foram acrescentados os desenhos do pavimento superior.

Terceiro Grupo Escolar do Braz – Grupo Escolar Padre Anchieta**Implantação: 1898****Projeto: 1911****Construção de prédio próprio: 1912**

⁹ De acordo com a arquiteta responsável pela restauração do edifício, Silvana Maria Aurichio.

¹⁰ Cf. Anexo G.

De acordo com Corrêa (1991, p.85), o projeto elaborado pelo Engenheiro Arquiteto Manuel Sabater foi aproveitado para a construção do Grupo Escolar de Santos, e para o grupo Escolar do Belenzinho, em São Paulo.

Os desenhos encontrados foram as plantas do porão, do piso térreo, do piso superior, da fachada principal, e desenhos de gradil e portão, todos do ano de 1911¹¹, e, como todos, posteriormente copiados para melhor compreensão do projeto.

Grupo Escolar de Avenida Paulista – Grupo Escolar Rodrigues Alves

Implantação: 1907

Construção de prédio próprio: 1917

O Grupo Escolar de Avenida Paulista, atual E. E. Rodrigues Alves, foi implantado em 1907, num prédio alugado. Em 1917, finalizou-se a construção do edifício para o grupo escolar.

Do projeto construído, de autoria de Ramos Azevedo, 1917, identificado como Grupo Escolar “Rodrigues Alves”, foram encontrados os desenhos da planta do “pavimento alto” ou 1º pavimento, do detalhe da fachada e de seu perfil; da fachada; do detalhe da fachada; da planta do pavimento térreo; e do detalhe de gradil¹².

A despeito do número reduzido de desenhos, procuraremos levantar e discutir as seguintes questões: O que os arquitetos e seus edifícios propunham num país em que o edifício especificamente construído para escola inexistia? ; quais as normas e parâmetros para um bom projeto?; quais eram as necessidades?; o edifício destinava-se adequadamente à pedagogia da época?

Entre os estudiosos consultados ao longo da pesquisa bibliográfica, Rosa Fátima de Souza será citada inúmeras vezes, em virtude da riqueza e propriedade das informações que traz sua obra *Templos de Civilização*, publicada pela Unesp. No livro, Rosa Fátima de Souza responde a algumas questões bastante semelhantes às que nos dispusemos a estudar. Por exemplo, a formação e implantação dos grupos

¹¹ Cf. Anexo D.

¹² Cf. Anexo E.

escolares com inúmeros detalhes, as festividades promovidas em seu âmbito, bem como inúmeros testemunhos de diversos relatórios de diretores, inspetores, etc.

Outras obras de singular valor são: a de Esther Buffa, *Arquitetura e Educação: Organização do espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares paulistas 1893/1971*¹³, em que a autora apresenta a forma pelas quais as propostas pedagógicas orientavam a formação do espaço escolar; a de Maria Cristina Wolff de Carvalho, *Espaço e Educação – O primeiro passo da arquitetura das escolas públicas paulistas*, em que se discute a “gênese da arquitetura pública destinada à educação em São Paulo”; e a de Maria Elizabeth Peirão Côrrea, *1890-1920 Arquitetura Escolar Paulista*¹⁴, publicada pela FDE.

Os referenciais teóricos devem permitir um maior aprofundamento do estudo do espaço escolar propriamente dito. Com base nessas referências, tentaremos compreender o conceito de *criação do edifício escolar*. Entre os autores como Frago e Augusto Escolano, que apresentam os projetos de instituições escolares, determinam, nomeiam os espaços, convencionam; apresentando uma arquitetura muito além do simples ato de dividir em cômodos, mas sim, com espaços distribuídos para usos definidos. Perseguem as intenções e as intervenções do Estado e de organismos públicos que invadem a arquitetura escolar. As intenções são relativas e supostamente claras.

A obra de M. Foucault pôde servir a nosso trabalho, na medida em que nos permitiu analisar como a arquitetura poderia delimitar o lugar de cada indivíduo e, dessa forma, *coagir, reprimir, disciplinar*. A disciplina também organiza o espaço, norteia as regras das localizações funcionais do edifício, e vai, pouco a pouco, restringindo os espaços da arquitetura à funcionalidade, à praticidade e à disciplina. A limitação que o espaço impõe é ponto crucial. Através do comportamento do indivíduo, do controle, das intenções de disciplina, que são construídos os espaços arquitetônicos. Por conseguinte, a arquitetura pode contribuir para uma tentativa de

¹³ O livro traz uma abordagem sobre a relação da educação com a arquitetura desde o tempo republicano.

¹⁴ *Arquitetura Escolar Paulista - Restauo*, apresenta importantes projetos e obras de restauro executadas pelo FDE em escolas construídas no primeiro período da República, projetadas, entre outros, por Ramos de Azevedo, Dubugrás, Manoel Sabater, e que fazem parte do patrimônio histórico nacional. Destaca intervenções onde o novo convive com o antigo em harmonia.

controle total do indivíduo, quer seja na escola, no internato, no presídio, no hospital ou no quartel.

As construções de então enxergavam o aluno com muita preocupação, algumas vezes demasiadas, mas sempre com o intuito de oferecer o melhor, mais modernos e higiênico. Havia locais para as humilhações, para os castigos, para a disciplina. Foucault mostra que a arquitetura é capaz de disciplinar, tanto no presídio como na escola, quase com a mesma fórmula de disposições.

Neste nosso estudo, ainda outras fontes de grande importância serão utilizadas: o *Código de Posturas da Cidade de São Paulo*, de 1886 (acervo de livros raros da FAU/USP), o *Código Sanitário de São Paulo*, da coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, de 1894; e as *Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, de 1912¹⁵; o *Regulamento Interno das Escolas Públicas*, com o qual foram instituídas leis para a instrução pública, organizadas pelo Conselho Superior e assinada pelo Doutor Secretario de Negócios do Interior, Dr. Bernardino de Campo; e os *Anuários de Ensino* de 1909 e 1910.

Nosso trabalho está estruturado em quatro capítulos cujos temas que pretendem discutir são, como se segue:

Capítulo 1: Como aconteceu o processo de implantação dos Grupos Escolares pelos republicanos, e quais suas intenções ao assumir o novo conceito pedagógico aliado às novas construções de edifícios para Grupos escolares?

Não existe nesse capítulo a intenção e pretensão de se aprofundar na história da educação desse período, visto que se trata de um assunto muito estudado por autores de muito valor e aprofundamento, trata-se apenas de uma passagem superficial para situar os edifícios no tempo.

Capítulo 2: Onde, na cidade de São Paulo, foram construídos os Grupos Escolares? Neste capítulo, procuraremos mostrar um perfil dos bairros do Braz e Av. Paulista.

¹⁵ Acervo da Biblioteca da Câmara de Vereadores de São Paulo.

Também com o intuito de apenas localizar os edifícios no espaço, passamos superficialmente sobre a importância da cidade de São Paulo e os bairros em que estavam inseridos os quatro edifícios escolares aqui pesquisados, já que existem autores que se aprofundaram especificamente no assunto, e que fazem parte da bibliografia desse trabalho.

A caminhada pelo trajeto de aproximadamente três horas (à pé) traçado entre os Grupos Escolares em estudo foi de suma importância para traçar o perfil e localização das escolas. Apesar de não estarmos vivenciando o período abordado, os fósseis da época ainda sobrevivem, tendo a capacidade de nos remeter ao passado. Esse percurso veio a acrescentar na observação da paisagem urbana, de forma a concordar sem sombra de dúvidas nas palavras de Bachelard:

A memória – coisa estranha! – não registra a duração concreta... É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências. O inconsciente permanece nos locais. As lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas” (Idem, 1993. p. 28).

Confirmando assim que, mesmo fazendo o percurso traçado a mais de um século atrás, é estando nos locais que nos remeteremos as lembranças que ainda vivem nesses espaços, perceptíveis, mesmo que não a tenhamos vivido.

Capítulo 3: Apresentar-se-á a descrição de cada um dos projetos, tendo como base os desenhos coletados, combinados com fotos para uma melhor visualização do projeto. Os projetos foram redesenhados para maior clareza e compreensão dos desenhos. Ainda assim, os projetos originais estarão presentes nesse trabalho em detalhes recortados dos desenhos originais. Os desenhos completos e os originais estarão reunidos nos anexos.

Capítulo 4: Apresentar-se-á o comportamento do espaço em relação aos Decretos de Leis e Códigos Sanitários. É nossa intenção apresentar o máximo de detalhes, ou seja, desde a entrada dos alunos, passando pelos porões, até sua cobertura. Nesta análise, constarão os itens: entradas de alunos; muros; a forma delimitando espaços; escadas e escadaria de acesso principal; hall de entrada;

escadas internas; gabinetes do diretor (confundidos muitas vezes com portaria ou balcão de informações); salas de aula ou classes, construídas aleatoriamente ou atendendo aos pré-requisitos da higiene sanitária; sala de professores (sua disposição em relação ao edifício estaria ligada à necessidade de uma constante vigilância aos alunos ou à preocupação de que estivesse ao alcance dos olhos do diretor?). O tamanho das salas era um indício do número de professores ou seriam confundidas com armários de material de limpeza; os corredores de distribuição referem-se à organização em filas; pátios internos; galpões; banheiros. Observaremos que nem sempre o edifício estava construído de acordo com o código sanitário.

Os projetos dos quatro Grupos Escolares escolhidos terão todos os seus cômodos analisados. As análises serão efetuadas através de desenhos dos projetos, dos edifícios dos Grupos escolares escolhidos acrescentado eventualmente de projetos de Grupos Escolares de outras cidades, na maioria do interior do estado de São Paulo num processo de trabalho comparativo entre os mesmos, os decretos de leis, os códigos sanitários, a bibliografia, os anuários de ensino e os documentos do “Arquivo do Estado”. Segundo a observação de Frago:

A consideração do espaço escolar como um espaço segmentado – no qual se distinguem, em primeiro lugar, as zonas edificadas das não edificadas e, dentro de ambas, as atribuídas a uma ou a mais de uma função ou tarefa, dos espaços livres de atribuição, e abertos, portanto, a possíveis atribuições futuras – coloca, como primeira questão, a existência ou inexistência de um espaço específico para uma determinada função ou tarefa. Sua inexistência indicaria, em cada caso, a consideração de tal tarefa como não necessária ou de escassa importância a ela destinada. Sua existência, sensu contrario, seria um bom indicador da sua relevância inicial. E, junto a ela, seriam bons indicadores sua localização, sua relação com outros espaços, suas dimensões e sua disposição interna (Frago, Apud BENCOSTA, 2005, p. 19).

A necessidade da inserção de outros Grupos Escolares se fez necessário para mostrar como se comportavam as escolas escolhidas e que muitas vezes, não possuíam desenhos que demonstrassem no seu projeto a sua existência, e ou para

criar uma situação comparativa, não esquecendo ainda assim, que o foco desse trabalho trata exclusivamente quatro Grupos Escolares da cidade de São Paulo.

Veremos, ainda seguindo Frago, que em alguns Grupos Escolares existem determinados espaços que inexistem em outros. Qual será o motivo disso?

Por fim, nas considerações com que encerramos a pesquisa, procuraremos destacar algumas proposições do filósofo Gaston Bachelard, sobretudo em sua obra *A poética do espaço*. Cumpre indagar: como uma imagem — por vezes muito específica — pode revelar-se como uma concentração de todo o psiquismo? Como esse acontecimento pode reagir em outras almas, apesar de todas as barreiras do senso comum, de todos os pensamentos sensatos? É a essas questões que Gaston Bachelard tenta responder nesse ensaio de fenomenologia e análise do espaço da casa contraposto ao espaço escolar; questões essas de que nos valeremos para nossas próprias reflexões.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA CIDADE DE SÃO PAULO

“É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências”. (BACHELARD, 1993)

O Império estava com seus dias contados quando, em 1888, foi declarada a abolição da escravidão. As elites já não mais apoiavam o imperador. Havia várias discordâncias entre o Império e a Igreja. A crise no Exército se somaria aos fatores que tendiam a provocar a saída de Dom Pedro II, já idoso.¹⁶ Em seguida ao movimento militar de 15 de novembro do ano seguinte, o marechal Deodoro da Fonseca assume o governo, inaugurando a depois denominada pela historiografia de *Primeira República*, a qual se estenderia até a Revolução de 1930.

A economia esteve, nesse período da República, sob o controle de um grupo de cafeicultores, que se manteve quase sem contestação na direção dos negócios públicos, até o final da década de 1920. Houve a adesão de muitos monarquistas à República, mas, o poder continuou nas mãos dos grandes proprietários de terras — cafeicultores e pecuaristas. Paulistas e mineiros, através da política conhecida como “café com leite” iam-se alternando no poder.

Antes disso, desde 1870, com o surgimento do partido republicano, havia a idéia da construção do *novo homem*, através da instrução popular para que o Brasil tivesse êxito no caminho da “ordem e progresso”.

O regime republicano inaugurava, entre nós, um estado de democracia, e esta se materializaria através do voto. O voto — não universal — era livre para os homens, mas esses deveriam ter uma boa renda, saber ler e escrever. O grau de instrução do povo era muito baixo; portanto, só uma minoria podia registrar-se como eleitor. Inicia-se então uma forte marcha rumo à instrução. Uma nova proposta para a instrução pública ganharia forças nesse período.

A idéia de instrução popular, para os republicanos, fazia parte de uma estratégia da República no caminho rumo ao progresso: os cidadãos, antes súditos de um imperador, deveriam transformar-se nesse novo homem que a República ambicionava, a par da construção de uma nova *cidade*, uma nova *nação*. O povo deveria ser educado e instruído para a nova vida que a República propunha através da democracia.

¹⁶ Cf. ABRÚCIO, Fernando Luís. *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

(...) os republicanos fizeram da educação popular um meio de propaganda dos ideais liberais republicanos e reafirmaram a escola como instituição fundamental para o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira (SOUZA: 1998, p.30).

Era na instrução pública, e nomeadamente no Grupo Escolar, que estavam sendo preparados os elementos dessa nova sociedade, com vistas a um novo tempo. Para os ideais republicanos, na escola estaria o caminho para as “luzes da razão”: o cidadão pronto para o exercício dos direitos políticos, munido de uma “consciência nacional”, que fosse a prova da superação de um passado de trevas.

Independentemente de ser compreendido o discurso pelos cidadãos da República, o importante para os republicanos era que o novo regime de governo, aceito pelo povo, pudesse condensar o caldo da educação. Nesse novo discurso, as novas mudanças deveriam ser aceitas pela nação, e através da implantação dos modernos Grupos Escolares, a República iria colaborar para legitimar o poder. Como nota Bencosta:

No discurso daqueles que implantaram, no Brasil, o novo regime político em 1889, era preciso, além da justificação racional do poder, a fim de legitimar a República, construir uma nação pautada em valores que demonstrassem estar em definitivo sintonizados com as mudanças que o mundo moderno apresentava (BENCOSTA, 2005, p. 95).

O discurso dos republicanos, a ser aceito e concretizado através da instrução do povo, deveria receber a forma material de *edifícios*, que lhe realçassem a alta dignidade. O edifício escolar deveria ser comparado aos outros edifícios das importantes instituições. Deveria ser um espaço criado propriamente para a educação escolar, diferenciado das antigas salas de aula nas residências dos professores. Um novo edifício surgiria para receber a instalação de um novo método de ensino. Através desse edifício, acreditava-se, surgiria uma nova cultura. O espaço seria prioridade para a criação de um país democrático, de direitos garantidos a seus cidadãos. O espaço escolar educaria o povo da nova nação:

A escola é o espaço e o lugar. Algo físico, material, mas também uma construção cultural que gera “fluxos energéticos”. Com isso quero dizer, mais uma vez, que o espaço educa. E que isso tem lugar de diferentes maneiras e implica várias questões (FRAGO, 2001, p.77).

Inicia-se a construção de uma nova estratégia educacional. A implantação das novas idéias deveria sobrepor-se ao passado obscuro das salas de aulas repletas de alunos de várias idades e interesses de aprendizado. O espaço escolar estava sendo repensado, reconstruído. Novas práticas educacionais estavam sendo discutidas, e *especializar* as novas necessidades era uma prioridade.

As adaptações nos edifícios alugados para instalação de Grupos Escolares eram prática comum num período em que não havia edifícios construídos para esse fim. Mas, não poderia ser aproveitado qualquer edifício, pois eram necessários edifícios amplos, com condições salutaras de acomodação dos alunos.

Dez anos depois da criação dos Grupos Escolares, em 1893, o Governo do Estado estava ainda engatinhando na construção de edifícios para Grupos Escolares, tendo atingido o maior número de construções no período entre 1909 a 1911. A tabela abaixo mostra o número de escolas construídas especificamente para Grupos Escolares no período de 1890 a 1919¹⁷:

ANO	NÚMERO DE ESCOLAS
1890	1
1893	1
1894	1
1895	13
1896	4
1897	3
1901	6
1902	2
1905	7
1908	2
1909	16
1910	25
1911	28
1912	7
1913	4
1917	5
1919	9
TOTAL	134

Escolas construídas entre 1890 e 1919.

¹⁷ Somente calculado o número de escolas tendo como fonte CORRÊA (1991).

Sobre a localização das escolas, João Lourenço Rodrigues, em *Um Retrospecto*, descreve com riqueza de detalhes como era o edifício em que estava instalada a escola da Rua da Boa Morte, na cidade de São Paulo. Narra ele os caminhos que percorria até a entrada da escola, o susto que levou quando viu o acesso de entrada. A rua de entrada dos meninos era uma rua sem saída. Não se tratava de um beco, pois (como podemos ver no mapa de 1881), a rua estava interditada por um terreno vazio, invadido de mato alto. A rua, se fosse aberta por completo, sairia de frente para o hospício:

Desci pela primeira vez a tradicional Ladeira das Carmelitas e, dobrando depois à esquerda, achei-me num beco sem saída onde, à revelia da Hygiene Publica, crescia o matto livre e desafogado, sobre montões de lixo. Custava-me acreditar fosse aquella a entrada dos alumnos... (RODRIGUES, 1930, p.149).

Os edifícios escolares ainda não tinham a aparência que muitos alunos imaginavam que devesse ter. Muitos, ou mesmo a maioria, estavam locados em casas que nem sempre apresentavam qualidade e conforto, nem a decência necessária para terem o título de *escola*. O casarão, ao qual Rodrigues se refere, era um desses casos. O edifício que Rodrigues esperava encontrar era exatamente o tipo de edifício que seria depois construído, tanto na cidade de São Paulo, como no interior: edifícios suntuosos, ornamentados, altos com longas escadarias.

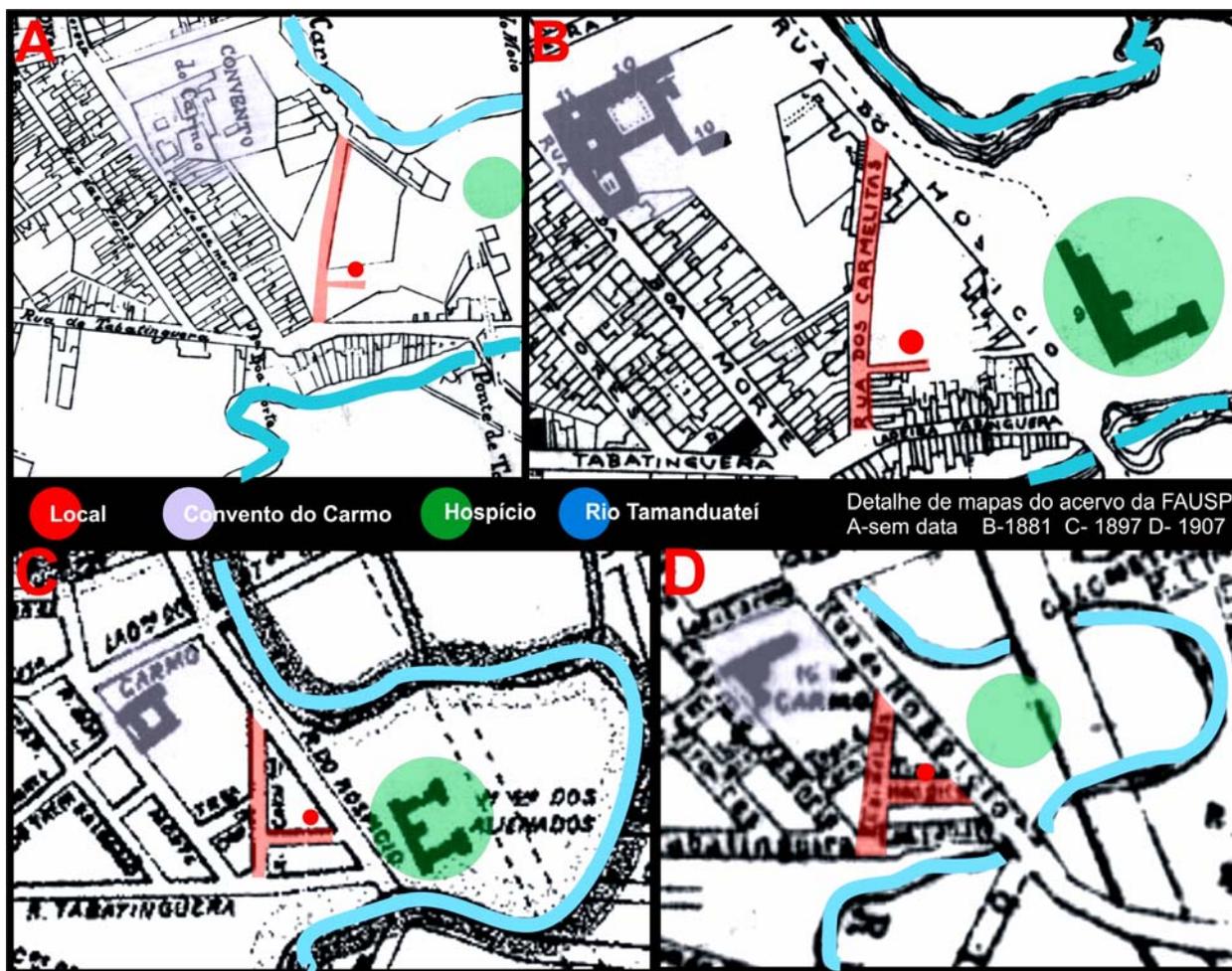


Figura 2. Localização da Escola Normal em que João L. Rodrigues estudou. Fonte: FAUSP.

No mapa acima, por exemplo, vemos a localização da escola (ponto vermelho) a que João Lourenço refere-se anteriormente, localizada próxima ao hospício (círculo verde). O edifício estava situado num terreno vazio (mapa A¹⁸ – sem data). A área próxima à escola já estava loteada (mapa B¹⁹ - 1881), apesar de ainda possuir uma grande área vaga, no mapa A não existia o acesso à escola; no mapa B, já existe o início da rua, o beco ao qual Rodrigues se refere. No detalhe do mapa “C” (1897²⁰) e “D” (1907²¹)²², observamos que a área já estava com ruas abertas.

¹⁸ Ver Anexo J

¹⁹ Ver Anexo L

²⁰ Ver Anexo K

²¹ Ver Anexo I

²² Todos os mapas originais no acervo da FAUSP

Apesar de meninos e meninas ocuparem o mesmo edifício — carente de instalações de acordo com as necessidades — as entradas dos alunos eram separadas. As meninas, com maiores cuidados, deveriam entrar pela frente do edifício, e os meninos entravam pelo beco, deteriorado pela falta de conservação e higiene do local.

Não devemos generalizar essa situação, mas a tendência era de que essa situação devesse ser modificada para melhor, e foi o que os republicanos tentaram fazer: com todos os pré-requisitos estéticos e arquitetônicos voltados aos edifícios de importância, institucional ou não, exigindo através da sua aparência, o mesmo grau de importância, para um novo método de ensino, para a formação do novo homem, que reconhecesse na República uma nova vida de “ordem e progresso”.

De 1836 a 1872, o índice de analfabetismo aumentou. Isso se deve também ao número crescente da população da cidade de São Paulo. A chegada de imigrantes à cidade, somada a falta de oportunidade nas escolas, resultava numa situação crítica:

Em números redondos, a taxa de alfabetização da cidade de São Paulo, para pessoas de mais de seis anos, subiu de 5% em 1836 para 30% em 1872 e 45% em 1887. O índice de disparidade entre a cidade e o interior aparece quando consideramos que em 1887 a Província como um todo tinha apenas 29% de alfabetizados e um professor para cada 1.156 habitantes, ao passo que a capital tinha um para 596 habitantes (MORSE, 1953, p.168).

A preocupação com a escola estava ligada paralelamente a cidade, sobretudo com o centro, era tema das discussões havia já algum tempo, quando em 1911, se dá início às obras de reformulação do centro da cidade, graças à construção da futura Catedral, visível nos mapas da cidade. Mas, o sonho de ter o local remodelado é embargado pela Cúria, que estava descontente com o local dispensado para a implantação do templo. Isso manteve as obras interrompidas até 1920, deixando na “penumbra” todas as atividades imobiliárias desenvolvidas no local²³.

Como visto anteriormente, a falta de salubridade dos espaços nas moradias das classes mais pobres — localizadas, na maioria, na parte baixa da cidade, próximas ao

²³ Cf. SIMOES JUNIOR, José Geraldo. *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo, Ed. Senac São Paulo: imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 156.

rio Tamanduateí e ao ribeirão do Anhangabaú, áreas sujeitas a enchentes — somada à falta de direcionamento na ocupação urbana, tornou imperiosa a elaboração de um conjunto de leis que permitissem o controle dos edifícios construídos, em fase de projeto ou em construção. A cidade estava sendo remodelada, e a instalação das novas escolas acontecia paulatinamente. Os terrenos não eram sempre bem escolhidos; portanto, nem sempre eram terrenos ideais à construção de Grupos Escolares.

As leis e decretos eram diretos em suas exigências. Percebe-se neles a preferência pela construção de Grupos Escolares dentro de terrenos doados ao Estado, nem sempre levando em consideração as leis de implantação dos edifícios. Mesmo a liberação para sua construção dependia da autorização do Conselho Superior. Nas tentativas de implantação dos Grupos Escolares, observa Souza, que:

(...) Motivações políticas podem ser apontadas como justificativas para a criação dos grupos escolares em determinadas localidades. Evidentemente, a legislação previa a concessão de prioridade às localidades que contribuíssem com terrenos e donativos para a instalação das escolas, no entanto, a autorização do Conselho Superior, tendo em vista os critérios de prioridade, era subestimado, uma vez que a determinação da criação de escola constituía um ato do Governo (SOUZA, 1998, p. 93).

Uma das primeiras séries de leis que regulamentavam a ocupação territorial, orientando os habitantes, foi a de 1886, a saber, o novo “Código de Posturas da Cidade de São Paulo”²⁴. Todavia, já existia uma legislação anterior, voltada a regular a qualidade do espaço público.

Das poucas regulamentações exigidas, na cidade de São Paulo, o Código de Postura do Município já alertava para o perigo das epidemias, e continha um capítulo dirigido para o problema das grandes aglomerações, os cortiços e casas de operários. Desde o fim do século XIX, a questão da moradia popular estava no centro das atenções, principalmente após a epidemia de febre amarela de 1893.

O Código de Posturas da Cidade de São Paulo entrou em vigor com algumas leis para a “abertura de ruas e dos arruadores e do alinhamento” (artigo primeiro), que estipulam a metragem mínima de 16 metros na largura das ruas, e que as mesmas não

²⁴ Ver Anexo “A”. Acervo da Biblioteca de materiais raros da FAU-SP.

deviam ser tortas. Se alguém abrisse ruas, mais estreitas que os 16 metros, poderia ser multado e obrigado a endireitá-las. Com essas leis, o governo da cidade tinha a intenção de evitar os lugares obscuros e insalubres. O perfil de vila começava a abandonar a cidade em crescimento.

As construções novas já estavam sob o olhar da prefeitura. Deveriam ser aprovadas com licença da prefeitura. A construção de cortiços também tinha regulamentação própria: uma lei específica para lotes próximos a rios ou mesmo charcos, para os quais se exigia o aterramento de pelo menos 6 metros de cada lado da construção. Eram proibidas as coberturas de palha, e todas as calçadas deveriam ser revestidas. Na frente das residências e/ou construções não poderiam existir lixo ou entulho, sob pena de multa.

Sobre construções especificamente escolares, o Código de Posturas não se manifestava. A regulamentação das construções escolares era feita através do decreto 248, de 1894, que aprovava o “Regimento Interno das Escolas Publicas do estado de São Paulo”²⁵. No capítulo X, constam alguns artigos voltados exclusivamente à formação dos Grupos Escolares. Entre eles, um rezava o seguinte:

Artigo 81. Nos logares em que em virtude de densidade da população, houver mais de uma escola no raio fixado para obrigatoriedade, o conselho Superior poderá fazel-as funcionar em um só prédio para esse fim construído ou adaptado. Taes escolas terão a denominação de “Grupo Escolar” com sua respectiva designação numérica em cada localidade (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, apud MENON, 2000, p.215).

Assim ficou estabelecida a formação dos Grupos Escolares. Não encontramos nas leis qual deveria ser exatamente o raio fixado para poderem juntar-se as escolas, formando um *grupo*.

Os Grupos Escolares poderiam ter nomes especiais, como no caso de donativos e de pessoas que tivessem colaborado para o bem da educação (normalmente, algum político que tivesse contribuído para a sua implantação em determinada cidade ou região). Assim continuava o artigo 81, do Regimento das Escolas Publicas de 1894:

²⁵ Cf. Anexo M. Ver em MENON, 2000. Tese de Doutorado.

Artigo 81 - 2º. Por deliberação do Conselho os “Grupos Escolares” porerão ter denominações especiaes, em homenagem aos cidadãos que por ventura concorram com donativos importantes para o desenvolvimento da educação popular, principalmente no que se refere a reunião de escolas (Idem, apud MENON, 2000, p.216).

Toda pessoa que tivesse colaborado na formação do Grupo Escolar poderia ter seu nome estampado na fachada do próprio Grupo. Como exemplo, temos a Escola Modelo Maria José, que teve seu nome designado a partir do nome da mãe de Fernando de Albuquerque, doador do prédio e das demais dependências onde funcionava a escola. Em 1904, a escola passa a ser denominada Grupo Escolar, mantendo o nome “Maria Jose”²⁶.

A regulamentação sobre o número de alunos admitidos nas salas de aulas estabelecia um total variante entre 40 e 50 alunos, dependendo do tamanho da sala de aula. No regimento interno das escolas públicas, em seu artigo 82, já se fazia referência ao número máximo de alunos autorizados em sala de aula:

Artigo 82. Cada Grupo Escolar poderá comportar no maximo de 4 a 10 escolas isoladas, e será regido por tantos professores quantos forem os grupos de 40 alumnos e pelos adjunctos que forem necessários a directoria (Idem, apud MENON, 2000, p. 216).

A configuração do edifício escolar ia tomando corpo através das diversas regulamentações. Em razão disso, os Grupos escolares passariam a ter características muito próximas umas das outras. Outra configuração que definia o formato do projeto do edifício escolar estava na divisão dos sexos: uma obrigatoriedade que transformava o edifício em blocos simetricamente distribuídos para meninos e meninas.

Artigo 82. 1º. Podem funcionar no mesmo edifício escolas do sexo masculino e feminino, havendo completa separação dos sexos (Idem, apud MENON, 2000, p. 216).

Apesar do número de alunos diferente entre meninos e meninas, as salas dentro do edifício eram distribuídas de forma a possuírem o mesmo espaço, a mesma metragem quadrada, o que demonstra a inexistência de privilégio no número de vagas para meninos.

²⁶ Fonte: Anuário 1908, apud Site Mario Covas. < <http://www.mariocovas.sp.org.br/>>

A quantidade de vagas nos Grupos Escolares se fixava de acordo com o número de salas de aulas. Os Grupos Escolares deveriam ter pelo menos uma sala para cada série. Sendo assim, cada escola deveria ter quatro salas de aulas para meninos e quatro para meninas (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries). Era uma determinação na construção ou criação de Grupos Escolares, como diz o regulamento:

Artigo 82. 2º. Nos Grupos Escolares os alumnos deverão ser distribuídos em 4 classes para cada sexo, correspondentes ao 1º., 2º. 3º. e 4º. Annos dos cursos preliminar (Idem, apud MENON, 2000, p. 216).

Através das regulamentações, é possível perceber que o direcionamento do projeto do Grupo Escolar estava preso a um formato já preestabelecido pelas normas pedagógicas. Esse formato Caberia à criatividade de engenheiros e arquitetos codificar e traduzir, nesse formato, as necessidades da escola pública.

As regulamentações não se deram apenas na formação da escola como projeto, mas também como construção no que se refere ao acabamento. De certa forma, as regulamentações acabaram por definir também alguns materiais aplicados na construção e no acabamento dos Grupos Escolares. Padronizações, como a utilização de ladrilhos hidráulicos nos corredores e banheiros, piso de madeira nas salas de aulas, portas e janelas de madeira, pinturas a óleo nas paredes, entre outras, eram observáveis em todas as escolas. Esses materiais foram largamente utilizados justamente por melhor se adequarem às regulamentações da higiene sanitária, que determinavam a localização de alguns ambientes, como os banheiros:

2º. As necessárias não devem ter comunicação com as salas de aula (Idem, apud MENON, 2000, p. 218).

Esse cuidado das regulamentações no tocante aos banheiros era ainda visível na questão da localização das fossas sépticas e seu distanciamento dos poços de água. Esse item nos mostra a dificuldade que enfrentariam as escolas em terrenos pequenos.

3º. As fossas devem ser estanques e, si a agua potável for fornecida por poços, deverão esses ser afastados o quanto possível daquellas (Idem, apud MENON, 2000, p. 218).

Contudo, a distância mínima do poço de água e da fossa não estava fixada no regimento.

Outra determinação era em relação ao tamanho das janelas, e — questão ainda mais importante — a necessidade imperiosa de uma grande insolação do edifício. O que poderia ser interpretado como falta de cálculo no que diz respeito à entrada de sol nos cômodos e, principalmente, nas salas de aulas, era justificado pelo imperativo do combate às moléstias e epidemias através da esterilização feita pelo sol. De acordo com o artigo abaixo, as janelas das salas de aulas eram mantidas abertas na hora do recreio, quando as cortinas podiam ser recolhidas, permitindo a entrada do sol sem prejudicar o andamento da aula.

4º. Durante o recreio, após a retirada dos alumnos, as salas deverão ser arejadas, abrindo-se todas as janellas (Idem, apud MENON, 2000, p. 218).

Ainda quanto aos cuidados com os alunos, a orientação para o procedimento de limpeza dos pisos era de que deveriam ser “lavados” com pano úmido para não levantar poeira, evitando-se assim riscos de alergias nas crianças. Esse item acabou, também, por determinar o uso de madeira nos pisos de salas de aulas, visto que tornava mais fácil o passar pano úmido, além de dar à sala uma boa condição térmica.

Quanto às paredes, havia a obrigatoriedade do uso de tinta (tipo óleo) até a altura de 1,5 m aproximadamente, permitindo que elas fossem lavadas duas vezes ao ano.

Assim, a construção dos edifícios escolares começava a definir-se através das regulamentações do “Código de Posturas da Cidade de São Paulo” e pelo “Regimento Interno das Escolas Publicas”. Havia, ainda, os decretos de leis que regulamentavam também as construções gerais. As leis do Código Sanitário, de 1894, regulamentavam também as construções de escolas. Dentre os vários artigos do Código Sanitário para a construção de habitações, algumas foram rigorosamente observados nas construções dos Grupos Escolares, como por exemplo:

Artigo 184: Os edifícios de escolas devem ser cuidadosamente construídos em local, cujo solo esteja perfeita e completamente

saneado, de acordo com o que fica estabelecido com as habitações em geral (CÓDIGO SANITÁRIO²⁷, 1894, p. 218).

Ficava estabelecido então que todos os terrenos — doados, comprados ou alugados — deveriam ter sua situação regularizada quanto à coleta de esgoto e abastecimento de água. A situação de água nas escolas também era prevista pelo Código: no Grupo Escolar da Várzea do Carmo, por exemplo, existem ainda hoje quatro caixas d'água de concreto, de aproximadamente dois mil litros cada, instaladas no sótão do edifício. Existe ainda uma escada de acesso especialmente construída para o sótão, facilitando a limpeza das caixas.



Figura 3. Caixas d'água e escada de acesso ao sótão no Grupo Escolar da Várzea do Carmo. Fotos: Mozart Araujo. 2006

Os edifícios escolares não deviam ser implantados próximos de hospitais, cemitérios e outros lugares que pudessem colocar em risco a segurança das crianças. Nem em locais ruidosos, cujo barulho pudesse tirar a concentração das crianças. Como aparece nos artigos da lei, de 1894:

Artigo 185. Deverão ser collocados, longe dos hospitaes, cemitérios, fabricas, egrejas, prisões, etc., etc.

Artigo 186. Deverão ficar situados em ruas pouco concorridas e o mais distante possível da aglomeração urbana (Idem, 1894, p. 87).

O entorno do edifício deveria receber sol na maior parte do dia. Quanto mais sol, mais adequado seria o local para implantação da escola:

²⁷ Cf. Anexo M.

Artigo 187. Não deverão ser sombreados por outros edifícios ou arvoredos (Idem, 1894, p. 87)

Estabelecia-se, também, que os edifícios das escolas deveriam ficar protegidos dos ventos:

Artigo 188. A orientação variará conforme a direcção dos ventos reinantes, devendo entretanto ficar sempre abrigadas dos ventos prejudiciais (Idem, 1894, p. 88).

Não se especifica quais seriam os ventos prejudiciais, mas, ao que tudo indica, seriam os ventos vindos do sul, sempre mais frios.

Poucas foram as escolas *térreas* na cidade de São Paulo. A maioria, por necessidade de atender à demanda de alunos, foi construída em dois níveis, sendo um piso térreo e um superior.

Artigo 189. Sempre que for possível, as escolas deverão ter um só pavimento (Idem, 1894, p. 88).

Apesar de preferencialmente térrea, a escola deveriam estar distante do solo cerca de 1 ou 2 metros, no máximo, prevenindo-se da umidade prejudicial à saúde.

Artigo 190. As salas de classes deverão estar collocadas acima do solo de 1 a 2 metros, no maximo (Idem, 1894, p. 88).

Os edifícios também deveriam estar preparados para receber um número de alunos tal que conseguissem circular pelo prédio sem prejuízo da locomoção. Para regulamentar a circulação necessária nos edifícios, o Código Sanitário previa:

Artigo 191. As escadas deverão ser largas, rectas ou quebradas em ângulos rectos com patamares e os degraus não deverão ter mais de 15 a 16 centímetros de altura.

Artigo 192. As portas deverão ser amplas e altas e comunicarão com o espaço vestibulo.

Artigo 193. os corredores deverão ser evitados tanto quanto forem possível (Idem, 1894, p. 88).

As escadas, em sua maioria, possuíam 1,2 m de largura, espaço suficiente para circularem uma pessoa subindo e outra descendo.

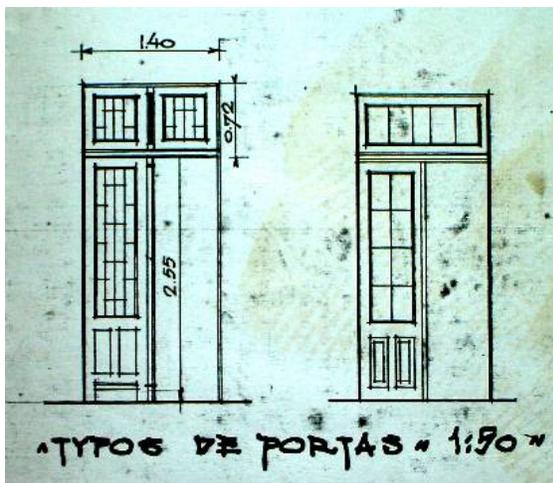


Figura 4. Desenho de porta do Grupo Escolar Rodrigues Alves, com porta de duas folhas e bandeira fixa. Fonte: CPOS.

As portas das salas, que deveriam ser amplas e altas, não mantinham uma medida específica. As portas deveriam ser tão altas quanto permitisse o projeto. Assim, as dimensões eram em média 1,4 m de largura por 3,2 m de altura, sendo que a folha da porta poderia ter 2,55 m de altura, e o restante poderia ser formada por uma bandeira fixa ou de abrir.

Os corredores eram pouco desejáveis, pois ocupavam uma grande parcela da metragem quadrada total do edifício, chegando muitas vezes a ultrapassar mesmo a metragem dos banheiros, do gabinete de diretor e da sala de professores, juntos.

O tamanho das salas de aulas também era determinado pela legislação, que previa se mantivesse uma dimensão para que comportassem no máximo 50 alunos.

Artigo 194. As dimensões das salas de classes devem variar, segundo o numero de alumnos que as freqüentam; no entretanto nenhuma sala de classe deverá admitir mais de 50 alumnos.

Artigo 195. Cada alumno disporá de 1 metro e 25 centímetros quadrados de área de superfície em uma sala, cuja altura dor de 4 a 5 metros e deverá dispor no mínimo de 30 metros cúbicos de ar renovado por hora (Idem, 1894, p. 88).

Cada sala de aula (para 50 alunos) deveria ter 62,5 m². Das escolas pesquisadas, o Terceiro Grupo Escolar do Brás possui salas de aulas com média de 8,35 x 5,85 m, com 48,84 m². Portanto, uma sala de aula projetada apenas para 39 alunos. No Primeiro Grupo Escolar da Várzea do Carmo, a maior sala de aula era de 9,2 m x 5,3 m, perfazendo área de 48,76 m², suficientes para no máximo 39 alunos.

Esses dados permitem concluir que o Grupo Escolar da Várzea do Carmo estava preparado para receber aproximadamente 480 alunos por período.

Com a capacidade máxima de alunos nas salas de aulas, restava a preocupação com a ventilação dos ambientes. As salas deveriam ser ventiladas, mas sem correntes de ar que pudessem prejudicar a saúde dos alunos. Adiante veremos mais detalhes referentes às janelas das salas de aulas. Por ora, recordamos a lei que regulamentava as aberturas das salas, e, ainda, a preocupação com a iluminação:

Artigo 196. A ventilação da sala deverá ser feita de modo mais completo e continuo e as correntes de ar deverão ser taes, que não prejudiquem a saúde das creanças.

Arttigo 197. a illuminação da sala deve ser unilateral esquerda, sendo tolerada a bilateral, contanto que não proceda de faces paralelas.

Artigo 198. Será boa illuminação, quando do logar menos favorecido, puder se divisar o horizonte em um extensão vertical de 30 centímetros.

Artigo 199. A única illuminação artificial que, sem inconvenientes, pode ser adoptada, é a elétrica. São entretanto toleradas a illuminação a gaz ou petróleo sem embargo de serem anti-hygienicas.

Artigo 200. As janellas das salas de classe deverão ser abertas na altura de 1.20 sobre o soalho e se approximarão o maximo possível do tecto, tanto quanto for possível (Idem, 1894, p. 88).

Ficava livre de regulamentação o espaço de parede entre as janelas, cabendo ao arquiteto prever a dimensão segundo a estrutura do edifício, conquanto se sugerisse o seguinte:

Artigo 201. Os vãos entre as janellas deverão ter a menor largura possível (Idem, 1894, p. 88).

Não se aconselhava a modificação do formato das salas de aulas, sendo estipulado que a forma retangular era a melhor para o sistema de ensino da época:

Artigo 202. A fórmula da sala de classe deve ser de preferência a rectangular e a largura do rectangulo deverá ser calculada de modo que a illuminação satisfaça os requisitos hygienicos (Idem, 1894, p. 88).

A preocupação com a forma da sala de aula se justificava pela fácil acomodação das mesas, distribuídas em fileiras, e conseqüentemente uma melhor fiscalização dos alunos. Como observa Frago:

Uma primeira razão para isso, também óbvia, é que tais disposições, as adotadas, favorecem a visibilidade e, portanto, o controle e a vigilância. São mais lineares, mais ordenadas ou claras (FRAGO, 2001, p. 107)

Diferentemente do círculo e de polígonos de mais lados, o retângulo é uma forma racional, segura e regular. É uma das formas preferidas pelo homem, pois dá aos espaços a facilidade de organização e de distribuição.

O artigo 203 estabelecia a mobília das salas, o 204 determinava as horas de repouso entre as aulas, e o 205 determinava a obrigatoriedade das aulas de ginásticas.

Referente à construção do edifício e dos espaços livres, a lei previa os espaços determinados para os recreios e ginásticas:

Artigo 206. Deverá haver nas escolas pateos e jardins que servirão de recreio e oferecerão todas as vantagens higienicas exigíveis.

Artigo 207. Nos pateos e jardins devera haver logares abrigados, de fôrma que não sejam os alumnos privados de exercícios nos dias chuvosos (CÓDIGO SANITÁRIO²⁸, 1894, p. 89).

Apesar de serem exigidos esses espaços, e regulamentada sua existência em lei, as áreas de ocupação não eram determinadas através de regras.

Por fim, as instalações dos banheiros: determinava-se que deveriam ser colocados fora do prédio central, junto à cobertura destinada ao galpão do recreio. Enquanto esse distanciamento dos banheiros acontecia em alguns edifícios, como por exemplo, nos Grupos Escolares de Itapetininga e Sorocaba, dos quatro Grupos Escolares aqui pesquisados apenas um, o Grupo Escolar Romão Puiggari, não possuía as dependências de sanitários dentro do edifício principal. De qualquer forma, os banheiros deveriam ficar distantes quanto possível. Observamos que, nos projetos aqui estudados, nos três casos onde existem banheiros acoplados ao prédio principal, os banheiros ficam no final de corredores, distantes das salas de aulas.

O artigo 209 orienta os cuidados com a higienização dentro e fora das escolas, e a interdição de alunos com doenças contagiosas.

Foram encontradas, ainda, as leis do Código Sanitário que regulamentavam o uso e construções das escolas, datadas de 09 de abril de 1918²⁹, através do decreto

²⁸ Cf. Anexo B.

²⁹ Cf. Anexo K

número 2918, que repetia a maioria dos artigos anteriores, tendo como exceção o artigo 172, que diminui o espaço ocupado por aluno dentro de sala de aula de 1,25 m² para 1 m²; e o artigo 182, o único que estabelece que os vasos sanitários deverão ser em número de um para cada 20 alunos.

CAPÍTULO II

OS GRUPOS ESCOLARES E SEU ENTORNO

Para tentar entender o processo de construção dos edifícios de Grupos Escolares e seu entorno, talvez seja melhor começar por algumas observações a propósito de sua localização no bairro, e a do bairro na cidade. Para isso, portanto, recuemos no tempo, mesmo que para analisar superficialmente o surgimento da cidade de São Paulo.

Trinta e dois anos após Pedro Álvares Cabral desembarcar em terras do Novo Mundo, o colonizador Martim Afonso de Souza estabeleceu, ao sul, a Capitânia de São Vicente. A partir da pequena vila no litoral, iniciava-se a exploração do interior, atingindo, através da Serra de Paranapiacaba, o Planalto de Piratininga. Passemos rapidamente por alguns fatos importantes dessa história.

2.1 - A cidade de São Paulo: um breve histórico do seu processo de urbanização.

Em 25 de janeiro de 1554, era celebrada a primeira missa no colégio, construído pelos jesuítas, na colina entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, e que recebeu o nome de São Paulo de Piratininga, em homenagem ao santo cuja conversão ao catolicismo se comemorava nesse dia. O local da primeira missa, e também do início da urbanização da cidade de São Paulo, não fora escolhido aleatoriamente. A área em que foi criada a primeira escola fora deixada pelos índios aos novos visitantes, por não ser área de algum interesse, situada entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú. Os índios se interessavam pela área próxima do rio Tamanduateí, de onde retiravam seu sustento. Como explica Simões:

Outro fator de fundamental importância para a localização do sítio indígena era a proximidade dos rios, pois a pesca era fonte principal de alimentação. Nesse sentido, o Tamanduateí aparecia como uma referência importante. No entanto, as encostas voltadas para seu lado eram sujeitas aos constantes ventos frios vindos da serra do Mar. Talvez por esse motivo os indígenas se instalassem mais ao centro da colina e cedeu aos jesuítas uma porção de terreno voltada para esse lado da várzea, um local pouco valorizado por eles (SIMOES, 2004, p. 20).

E foi assim, pacificamente, que os indígenas cederam o terreno para os jesuítas portugueses. Logo em seguida, os indígenas se deslocaram mais para o interior do território.

Nesse ano, já surgiam as primeiras notícias da ocorrência de ouro no Brasil, na região do Jaraguá e em Santana do Parnaíba, o que incentivou o avanço da ocupação para além da colina de São Paulo, que passava a ser o principal apoio na exploração do interior.

Essa característica era decorrência do desenvolvimento histórico da cidade, que desde sua fundação havia consolidado sua estrutura central voltada para o lado oposto, próximo à encosta leste, por onde passava o rio Tamanduateí. Era por ali que em séculos anteriores São Paulo se comunicava com outras localidades importantes do território brasileiro: com Santos, onde se situava o porto, e com o Rio de Janeiro, capital do país. Ali estavam as portas da cidade – as ladeiras do Carmo e da Glória – pontos de conexão com essas estradas e por onde, durante mais de um século, os tropeiros entravam e saíam de São Paulo (SIMOES, 2004, p. 13).

Em 1560, com uma população de cerca de 80 habitantes, São Paulo era elevada à categoria de vila, instalando-se a Câmara Municipal e a Alcaidaria.

Levas de aventureiros saíam em busca das sonhadas montanhas de ouro, e isso provocou conseqüências desastrosas à pequena vila, que cada vez mais se tornava uma vila apenas de passagem. Contudo, o povoado foi crescendo vagarosamente e, em 1711, passou à categoria de cidade. Nessa época, era intenso o movimento de “entradas e bandeiras”, que, a partir da cidade de São Paulo, passava a agregar vastas regiões interiores ao domínio português (Goiás e Mato Grosso).

Com a intensa emigração de paulistas para as regiões auríferas, a cidade entrou em declínio, condição essa agravada pelo decreto de D. João V, de 1758, que concedia liberdade aos índios. Tendo a base de sua economia ameaçada, passava a

agricultura a constituir a única atividade possível na cidade, com a construção de engenhos de açúcar e com a criação de gado. Até o final do século XVIII, quase 250 anos após sua fundação, São Paulo mal transpusera os limites de seu sítio original. A área do núcleo urbano mais edificado não ultrapassava os 40 ha, e estava envolvida por um cinturão de sítios e chácaras. Estes seriam posteriormente loteados, habitados por senhores mais abastados, e se mantiveram até o século XIX, constituindo-se em reserva de expansão urbana. Ainda nesta época, foi criado o Horto Botânico, para o qual se destinou uma área no Bairro do Guaré. Cercada, ficou sem uso até 1825, quando então foi aberta ao público como Parque Jardim da Luz. Em 1827, por decreto imperial, criava-se a Academia de Direito do Largo de São Francisco, e a população da cidade não superava os 10 mil habitantes, concentrados nas regiões das Freguesias da Sé, Santa Ifigênia e Brás.

A cidade de São Paulo ganharia uma nova feição, primeiramente, com o processo de substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, dos imigrantes europeus, principalmente italianos e, em segundo lugar, pela opção da elite cafeeira em residir na própria cidade, que contava, em 1870, 30 mil habitantes, e saltaria para 240 mil, em 1900. A cidade, de aparência colonial, transformava-se, apresentando melhoramentos urbanísticos que anunciavam o seu futuro de metrópole do café. Iniciava-se a expansão urbana em direção às várzeas e terraços fluviais, onde haviam sido instaladas as ferrovias. Espaços anteriormente vazios passaram a serem ocupados por fábricas e bairros operários. O antigo triângulo na região central, composto pelas ruas São Bento, Rua Direita e Quinze de Novembro, passou a configurar-se como setor de serviços e comércio. A burguesia paulista, em plena ascensão, optaria por morar nas colinas além-Anhangabaú, ocupando o aristocrático bairro de Campos Elíseos, loteado por Frederico Glete, em 1879.

Entre 1872 e 1875, sob o governo de João Teodoro Xavier, iniciaram-se as obras de remodelamento da cidade. O acesso às Freguesias do Brás, Santa Ifigênia e Luz foi melhorado, reformou-se o Jardim Público e o Largo 7 de abril (atual Praça da República), arborizaram-se as ruas principais, inaugurou-se a iluminação pública a gás e foram pavimentadas com paralelepípedos diversas vias do triangulo central.

Leis municipais tentavam conter o avanço dos bairros populosos e repletos de cortiços. Tentavam criar vilas operárias de baixo custo e saudáveis em áreas pouco povoadas. Mas, a necessidade dos trabalhadores de instalar-se próximo à ferrovia e às áreas de trabalho só fazia aumentar o número de cortiços na cidade, principalmente nas áreas do Brás e Mooca.

A comissão que investigou os cortiços em 1893 recomendou a demolição das residências abaixo dos padrões e a construção de vilas operárias baratas, espaçosas e higiênicas, nas quais uma pequena lavoura aumentasse a renda e as atividades de família operária e proporcionasse à vida socioeconômica da cidade maior equilíbrio (MORSE, 1953, p. 237).

Em 1888, foi inaugurada no Brás a “Hospedaria dos Imigrantes”, com capacidade para quatro mil pessoas. A construção da hospedaria tem importância nos dados de 1902, referentes à população de estudantes estrangeiros nos Grupos Escolares: um concentrado número de estrangeiros na hospedaria e seu entorno possibilitou o entendimento e a contagem de uma maioria estrangeira freqüentando as escolas daquele período. Os italianinhos eram a grande maioria nas escolas do Brás e Mooca, muitas vezes quase que o dobro dos brasileiros. Esses dados de nacionalidade nos Grupos Escolares da cidade de São Paulo são mostrados por Souza:

Os dados sobre nacionalidade revelam um aspecto instigante. A presença marcante da imigração em todo o Estado de São Paulo no campo e nas cidades resultou no elevado número de crianças brasileiras e filhos de estrangeiros estudando nas escolas públicas. Nos grupos da capital, a porcentagem de alunos filhos de pais estrangeiros era em algumas escolas duas a três vezes superiores à dos filhos de pais brasileiros. (...) no 1º do Brás igual a 73,7% (...) G.E. de Pindamonhangaba, 99,5% (SOUZA, 1998, p.109).

Nesta época, a preocupação com a expansão urbana não residia apenas em questões estéticas e de higiene. Em 1886, o Código de Posturas constituiu-se na primeira legislação urbanística, sem, entretanto configurar diretrizes gerais de uso e ocupação do solo. O código estabelecia as larguras mínimas das vias de circulação e a localização de algumas atividades como teatros, hospitais, indústrias e seus horários de funcionamento.

No período de 1889 a 1911, realizaram-se inúmeras intervenções na cidade, como a arborização de ruas e avenidas, a remodelação do Jardim da Luz, a abertura da Avenida Angélica, a construção do Mercado Municipal e do Teatro Municipal, visando tudo isso o embelezamento da cidade.

Ali por volta de 1902, a Praça da República foi orlada de um arame farpado. Vieram carroças, removeu-se terra daqui para ali, fizeram o lago, plantaram árvores, gramaram canteiros e, numa tarde de Ano Bom, com banda de música, foi inaugurado o jardim, com a presença do presidente do estado e do prefeito. Ajardinada a Praça da República, ao cair da noite, depois do jantar, tornou-se o ponto de reunião das famílias dos Campos Elíseos, Vila Buarque e Higienópolis (AMERICANO, apud Monarcha, 1999, p128).

Obedecendo à tendência da expansão urbana da burguesia, rumo aos terrenos mais altos, aos poucos se atingiu o espigão central, na época denominado Altos do Cagaçu. Na área, instalou-se o loteamento Chácara Bela Cintra, de propriedade de Joaquim Eugênio de Lima, sendo aberta a Avenida Paulista, em 1891. Um ano depois, foi inaugurado o Parque Villon (atual Siqueira Campos ou Trianon), projeto do paisagista francês Paul Villon, inserido no loteamento e preservando parte da mata existente na época. Tanto o Parque Trianon como a Avenida Paulista correspondiam aos interesses de Joaquim Eugênio de Lima, e acabou colaborando para a criação de mais contrastes sociais, definindo uma área destinada à aristocracia e outra aos cortiços.

(...) um centro urbano com boulevards aristocráticos e luminosos, convivendo com aglomerações operárias constituídas por ruas sombrias e confusas, com populações encurraladas em cortiços (MONARCHA, 1999, p.186).

A antiga região central, conservando o mesmo traçado estreito e sinuoso definido pelos jesuítas, passou a interligar-se com a "cidade nova" — região além-Anhangabaú — através dos trilhos de bonde da *Light The São Paulo Tramway, Light & Power*, com a conclusão do Viaduto do Chá, em 1892.

Criou-se um sistema de transporte coletivo, que atendia o centro e os bairros, tornando-se fator de indução da ocupação da Penha, Santana, Ipiranga, Pinheiros e Lapa, sendo implantados 188,7 km de linhas, no período de 1901 a 1912:

Os estrangeiros, como era de esperar, desempenharam um grande papel na alta dos terrenos. Em 1877 foi contratado o engenheiro francês Jules Martin para construir um viaduto de 180 metros de extensão sobre o vale do Anhangabaú, ligando a colina central da cidade ao Morro do Chá, cuja chácara estava sendo subdividida em lotes. O viaduto do Chá, completado em 1892, tornou-se uma válvula de segurança para o congestionado triângulo (SIMOES JUNIOR, 2003, p.101).



Figura 5. Viaduto do Chá durante as obras de reestruturação de seu leito para trânsito dos bondes elétricos. Foto de 1902, 10 anos antes da construção do G.E.do Carmo. Foto: Marc Ferrez.

Para garantir o abastecimento, inicialmente captava-se água do ribeirão Pedra Branca, na Serra da Cantareira. Em 1907, inaugurou-se o abastecimento domiciliar do Bairro da Sé, com a construção do Reservatório do Araçá. A Companhia Light realizou também a barragem do rio Guarapiranga, com o objetivo de garantir volume de água suficiente para a primeira Usina Hidrelétrica de Parnaíba, em 1901. A presença da represa modificou a paisagem dos arredores da capital, pois atraía a população nos finais de semana, resultando na instalação de uma linha de trem até Santo Amaro.

Voltando às áreas mais periféricas, concentrava-se a população mais pobre, constituída de imigrantes e operários, sem acesso aos vários serviços públicos, vivendo em péssimas condições de salubridade. Esta população residia nas regiões do Brás, Belenzinho, Mooca, Canindé, Pari e, em seguida atingindo o Ipiranga e a Vila Prudente. A Lei do Povoamento do Solo, de 1907, que se deveu a Miguel de Calmon,

fez entrar no território brasileiro, em apenas oito anos, a espantosa massa de quase um milhão de imigrantes. O início dessa imigração foi graças aos esforços de Queiroz Teles, mais tarde, Visconde de Parnaíba, que visitou a Europa ocidental trazendo grande número de mão-de-obra (principalmente da Itália):

Em 1885 – 6.500 imigrantes; 1886 – 9.536 imigrantes; 1887 – 32.112 imigrantes; 1888 - 92.086 imigrantes; 1889 – 27.893 imigrantes; 1890 – 38.291 imigrantes; 1891 – 108.736 imigrantes (MORSE, 1953, p.175).

Em apenas 50 anos, São Paulo transformava-se de cidade provinciana em importante centro urbano industrial em ascensão, sustentado pela economia cafeeira e pelo surto industrial ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Concentrando o recrutamento da mão-de-obra, as agências exportadoras e o crédito bancário, a cidade estimulava a aplicação do capital excedente da produção cafeeira nas indústrias de tecelagem, nas alimentícias e químicas. No censo de 1920, já figurava como o maior produtor industrial do país, respondendo por 32% da produção. Em aproximadamente 20 anos, foram criadas 41 novas indústrias:

O levantamento parcial feito por Antonio Bandeira das indústrias da capital em 1901, traz o ano em que foram fundados 94 dos 108 estabelecimentos enumerados. Dos 94, apenas 4 eram anteriores a 1870, sendo que 41 foram fundados entre 1870 a 1890 (MORSE, 1953, p. 185).

2.2 - Brás, Mooca e Avenida Paulista

A cidade de São Paulo experimentava um crescimento vertiginoso. Os bairros da Mooca e Brás recebiam diariamente levas de imigrantes, sobretudo italianos e espanhóis. A crise econômica na Itália a partir de 1870 colaborou para a migração para o Brasil: Como nota Rolnik, a propósito:

Mostrou-se oportuna para a importação de mão-de-obra abundante e barata, com vantagem de que esta aportaria previamente expropriada. Por pressão dos cafeicultores, que tinham absoluto domínio da máquina política do estado – e do país – o governo passou a ter uma política ativa, subsidiando a importação do imigrante europeu em larga escala. Em 1881, o governo começou a pagar metade dos custos de

transporte, da Europa até as fazendas; em 1884, reembolsou integralmente aos fazendeiros pelo pagamento que faziam das passagens (ROLNIK, 1997, p.38).

Com o incentivo direto do governo à imigração, seu número tendeu sempre ao aumento do contingente. Quando um grupo de imigrantes chegava ao porto de Santos, depois de uma viagem cansativa de navio que durava, em média, 30 dias, o telégrafo enviava uma mensagem de aviso às hospedarias. Os estrangeiros subiam a Serra do Mar nos trens da São Paulo Railway, e desembarcavam na estação ferroviária junto à plataforma da hospedaria.

Subiam a serra, entravam em São Paulo pela ferrovia (hoje Estação da Luz), para dali embarcarem rumo às fazendas de café. Todavia, muitos acabavam ficando na cidade de São Paulo, estabelecendo-se próximo às fabricas que ofereciam oportunidades de trabalho.

Na cidade, colônias de imigrantes iam-se instalando em cortiços, compelidos por condições pecuniárias difíceis. Por sua proximidade em relação ao ponto de chegada dos imigrantes na cidade, o bairro do Brás foi o que mais absorveu os recém-chegados:

Brás por sua vez foi um dos primeiros espaços que abrigaram os novos pobres da cidade: os imigrantes estrangeiros, que em 1890 já eram 14.303 na capital (ROLNIK, 1997, p. 60).

Alguns imigrantes que chegavam a São Paulo também ingressaram em ocupações de setores da construção civil, sendo que em:

(...) 1890 eram 14 303 estrangeiros para uma população total de 64 934 habitantes; em 1893 eram 71 468 para uma população de 120 755. Os estrangeiros constituíam 54,6% da população total e uma porcentagem ainda maior da força de trabalho. Dos 10 241 artesãos, 85,5% eram estrangeiros, na manufatura 79%, no comércio 71,2% (ROLNIK, 1997, p. 73).

A formação e construção da cidade, naquele momento, estavam mais de 50% nas mãos dos imigrantes, em geral trabalhadores de poucas posses. A imigração teve seu número máximo no ano de 1891. Em 1888, com a abolição dos escravos, essa proporção se acentuaria, pois, a partir daí, a mão-de-obra para os cafeicultores seria

preferencialmente a dos imigrantes. E graças a eles, o contingente populacional dos bairros periféricos aumentaria, principalmente na Sé, em Santa Ifigênia e Brás:

O crescimento dos distritos				
Distritos	1872	1886	1890	1893
Sé	9.213	12.821	16.395	29.518
Santa Ifigênia	4.459	11.909	14.025	42.715
Consolação	3.357	8.269	13.337	21.311
Brás	2.308	5.998	16.807	32.387
Penha	1.883	2.283	2.209	1.128
N. S. do Ó	2.023	2.750	2.161	2.350
São Paulo	23.243	44.030	64.934	192.409

Crescimento dos distritos de São Paulo. Fonte: MORSE, p. 238.

A substituição da mão-de-obra escrava, desde 1870, pela imigrante (assalariada) levou, em certos momentos, à situação em que havia mais imigrantes que nacionais na cidade, conforme mostra a tabela abaixo:

Ano e número de imigrantes	
1885.....	6.500
1887.....	32.112
1889.....	27.893
1891.....	108.736
1886.....	9.536
1888.....	92.086
1890.....	38.291

Número de imigrantes em São Paulo. Fonte: MORSE, p.184

Tabela de imigração durante a década de 1882-1891	
Italianos.....202.503	Dinamarqueses.....1.042
Portugueses.....25.925	Belgas.....851
Espanhóis.....14.954	Ingleses.....782
Alemães.....6.196	Suecos.....685
Austríacos.....4.118	Suíços.....219
Russos.....3.315	Irlandeses.....201
Franceses.....1.922	Outros.....483
Total263.196	

Imigração por nacionalidade. Fonte: MORSE, p. 241.

Para receber os imigrantes, instalou-se na cidade uma hospedaria que abrigava gratuitamente cerca de 4.000 pessoas. Foi inaugurada em 1885, no bairro do Brás, com capacidade inicial para acomodar 1.200 imigrantes. Era uma forma de o governo

suprir a necessidade de mão-de-obra nas lavouras de café. Esse incentivo coincide com o aumento da chegada de imigrantes no país, em 1888.

O Conde de Parnaíba construiu uma das principais hospedarias, a Hospedaria dos Imigrantes, aonde os recém chegados poderiam se instalar gratuitamente durante uma semana, até que pudessem ir para as fazendas. Em 1888, a hospedaria acomodava 4.000 pessoas (MORSE, 1953, p.175).

Na hospedaria, havia o aparato necessário para o recebimento dos imigrantes. Constava de café da manhã, almoço, jantar e mais um café antes de dormir, conforme indica a tabela abaixo:

Horário das refeições na hospedaria
Café e pão: às 7 horas da manhã
Almoço: às 11 horas da manhã
Jantar: às 4 horas da tarde
Café e pão: às 7 horas da tarde
Leite: para as crianças fracas ou menores de 3 anos
Pão e salame: para alimentação durante a viagem, na partida

Horários de refeições da Hospedaria. (Fonte: www.memorialdoimigrante.sp.gov.br)



Figura 6. Hospedaria do Imigrante. (Fonte: Arq. Municipal de Negativos DIM/DPH/SMC/PMSP. Ao lado do prédio, uma passarela ligava o desembarque na estação ferroviária diretamente à hospedaria)

Muitos imigrantes instalaram-se nas várzeas do Tamandateí e do Tiête, perto das estações ferroviárias e ao longo da estrada de ferro, atraídos pelo baixo preço dos terrenos e pela facilidade de se locomoverem e agilizar a negociação de seus produtos:

Em face do baixo preço dos terrenos e da facilidade de transporte dos produtos, o parque industrial paulistano constituído principalmente por empresas de porte médio e pequenas oficinas, fabriquetas e ateliês, muitos deles de caráter doméstico. Assim Brás, Bom Retiro, Mooca, Água Branca, Lapa, Ipiranga foram loteados e cresceram rapidamente (ROLNIK, 1997, p. 78).

A evolução do parque industrial da cidade e a expansão dos trilhos das ferrovias acabaram por atrair tanto imigrantes como comerciantes e industriais, que a partir delas levavam seus produtos para Santos, Jundiaí, Campinas e interior. Num curto lapso de tempo, as ferrovias cresceram para atender a demanda de mercadorias produzidas na

cidade, criando uma importante trama do transporte ferroviário. As construções e ampliações dos trilhos aconteceram na seguinte seqüência:

1867: Estrada de Ferro Inglesa; 1872: Cia. Paulista Santos-Jundiaí (Jundiaí a Campinas); 1876: Ferrovia Limeira-Rio Claro; 1881: Rio Claro a Descalvado; 1873: Cia. Ituana; 1873: Jundiaí a Itu; 1875: Cia. Sorocabana; 1875: São Paulo a Sorocaba; 1879: São Paulo a Ipanema; 1883: São Paulo a Tietê; 1875: Cia. Mogiana; 1875: Campinas a Mogimirim; 1875: Campinas a Amparo; 1878: Campinas a Casa Branca; 1883: Campinas a Ribeirão Preto; 1886: Campinas a Poços de Caldas; Extensão dos trilhos na Província de São Paulo; 1870:139 km; 1875: 655 km; 1880: 1.212 km; 1885: 1.640 km; 1890: 2.425 km (MORSE, 1953, p. 179,180).

Esse período de implantação das ferrovias coincidiu com o apogeu da economia cafeeira, entre 1867 e 1890. Em menos de 10 anos, a cidade foi capaz de fazer escoar-se quase toda sua produção graças ao transporte ferroviário.

Mas a cidade não se empenhava apenas na construção de ferrovias. Dentre as construções e benfeitorias do período temos: 1890, investimentos nos novos bairros Higienópolis e Campos Elíseos; 1890, museu do Ipiranga; 1891, iluminação elétrica, fornecida por uma máquina a vapor de 50 kilowatts da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo; 1892, construção do Viaduto do Chá; 1900, S.Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd.; 1900, uma grande fábrica de farinha Matarazzo; 1900, Pinacoteca do Estado; 1901, Estação da Luz; 1903, início da construção do Teatro Municipal; 1911, finalização da construção do Teatro Municipal; 1910, início da reformulação no Vale Anhangabaú e finalização em 1917; 1915, Palácio dos Campos Elíseos – residência do Governador³⁰.

³⁰ Cf. Fonte: MORSE, 1953. SIMÕES JUNIOR, 2004.



Figura 7. De 1890, o Museu do Ipiranga. Observe-se o mesmo estilo de arquitetura do G.E.Romão Puiggari, de 1893. Ao lado, o Palacete de Elias Antonio Pacheco e Chaves. Percebe-se o frontão principal nos moldes do frontão do G.E.Prudente de Moraes (que tinha um relógio), as arcadas iguais às do Museu do Ipiranga, e que aparecem também na Escola Normal Caetano de Campos. Fotos: Guilherme Gaensly.

Concomitantemente ao crescimento industrial de São Paulo, implantaram-se os Grupos Escolares do Brás e da Mooca. A necessidade de atendimento à população composta de operários residentes nesses bairros fez que o Grupo Escolar Padre Anchieta tivesse um projeto fora dos padrões vigentes, como veremos adiante.

A distribuição espacial dos grupos humanos pela cidade revelava as diferenças socioeconômicas da população que então se formava. Pobres, imigrantes, negros, aristocratas, cada qual diferencialmente distribuído pelos distintos bairros.

O cortiço, geralmente, ocupava o interior de um quarteirão no qual o terreno era quase sempre baixo e úmido. Era formado por uma série de pequenas moradias em torno de um pátio ao qual vinha ter, da rua, um corredor longo e estreito. A moradia média abrigava de 4 a 6 pessoas, embora suas dimensões raramente excedessem os 3m por 5m ou 6m, com uma altura de 3m a 3,5m. Os móveis existentes ocupavam um terço do espaço. Os cortiços estavam espalhados por quase toda a cidade de São Paulo, mas, predominavam no bairro do Brás.

Àqueles a quem faltavam meios para morar até mesmo em cortiços restava o recurso último das casas de pau-a-pique:

A classe inferior, porém, estava ainda desprevenida diante do problema da simples sobrevivência. Para aqueles de seus membros que não moravam na tradicional choça de pau-a-pique, a moradia padrão era o

cortiço, unidade predial que abrigava muitas famílias e que assim fazia aumentar a densidade demográfica dos terrenos agora valorizados da cidade (MORSE, 1953, p. 210).

No Centro Velho, até por volta de 1893, e nas redondezas da Praça do Rosário, havia a maior concentração de população negra; no Brás, a menor, com cerca de 13% da população:

A população de origem africana na cidade representava 16,5% do total (ROLNIK, 1997, p. 75).

A cidade ganhava aspectos de uma quase divisão em guetos, formalizando seus espaços de acordo com culturas diversas. Vemos a cidade se subdividir em “colônias”.

À medida que iam crescendo os bairros pobres, aumentava a irregularidade das construções quanto às leis de urbanização da cidade. A falta de cumprimento da legislação era flagrante nos bairros de população pobre, que, contudo, seguiam aumentando:

Entre 1893 e 1920 o distrito do Brás teve um acréscimo de quase 13 mil prédios, 24% do total de novos prédios construídos no período (ROLNIK, 1997, p. 77).

Contrapondo aos bairros “encortiçados”, os alemães Glette e Nothman compraram a Chacarará do Capão Redondo, e a lotearam abrindo-lhe ruas e alamedas largas:

Nascia assim o bairro dos Campos Elísios, o Champs Elysées paulistano, que marcou o nascimento do modelo de bairro aristocrático, exclusivamente residencial e de alta renda. Em 1890, foi a vez do recém aberto bairro Higienópolis concentrar os palacetes mais elegantes da cidade. Em seguida, a Avenida Paulista, construída por Joaquim Eugenio de Lima e inaugurada em 8 de dezembro de 1891 (ROLNIK, 1997, p. 46).



Figura 8. Avenida Paulista em 1902, 15 anos antes da construção do G. E. Rodrigues Alves. Foto: Guilherme Gaensly.

Próximo às ferrovias e às fabricas, nas baixadas junto aos rios, instalavam-se os operários; e nas partes mais altas e secas, a aristocracia, mantendo-se à distância dos pobres, valendo-se da própria geografia da cidade. Separada das áreas nobres (Av. Paulista, Higienópolis), primeiramente pela linha férrea, e segundo pelo Rio Tamandateí (aglomeração do centro ao entorno da Igreja da Sé, Ribeirão Anhangabaú, Ribeirão do Bexiga, além de um desnível de aproximadamente 80 m, entre subidas e descidas) a população mais pobre ficava cada vez mais distante das áreas salubres.

Neste espaço urbano em transformação, grupos interessados na especulação imobiliária e na expansão das áreas de moradia voltaram sua atenção para algumas áreas das quais poderiam auferir vantagens expressivas: São Paulo se tornaria, nas décadas seguidas, alvo de especuladores imobiliários, situação que inevitavelmente se refletiria em sua conformação urbana.

2.3 - A localização dos Grupos Escolares.

No edifício escolar estava a imagem de que o ensino deveria propagar uma feição austera, adornada, simétrica, sem desvios na sua “coluna vertebral” arquitetônica: um bloco monolítico, pesado, sério, concentrado em um espaço amplo

para melhor ser contemplado e reverenciado em sua arquitetura nobre, integralmente importada da Europa e seguindo os moldes mais modernos da época.

A casa-escola deveria refletir o papel social da instrução primária e os valores atribuídos à educação. Ela haveria de ser, antes de tudo, uma força moral e educativa (SOUZA, 1998, p. 122).

A implantação dos Grupos Escolares tinha, para os republicanos, grande importância:

(...) criar um grupo escolar tinha um significado simbólico muito maior que a criação de uma escola isolada, cuja precariedade mais se assemelhava às condições das escolas públicas do passado imperial com o qual o novo regime queria romper. Em certo sentido, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades aliava-se às grandes forças míticas que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência e na civilização (SOUZA, 1998, p. 91).

Os republicanos decerto não pretendiam ser reverenciados a partir das tímidas e pobres escolas isoladas, escolas que mais lembravam as do Império, mal localizadas, mal estruturadas, com método de ensino ultrapassado e de péssimas acomodações. As pessoas deveriam acreditar no novo método que despontava, no novo edifício que deveria contribuir para conquistar o respeito e apoio da comunidade. Respaldo nessa distinção entre as escolas do Império e as da República, o Estado de São Paulo implantaria e construiria diversos edifícios, os Grupos Escolares. Nesse conjunto de criações, a fim de que houvesse um padrão nas construções e não só no método pedagógico, e organização e administração das escolas, foram criados diversos projetos “tipo”, que conseqüentemente eram repetidos em várias cidades, tanto na cidade de São Paulo como no interior do Estado

O decreto 248, de 1894, já fixava alguns critérios para a implantação de Grupos Escolares. Para se evitar o desperdício da instalação de escolas onde não existisse um número de alunos que constituísse uma real demanda, estipulava-se que:

Artigo 81. Nos logares em que, em virtude de densidade da população, houver mais de uma escola no raio fixado para a obrigatoriedade, o Conselho Superior poderá fazel-as funcionar em um só prédio para esse fim construído ou adaptado (REGIMENTO INTERNO DAS

ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO³¹, apud MENON 2000, p.215).

Não bastava aos republicanos implantar escolas, mas provar a todo instante que a qualidade do ensino era superior às escolas do Império. Era preciso afastar a imagem de que somente os pobres é que estudavam nas escolas públicas.

O número de habitantes na cidade aumentava a olhos vistos, em virtude também do estímulo imobiliário urbano, em que os altos e baixos influenciaram decisivamente os investimentos em imóveis como uma nova alternativa aos investimentos.

Já no início do século XX, em 1902, uma política de contenção da expansão da lavoura do café, em função dos baixos preços no mercado internacional, estimulou investimentos em imóveis urbanos – cuja hipoteca, desde 1900, passou também a ser aceita por parte dos bancos como garantia de empreendimentos a fazendeiros de café (ROLNIK, 1997, p.25).

Os incentivos e vantagens de negociar terrenos e construções no centro urbano de São Paulo foi um dos quesitos que contribuíram para o aumento da população. A urbanização da cidade estava em pleno avanço, desde 1881. No mapa, vemos as variações no surgimento dos novos bairros.

A localização³² do edifício dos Grupos Escolares deveria seguir a legislação do Código Sanitário, de 1894. De acordo com ele, estabelecia-se que:

Artigo 184. Os edifícios para escolas devem ser cuidadosamente construídos em local, cujo solo esteja perfeita e completamente saneado, de acordo com o que fica estabelecido em relação às habitações em geral.

Artigo 185. Deverão ser collocados, longe dos hospitais, cemitérios, fábricas, igrejas, prisões, etc., etc.

Artigo 186. Deverão ficar situados em ruas pouco concorridas e o mais distante possível da aglomeração urbana.

Artigo 187. Não deverão ser sombreados por outros edifícios ou arvoredos.

Artigo 188. A orientação variará conforme a direcção dos ventos reinantes, devendo entretanto ficar sempre abrigadas dos ventos prejudiciaes.

³¹ Cf. Anexo M.

³² Foram localizados os edificios dos Grupos Escolares no mapa de 1881 para que não houvesse engano na existência dos locais mencionados (igrejas, fabricas, estação ferroviaria, rua larga, etc).

Artigo 189. Sempre que possível, as escolas deverão ter um só pavimento.

Artigo 190. As salas de classes deverão estar collocadas acima do solo, 1 a 2 metros, no Maximo (CÓDIGO SANITÁRIO33, 1894, p 87-88).

Lendo-se o artigo 185 e, ao mesmo tempo, considerando-se a Escola Normal (de 1875, reaberta em 1880, portanto fora do período da legislação), percebemos quanto as observações e preocupações de João Lourenço Rodrigues, tratando do lugar em que estudara, foram levadas em consideração nas regulamentações, quanto à normalização e localização dos Grupos Escolares, apresentados no mapa de 1881³⁴. Construir um edifício escolar de forma bem localizada foi um problema de difícil solução. O edifício deveria ser construído para ser uma escola, estar próximo da população que iria utilizá-lo e distante das aglomerações urbanas que pudessem tirar a atenção dos alunos, insolação adequada, preferencia a edificio térreo o que levaria a um critério na escolha dos terrenos, entre outras exigências. Como relata Frago:

A localização enquanto problema a ser resolvido, surge com a confluência dos fatos: um deles seria a necessidade de que a instituição escolar se localizasse em um edifício próprio, construído com tal fim; outro seria o crescimento das cidades e as tentativas de regulá-lo mediante o planejamento urbanístico. Por isso, ainda se costuma citar, como precedente, os parágrafos de Luis Vives no *De las disciplinas* (1948), em que ele advoga em favor de um lugar salubre com abundância de alimentos saudáveis, afastado de toda concorrência, mas não em lugar despovoado, longe da corte e da vizinhança de mulheres moças (FRAGO, 2001, p. 81).

No caso específico dos Grupos Escolares aqui abordados, observamos no seu entorno que, sem nenhuma exceção, todos deixam de seguir a maioria das normas dos artigos do Código Sanitário, no que se refere a localização.

O *Primeiro Grupo Escolar do Braz*, Romão Puiggari, construído em 1898, não atendia, como vemos no detalhe do mapa de 1881, as especificações da legislação quanto à necessidade de o edifício estar distante de vias movimentadas, conforme o artigo 186. O mapa de 1881 apresenta em destaque a “Rua do Braz” como via de acesso direto e principal ao bairro. Observamos no traçado do desenho a largura da

³³ Cf. Anexo B.

³⁴ Cf. Anexo H.

rua em relação às outras ruas traçadas, mostrando que se tratava de uma rua de grande movimento (a futura Avenida Rangel Pestana).

Outra contrariedade é vista a propósito do artigo 185. O artigo sugere que as escolas deveriam ficar distantes de igrejas, fábricas, cemitérios, etc. O Grupo Escolar foi ali instalado para atender à grande população de operários que moravam próximo às fábricas. Se o Grupo Escolar devia ficar próximo à população, não existia uma maneira de não localizá-lo, ao mesmo tempo, próximo às fábricas e próximo às residências onde moravam.

As igrejas eram implantadas em diversos bairros. Inevitavelmente, porém, também próximo à igreja estava implantado o Grupo Escolar.

Rodeado por todos os elementos proscritos no artigo 185, 186, 188, 189, 190, e, pois, contrariando o Código Sanitário de 1894³⁵, encontrava-se o Grupo Escolar Romão Puiggari, um tipo às avessas do ideal: construído de frente com a Igreja do Brás, ao lado da linha de trem, numa rua movimentada, e rodeada de fábricas (não muito distante, observamos uma fábrica de gás), com salas de aula no porão (aproximadamente 1 metro abaixo do nível da rua, onde deveria estar de 1 a 2 metros acima), com metade de suas salas de aulas voltadas para os ventos sul.

Mas, de certa forma, os edifícios sempre que construídos para a finalidade escolar, foram independentes, possuindo terreno e área próprios para a atividade pedagógica.

O edifício escolar devia ser configurado de um modo definido e próprio, independente de qualquer outro, em um espaço também adequado para tal fim. Isso implicava seu isolamento ou separação. Também sua identificação arquitetônica enquanto tal. Alguns signos próprios. E, no fundo, aquilo que se situava fora. O edifício escolar destacava-se, assim, frente aos demais, sobretudo frente a outros edifícios públicos, civis e religiosos (FRAGO, 2001, p. 74).

A arquitetura escolar deixava de se isolar do entorno apenas através de recuos obrigatórios, regularizados em leis, e ainda assim com pouca eficiência. A localização do edifício mostrava nitidamente a preocupação com o número de habitantes no local e com o fato de haver escolas dos dois lados da ferrovia. De um lado, o Grupo Escolar

³⁵ Ver Anexo “B”.

Romão Puiggari; do outro lado da linha férrea, o Grupo Escolar Eduardo Prado e Grupo escolar Padre Anchieta, atendendo aos dois extremos do bairro.

No que se refere ao sombreamento do edifício, e em relação à distância da construção das salas bem como seu distanciamento do chão (artigos 187 e 190 do Código Sanitário de 1894), entendemos que os únicos que estão de acordo com o decreto são os Grupos Escolares Romão Puiggari e Rodrigues Alves.

No artigo 188 do Código Sanitário, tratava-se da preocupação com os ventos prejudiciais, possivelmente os ventos do sul. Independentemente de quais ventos se considerassem prejudiciais à época, o edifício não estava de acordo com o decreto, visto que existiam 4 salas de aulas voltadas para a posição sul, e que, de acordo com o mapa de 1881, receberiam apenas algumas horas de sol pela manhã.



Figura 9. Localização do Grupo Escolar Romão Puiggari. Detalhe do mapa de 1881.

Analisando-se a localização do Grupo Escolar da Várzea do Carmo, prédio construído em 1913, não encontramos diferenças nos problemas enfrentados pelo Grupo Escolar Romão Puiggari, mas antes o agravamento de todos eles. O edifício estava situado em ruas estreitas, no centro de acesso a diversas instituições.

Encostado ao Convento do Carmo (10 e 11), praticamente de frente com o Convento Santa Thereza (12), a quatro quadras da igreja da Sé (13), a duas quadras do quartel (6), a três quadras do hospício (9), contornado pelo Rio Tamanduateí. A Rua do Carmo buscava o caminho descendente em direção a várzea do Tamanduateí, seguindo depois por uma área plana até o Brás.

Diferenciava-se do entorno do Grupo Escolar Romão Puiggari no sentido da localização das fábricas. Eram situações diferentes se comparadas às anteriores, mas ainda assim divergentes do Código Sanitário. Enquanto o primeiro grupo estava inserido entre fábricas e ferrovia, o Grupo Escolar da Várzea do Carmo inseria-se entre instituições religiosas, administrativas e hospitais. Como observa Marc le Coeur:

O barulho e as trepidações ocasionadas pela circulação eram nocivos, quando se procurava uma calma propícia ao estudo, de forma a poder conduzir experiências científicas. Embora todos os arquitetos não pressentissem o incômodo real que poderiam experimentar professores e alunos, porque eles não examinaram suficientemente os acessos dos estabelecimentos – tarefa da qual estavam encarregados – acabaram por adotar distribuições prejudiciais à vida escolar (MARC LE COEUR apud, BENCOSTA, 2005, p. 76).

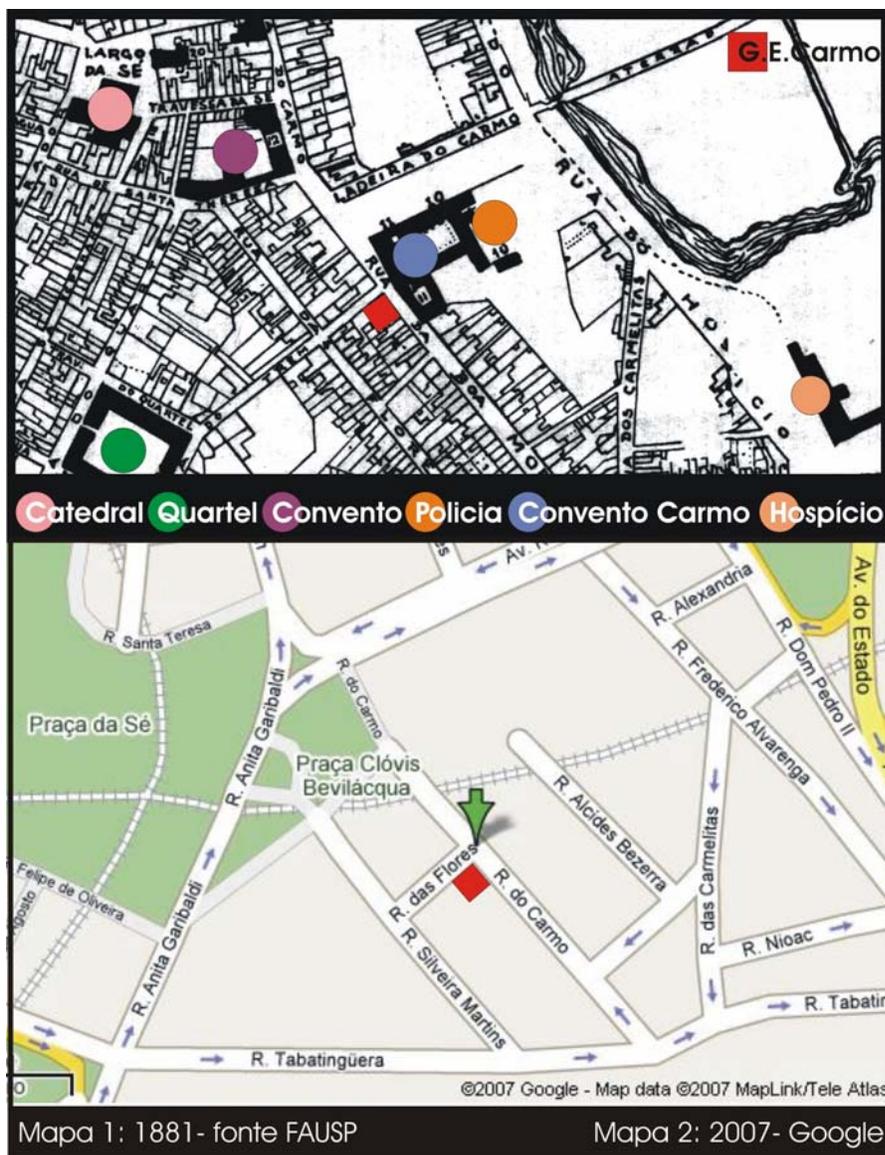


Figura 10. Localização do Grupo Escolar da Várzea do Carmo. Detalhe do mapa de 1881. (Acervo FAU-SP).

O outro edifício era o do Segundo Grupo Escolar do Brás, Padre Anchieta, cujo projeto é de 1911, e finalização das obras em 1912:

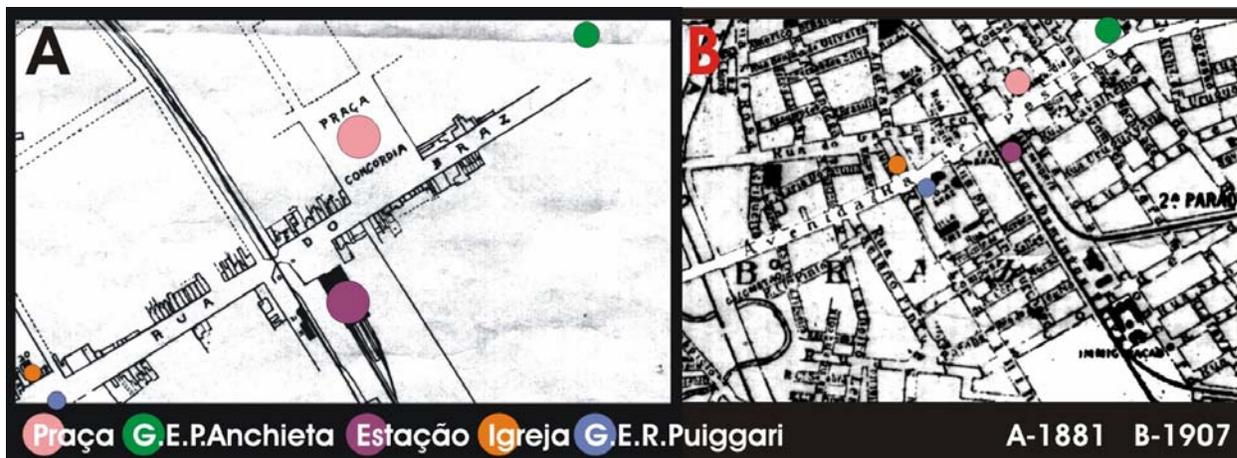


Figura 11. Localização do Grupo Escolar Padre Anchieta. Detalhe do mapa de 1881 - 1907. (Acervo FAU-SP).

No mapa de 1907 da cidade de São Paulo³⁶, ou seja, cinco anos antes da conclusão do edifício, observa-se toda a urbanização promovida no local, com ruas e avenidas abertas, paradas da ferrovia e armazéns. Situado à esquerda da escola o Largo da Concórdia, e na frente, a Rua do Hipódromo.

Em comparação com os grupos anteriores, o Grupo Escolar Padre Anchieta demonstrava sua adequação às condições prescritas pelo decreto de 1881, com exceção apenas no que dizia respeito à localização próximo às vias de grande acesso e movimentação: em frente, a esquina da Rua Rangel Pestana com a Rua do Hipódromo, além da orientação da fachada frontal voltada para o Sul.

O privilegiado Grupo Escolar Rodrigues Alves — construído em 1917 na Avenida Paulista, distante da baixada do Rio Tamandateí e Ribeirão do Anhangabaú; longe de fábricas, instituições municipais, igrejas, hospitais, etc; localizado de forma ideal (de acordo com a opção da época); distante do solo como previsto e se adequando ao pequeno desnível do terreno com declive para o fundo e lateral; sem outros edifícios a sua volta que pudessem sombreá-lo — impõe seu prédio de forma majestosa no planalto paulista. Se levados em conta os decretos e a legislação da época, este grupo podia considerar-se um dos mais bem construídos de então.

³⁶ Cf. Anexo I.

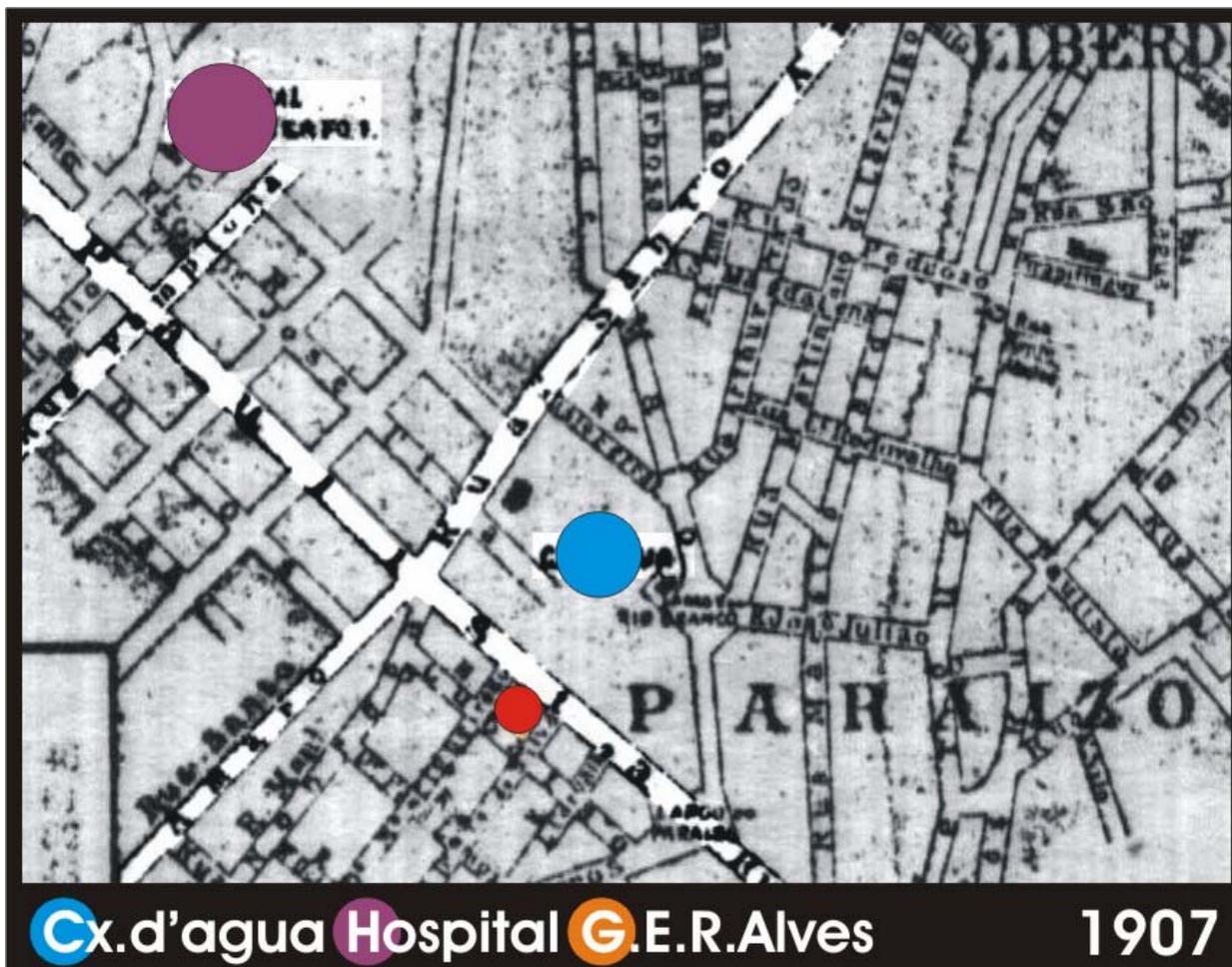


Figura 12. Localização do grupo Escolar Rodrigues Alves. Detalhe do Mapa de 1907. (Acervo FAU-SP)

Na legislação não foram encontradas referências precisas quanto ao raio de distância exigido entre as escolas e demais construções, como hospitais, cemitérios e etc.

2.4 – Implantação dos edifícios dos Grupos Escolares

Na confusa São Paulo de 1894, existia o desejo de construir escolas distantes do tumulto da cidade. As ruas estreitas atrapalhavam a saída dos alunos, que se perdiam no labirinto das ruas tortuosas. O incômodo barulho e o vai-e-vem das carroças, carros e pessoas atrapalhavam a concentração que o estudo exigia. Talvez

os engenheiros arquitetos não tivessem a real sensibilidade para entender o quanto era incômodo para os professores e alunos aquilo a que eles não prestaram atenção na hora de implantar uma escola em determinado lugar. Em contrapartida, a necessidade de se fazer ver e assistir aos edifícios dos Grupos Escolares era uma forma de propaganda política para os republicanos. Procuravam espaços urbanos diferenciados, formas de construção que ostentassem a prosperidade que o novo regime trouxera, não só aos mais abastados, mas também e principalmente, aos mais pobres. Bencosta traduz essa preocupação com a escolha do espaço do edifício escolar, afirmando que:

a construção de edifícios específicos para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos estados que tinham no urbano o espaço privilegiado para sua edificação, em especial, nas capitais prósperas economicamente. Em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime (BENCOSTA, 2005, p.97).

Como fazer que o edifício escolar tivesse uma boa localização e possuísse um calmo e fácil acesso, isolado de todos os transtornos que um local movimentado inevitavelmente teria?; como expô-lo a correntes de ar benéficas sem que elas atrapalhassem a aula fazendo voar papéis e cortinas?; como conseguir a insolação que esteriliza o ambiente sem provocar calor excessivo?; possuir jardim sem que as árvores fizessem sombras? Sem dúvida era uma tarefa nada fácil a escolha do local ideal para a construção de um edifício escolar. É o que comenta Frago das necessidades da localização:

O edifício escolar devia ser configurado de um modo definido e próprio, independente de qualquer outro, em um espaço também adequado para tal fim. Isso implicava seu isolamento ou separação. Também sua identificação arquitetônica enquanto tal. Alguns signos próprios. E, no fundo, aquilo que se situava fora. O edifício escolar destacava-se, assim, frente aos demais, sobretudo frente a outros edifícios públicos, civis e religiosos. E destacava-se em relação à casa, um lugar com o qual a escola guardará sempre uma relação ambivalente, de aproximação e de resistência (FRAGO, 2001, p.74).

Para tentar amenizar as dúvidas e problemas na implantação da construção, os quatro Grupos Escolares obedeceram a algumas leis impostas pelo Código Sanitário

de 1894, outras não. Uma das orientações era a de que todos os terrenos deveriam ser planos.

Com exceção do Grupo Escolar Rodrigues Alves, os demais edifícios foram instalados em terrenos sem problemas com declividade. Um recurso para sanar os possíveis problemas de desníveis dos terrenos e manter o interior do edifício seco, sem umidade do solo, estava previsto no Código Sanitário, que dizia:

Artigo 190. As salas de classes deverão estar collocadas acima do solo de 1 a 2 metros, no maximo (CÓDIGO SANITÁRIO³⁷, 1894, p. 88).

De acordo com o desenho do projeto, o primeiro pavimento da escola situava-se a aproximadamente 2,89 m acima do nível do terreno, ultrapassando desse modo o limite prescrito. O Primeiro Grupo Escolar do Brás, Romão Puiggari, construído num terreno plano, na cota 722 acima do nível do mar³⁸, no mesmo nível praticamente do Rio Tamanduateí (de acordo com GEGRAM 1974), estava acima da cota de nível exigida pela lei. Sua orientação para efeito de insolação não estava de acordo com as normas que previam a necessidade de projeção do sol nas salas de aula o maior tempo possível, fosse no período da manhã ou da tarde, já que o sol, neste caso, nascia quase à sua lateral esquerda indo em direção à direita. Nos meses de maio, julho e julho, era o período em que a escola receberia maiores horas de sol, pois o sol nascia quase atrás do edifício e se punha à frente.

³⁷ Cf. Anexo B. Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo – Tomo IV. Biblioteca da Câmara dos Vereadores de São Paulo.

³⁸ Ver: GEGRAN. Governo do estado de São Paulo. Secretaria de Economia e Planejamentos. Sistema cartográfico metropolitano da Grande São Paulo. 1974.



Figura 13. Trajeto do sol no Grupo Escolar Romão Puiggari.

Seguindo o mesmo padrão de implantação, inclusive no que diz respeito a orientação do sol, visto que os dois grupos localizavam-se na mesma rua, estava o Terceiro Grupo Escolar do Brás, Padre Anchieta, construído em 1912. Era notória a diferença do projeto, que já previa o uso do porão para salas de aulas noturnas. Observamos que o piso do porão estava apenas a um degrau do nível da rua, não demonstrando no projeto nenhuma preocupação com enchentes. Com uma leve inclinação em relação ao Norte, a escola tinha insolação na parte da manhã nas salas da frente e lateral direita, e no período da tarde nos fundos e lateral esquerda, estando assim, portanto, insolada a maior parte do dia, como demonstra o mapa abaixo.

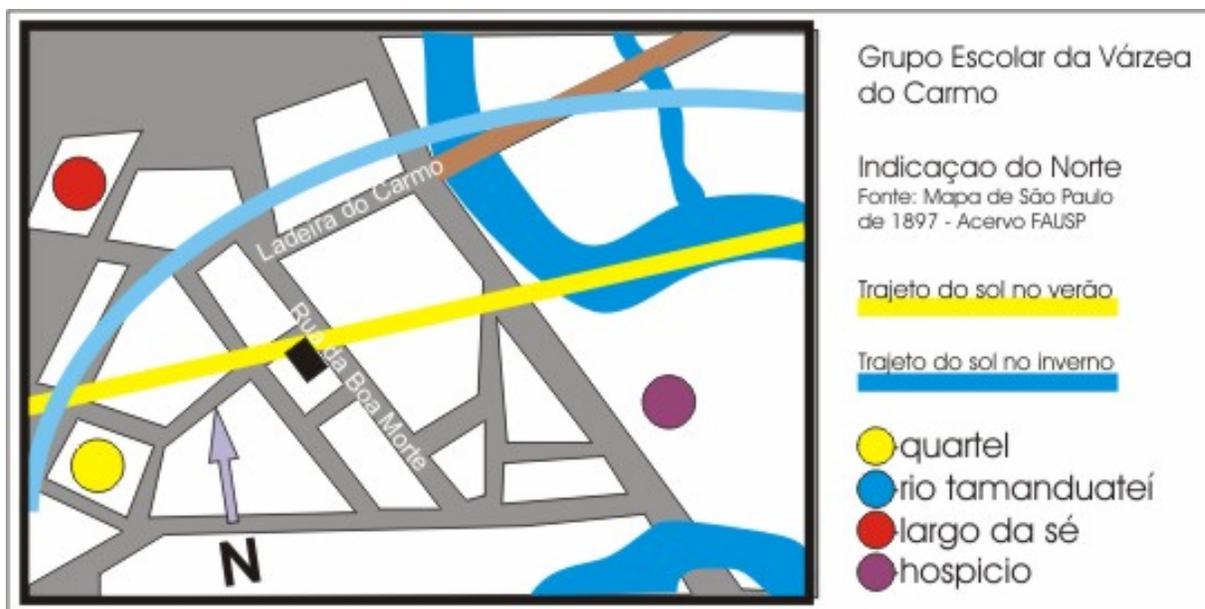


Figura 14. Trajeto do sol no Grupo Escolar Várzea do Carmo.

Com diferença do piso térreo em relação à rua, de 1,5 m de altura, estava localizado o Grupo Escolar da Várzea do Carmo, construído em 1913.

Por fim, o Grupo Escolar Rodrigues Alves, construído em 1917, possuía um pequeno desnível de 5 degraus em relação ao nível da rua. Nos fundos, o desnível se tornava mais alto devido ao terreno em declive para os fundos.

A implantação dos edifícios estava inteiramente ligada a um padrão de construção já estipulada em “plantas-tipo”. A partir desta planta é que se esboçavam os projetos. A projeção do trajeto do sol no edifício aproveitava ao máximo os raios do sol no interior da escola, estando insolada na parte da manhã, na frente, e na parte da tarde, nos fundos.

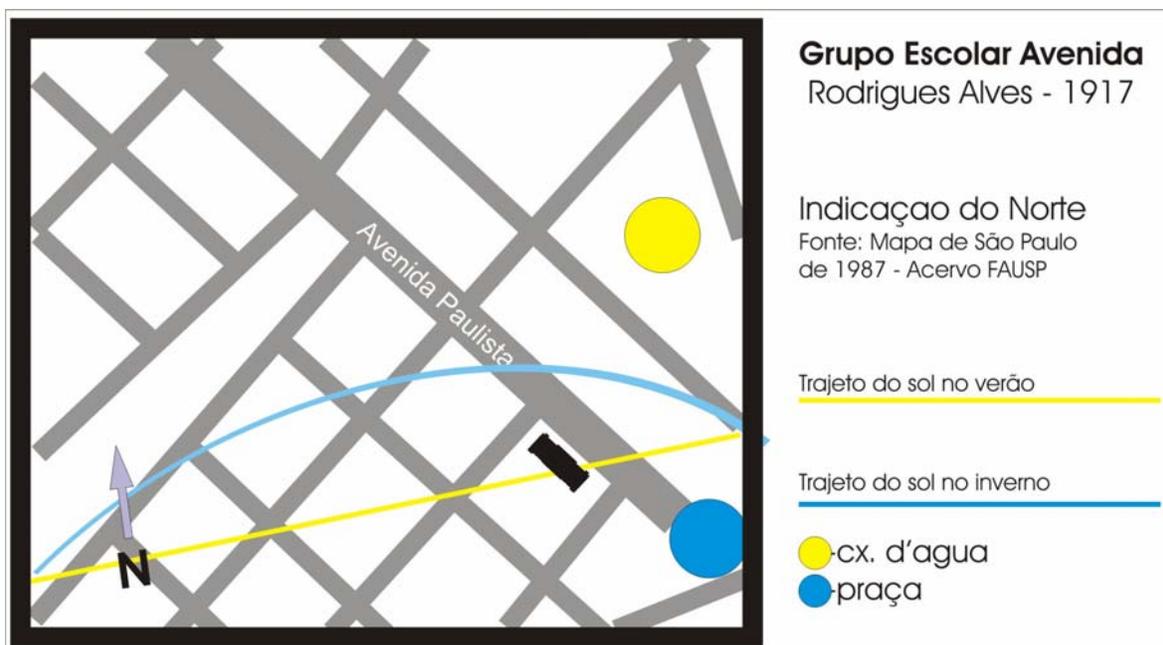


Figura 15. Trajeto do sol no Grupo Escolar Rodrigues Alves.

Sem nos atermos a padrões de plantas, analisamos os projetos como sendo um bloco compacto (o Grupo Escolar Romão Puiggari e o Grupo Escolar Rodrigues Alves), coincidentemente o mais antigo e o mais novo dos grupos de quatro escolas escolhidas. Seu formato compacto facilitou a escolha para o local da construção justamente por ocupar uma área menor que outros grupos mais “esparramados”. Esse único bloco não permitia a proteção da área de recreio em relação à rua, pois estava implantado numa esquina, o que deixava os alunos desprotegidos dos olhares estranhos, ruídos, sol e ventos na lateral direita do edifício. Já o Grupo Escolar Romão Puiggari, colocava para os fundos seus alunos, protegendo-os do trânsito da rua Rangel Pestana, além de se proteger da própria rua graças ao jardim instalado no recuo frontal do edifício.

O Grupo Escolar da Várzea do Carmo, apesar de ser um bloco compacto, não se diferenciava do Grupo Escolar Rodrigues Alves e do Grupo Escolar Romão Puiggari, a despeito de seu formato levemente em U.

Existem algumas interpretações sobre esse formato comentada por Bencosta (2005), que aponta como exemplo um Grupo Escolar de Curitiba:

Uma primeira interpretação do espaço do Grupo escolar Dr. Xavier da Silva (PLANTA EM U) é de que se trata de um prédio totalmente

voltado para seu interior. O plano arquitetônico em U indica, na sua fachada, rente à rua, a função de resguardar o pátio em torno do qual estão interligadas as dependências do edifício. Este jogo combinatório, que coloca um limite à liberdade visual e espacial do observador, é decorrente da antítese entre o espaço exterior e o interior, que tem, na sua fachada, a linha divisória que desperta a admiração daquele que contempla ao mesmo tempo em que produz o ocultamento de seu interior (BENCOSTA, 2005, p.111).

Da mesma forma que o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, se comporta o Grupo Escolar da Várzea do Carmo. O Grupo Escolar foi construído na divisa de seu terreno com a calçada, com ainda a agravante em relação ao grupo escolar curitibano: ele está localizado num terreno de esquina. A proteção em U, a que o autor se refere no caso do grupo de Curitiba, falha em uma das laterais do Grupo Escolar da Várzea do Carmo, pois, do seu lado direito o recreio fica a mercê das intempéries e aos olhares e ruídos da cidade.

CAPÍTULO III

DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA DOS GRUPOS ESCOLARES.

Antes de iniciarmos a análise propriamente do espaço do Grupo Escolar na cidade de São Paulo, a partir de quatro exemplos específicos, devemos entender como eram apresentados seus espaços arquitetônicos. Os projetos mostram nos próprios desenhos, as diferentes normas pedagógicas e de construção, e nos regulamentos educacionais do Estado. Muitas intenções podem ser captadas na própria conformação das paredes, nos rodapés e rodapés, por detrás dos forros. É necessário imaginar-se como estando em cada cômodo. A arquitetura é, pois, a realização concreta do abstrato, e sendo abstrata, é através da imaginação que muitas vezes entendemos seu mecanismo de formação. Circular pela escola e por seu projeto é entender o seu funcionamento, sua intenção, é descobrir seus métodos de construção arquitetônica a par da pedagógica. Para uma análise *de facto* do edifício escolar, adverte Frago:

Em primeiro lugar, se deverá considerar sua localização ou adequação em relação a outros espaços e lugares; depois, o local ou o território ocupado e a distribuição, no mesmo, das zonas edificadas e não edificadas e, assim, seguir progressivamente, desde essas últimas até a sala de aula, passando pelo edifício em seu conjunto e sua distribuição interna em diversos espaços e usos. Além disso, entre um espaço e outro será necessário considerar as áreas de transição – pátios, corredores, áreas de espera (FRAGO, 2001, p.75).

Devemos entender onde ele está localizado, a que população sua construção foi destinada, em que espaços as pessoas viviam, comparando-os com os espaços que elas iriam encontrar na escola. Ademais, devemos compreender como a localização das escolas se relacionava com a dos outros edifícios. Parte dessa necessidade de localização a que Frago faz menção, já foi tratada nos capítulos anteriores, situando espacialmente as escolas e identificando a quem ela conseguia ou pretendia atender. Resta-nos construir esse quebra-cabeça e somar a ele a intenção dos republicanos ao

construir as escolas, os locais destas, o povo que atendia, e como se comportava cada escola e cada cômodo.

Entender, ainda, que, por trás de toda essa ordem construtiva, existem pessoas, e que elas sempre estarão lá, fazendo parte da construção; identificar o tempo de trabalho dispensado, e quanto ganharam os trabalhadores por toda essa movimentação de construção. Para os menos indiferentes, é perceber o que todo aquele ambiente significou para homens, mulheres e crianças. É tentar captar seus medos, seu espanto, o fascínio e a admiração que lhes inspirava um edifício ao qual, todavia, dificilmente teriam oportunidade de conhecer por dentro.

Descobrimos que a habilidade de nossos construtores e artesãos das construções de pau-a-pique e adobes foi capaz de reproduzir uma outra arquitetura. Foram capazes os artistas de desdobrar sua capacidade. É impossível não se emocionar ao ver as construções existentes ainda hoje e imaginar toda a movimentação social que se deu à sua volta. São esses resquícios da realidade passada que pretendemos encontrar. Buscar no espaço que existiu o reconhecimento de uma época, pois em cada detalhe arquitetônico houve uma movimentação individual a favor de uma coletividade e, também, da política da época.

Hoje, através dessas obras, conseguimos intuir quão importante terá sido um edifício de arquitetura suntuosa em meio a um bairro de cortiços. É o que nos diz Frago:

O espaço escolar tem que ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade determinados discursos. No quadro das modernas teorias da percepção, o espaço-escola é, além disso, um mediador cultural em relação à gênese e formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento significativo do currículo, uma fonte de experiência e aprendizagem. Mas ainda, a arquitetura escolar pode ser considerada, inclusive, como uma forma silenciosa de ensino (FRAGO, 2001, p. 155).

É através dessa arquitetura que teremos a chance de conhecer e analisar os acontecimentos no entorno de cada edifício construído.

Figura 16. Dobradura do Grupo Escolar Romão Puiggari. A dobradura mostra o volume e simetria do edifício nas suas reentrâncias e saliências.

Figura 17. Grupo Escolar Romão Puiggari. Desenho da fachada principal, cópia do desenho original. Foto 1 – Detalhe sobre a coluna do portão de entrada. Foto 2 – Detalhe do portão da entrada principal. Foto 3 – Entrada principal da escola. Foto 4 – Parcial da fachada principal. Foto 5 - Portas de entrada para as seções masculina e feminina.

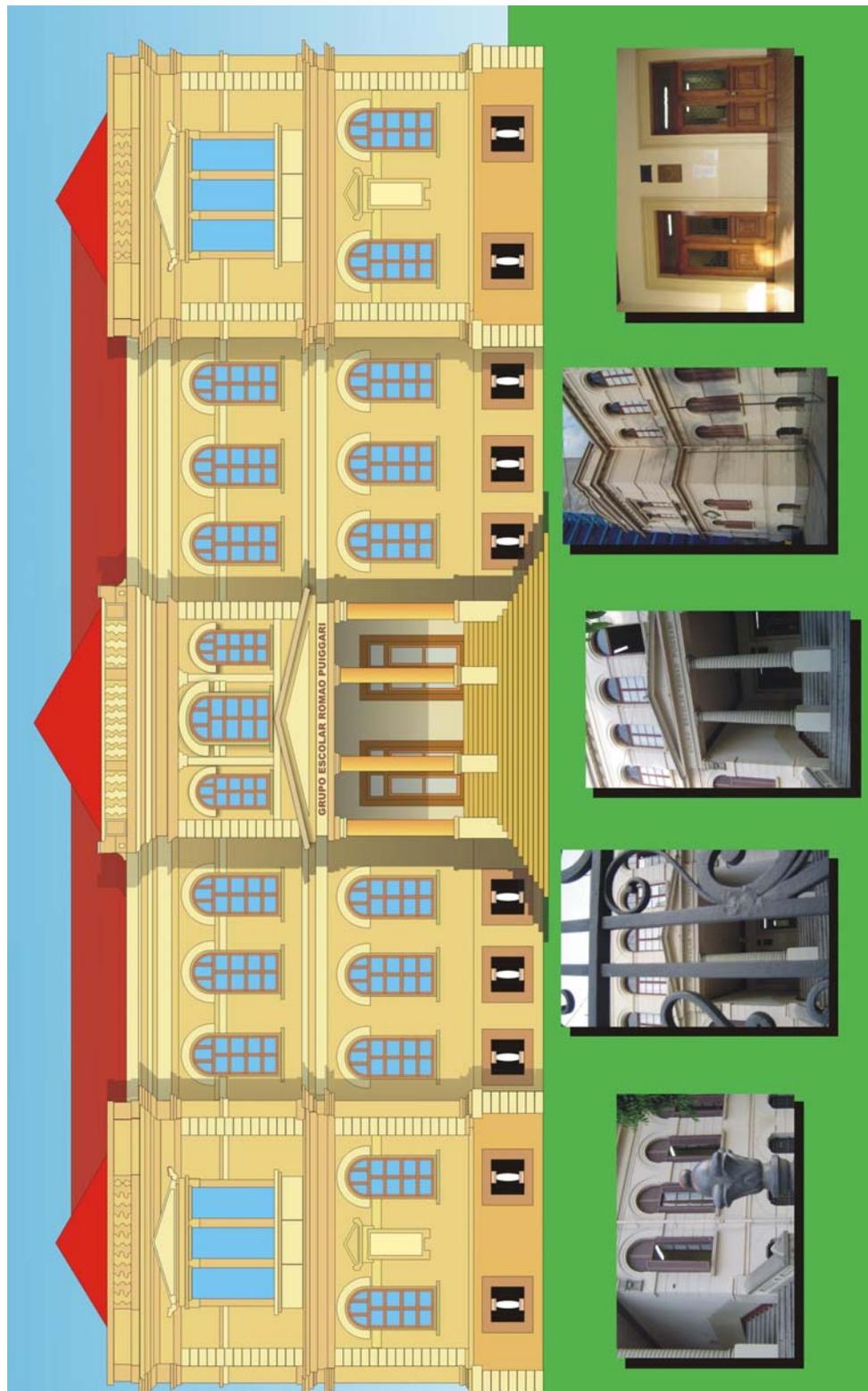


Figura 18. Grupo Escolar Romão Puiggari. Desenho da planta do porão. Foto 1 – Parcial da fachada dos fundos. Foto 2 – Frontão da fachada dos fundos. Foto 3 – Entrada lateral direita. Foto 4 – Corredor do porão com porta dividindo seção masculina da feminina. Foto 5 – Janela para sala de aula do porão (fundos). Foto 6 – Passadiço que antigamente ligava o edifício principal aos banheiros com muro dividindo as seções masculina e feminina. Foto 7 - detalhe da cobertura da entrada lateral.

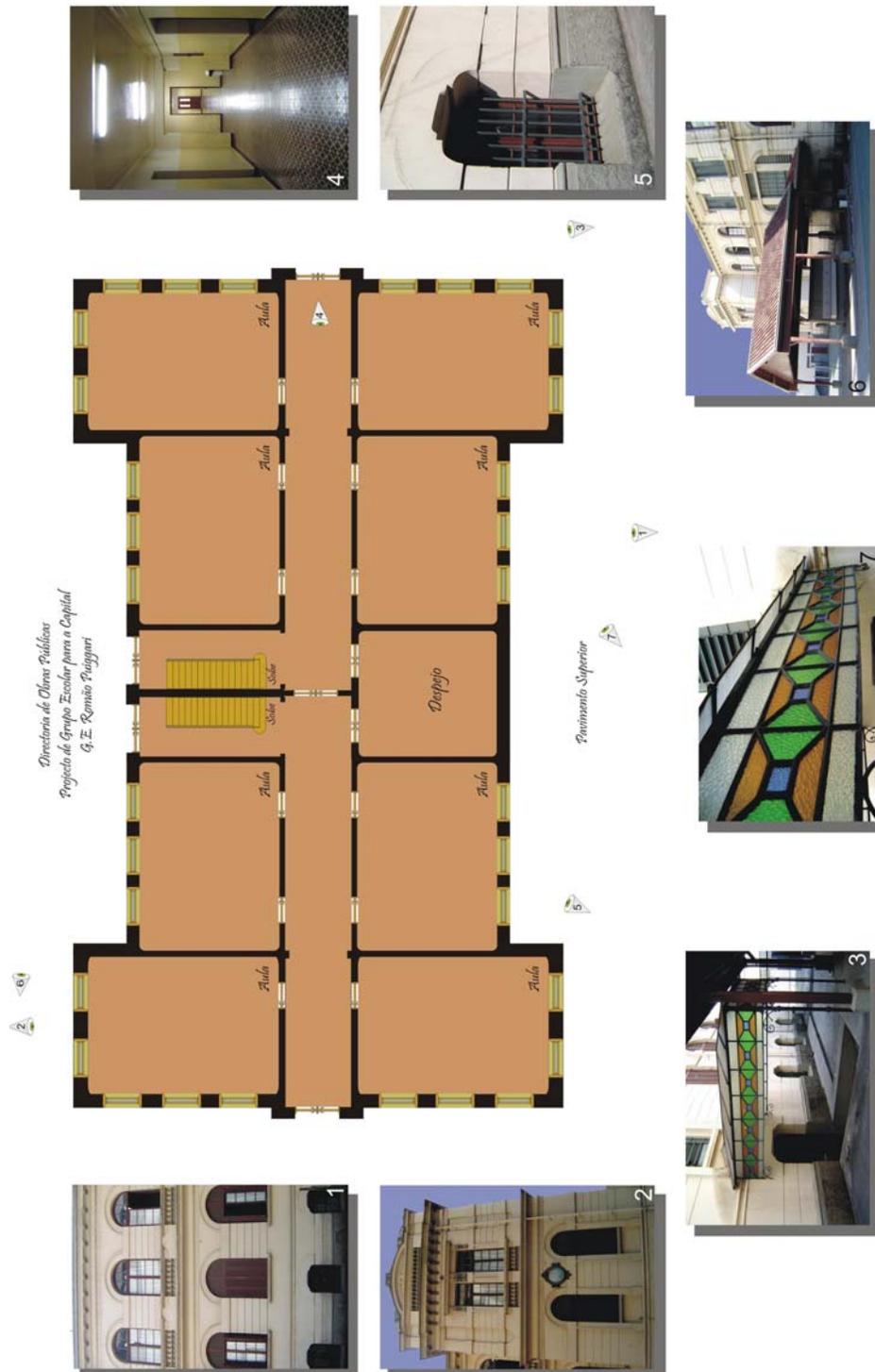


Figura 19. Grupo Escolar Romão Puiggari. Desenho da planta do pavimento térreo. Foto 1 – Lateral esquerda da fachada principal. Foto 2 – Detalhe da parede das salas de aulas (lambрил) e piso de madeira. Foto 3 – Piso, ladrilho hidráulico, no hall de entrada principal e porão. Foto 4 – Porta de entrada principal. Foto 5 – Entrada lateral esquerda. Foto 6 – Frontão lateral esquerda. Foto 7 – Parcial da fachada principal. Janelas venezianas no piso térreo e vidro no piso superior. Foto 8 – Janela do piso superior.

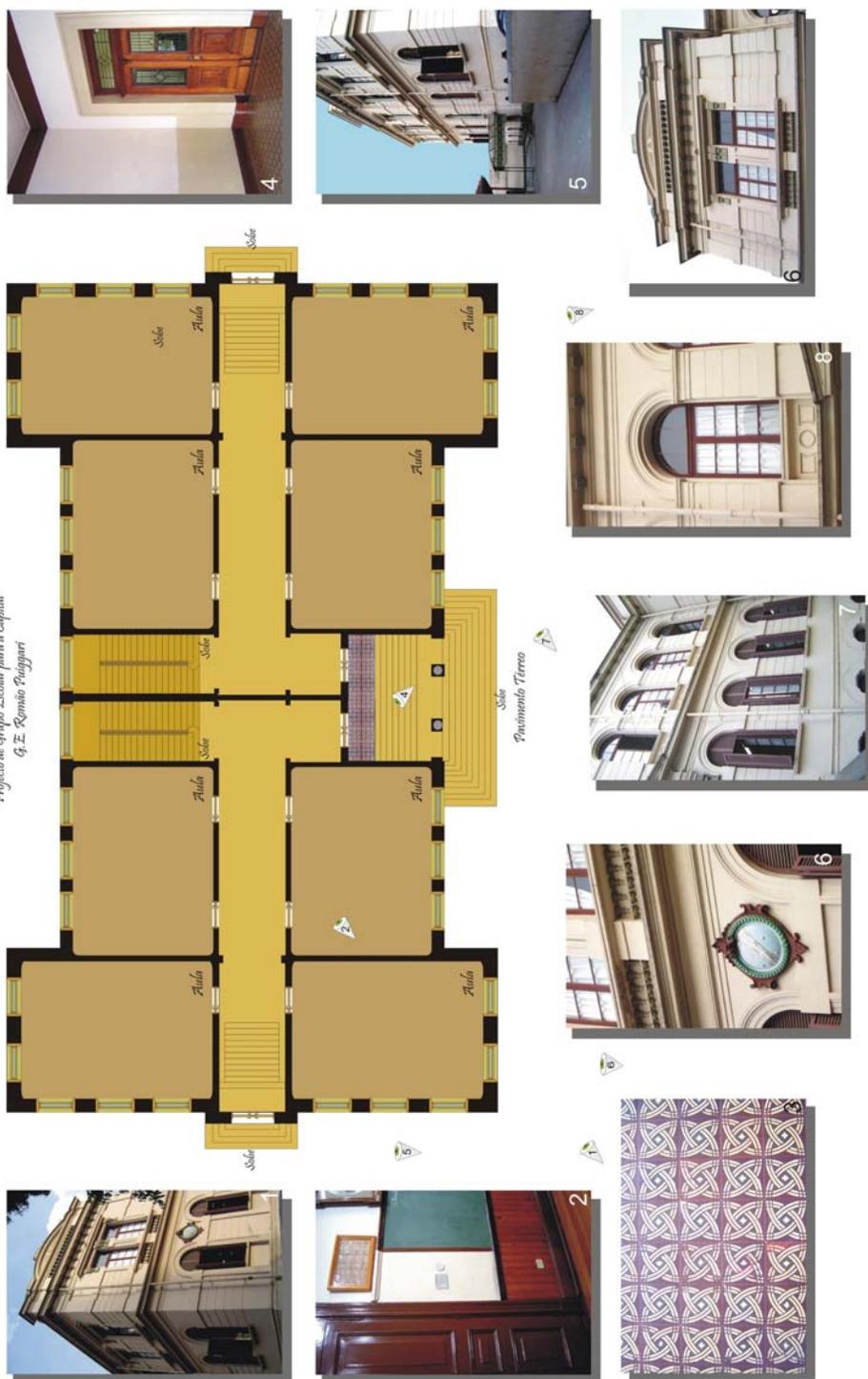
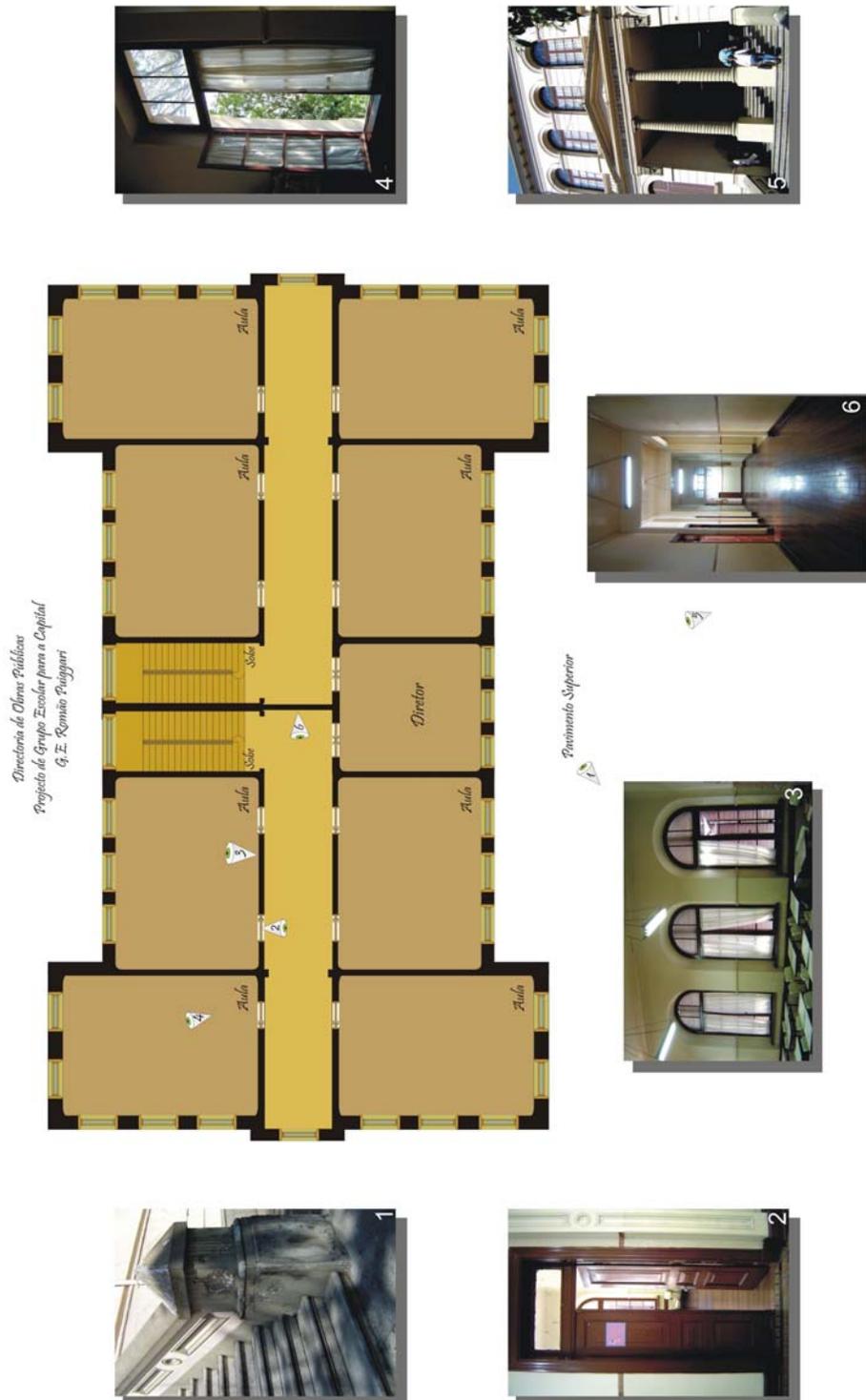


Figura 20. Grupo Escolar Romão Puiggari. Desenho da planta do pavimento superior. Foto 1 – Corrimão da escada principal. Foto 2 – Porta de entrada para sala de aula. Foto 3 – Janelas da sala de aula frontal, com veneziana. Foto 4 – Janela de abrir da sala de aula. Foto 5 – Entrada principal voltada para o norte. As salas voltadas para o sul não pegam sol. Foto 6 - Corredor do pavimento superior (antigamente existia uma janela ao fundo do corredor).



3.1 – Grupo Escolar Romão Puiggari - 1898

O Grupo Escolar Romão Puiggari, ou *Primeiro Grupo Escolar do Braz*, foi criado por decreto de 10 de agosto de 1898, e instalado no dia 15 do mesmo mês, em prédio de propriedade do Estado. Situado na Avenida Rangel Pestana, o grupo recebia, anualmente, um grande número de matrículas, segundo o Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1907/1908. Cabe recordar que a população, em número crescente em 1893, era de 71 468 estrangeiros para uma população total de 120.755, ou seja, 54,6% da população total. De 1893 a 1898, esse número aumentou, o que acarretou naturalmente um aumento também no número de matrículas. O Grupo Escolar Romão Puiggari reunia, anualmente, em torno de 700 a 800 alunos, de ambos os sexos:

Por decreto de 08 de agosto de 1898 foi, de acordo com o artigo 55 do regulamento de 11 de janeiro de 1898, criado um grupo escolar no bairro do Brás, com a denominação de “Grupo Escolar do Braz”, que funcionara no prédio construído para esse fim na Rua Rangel Pestana e designado o inspetor escolar Emili Mario de Arantes para organizá-lo e dirigi-lo em comissão (Diário Oficial do estado de São Paulo, 1898).

O edifício em que foi instalado dispunha de 16 salas de aula, e de acordo com Correa:

Esse grupo se distinguia pelo número elevado de classes, provavelmente devido à alta demanda escolar da capital (CORRÊA, 1991, p.26).

É, de fato, o que se observa quando o comparamos com outras escolas do mesmo período (o Grupo Escolar de Mogi Mirim, cuja planta é de 1897, e que possuía 10 salas de aulas; o Grupo Escolar de Amparo, de 1897, com também 10 salas de aulas; o Grupo Escolar do Carmo, com 13 salas de aulas, e o Grupo Escolar Rodrigues Alves, de 1919, com 12 salas de aula). O Grupo Escolar Romão Puiggari perdia em número de salas de aula para, entre outros, o Grupo Escolar Padre Anchieta, de 1911, com 20 salas de aulas nos dois pavimentos (sem contar o porão, que já era utilizado para aulas noturnas).

O projeto do engenheiro arquiteto Francisco de Paula Ramos Azevedo foi implantado e dirigido pelo Engenheiro Pedro de Mello e Souza Júnior. No dia 2 de junho de 1898, o edifício foi entregue ao governo (quem o presidia no momento era o Dr. Francisco Peixoto Gomide, vice-presidente do estado substituto do então presidente da República Dr. Manoel Ferraz Campos Salles).

No dia 15 de agosto, sem solenidades, foram feitas 1031 matrículas, o que perfazia uma média de 43 alunos por sala de aula. Não foram encontradas nos projetos referências precisas ao tamanho das salas de aulas. Mas, se retirado em escala, teremos salas com uma média de 7m por 9,4m, dando um total de 65,80 m². Se, então, considerarmos o Código Sanitário de 1894:

Artigo 195. Cada alumno disporá de 1 metro e 25 centímetros quadrados de área de superfície em uma sala, cuja altura de 4 a 5 metros e deverá dispor no mínimo de 30 metros cúbicos de ar renovado por hora (CÓDIGO SANITÁRIO³⁹, 1894, p. 88).

Havia, ainda, o limite máximo previsto na regulamentação, que autorizava o número máximo de 50 alunos por sala:

Artigo 194. As dimensões das salas de classes devem variar, segundo o número de alumnos que a freqüentam; no entanto nenhuma sala de classe deverá admitir mais de 50 alumnos (CÓDIGO SANITÁRIO, 1894, p.88).

Por sua vez, o número de professores na época da inauguração era de 20. O Grupo Escolar recebeu seu nome de uma personagem importante, seguindo assim, uma determinação prevista no regimento interno das escolas públicas:

Artigo 81 - 2º. Por deliberação do Conselho os “Grupos Escolares” poderão ter denominações especiaes, em homenagem aos cidadãos que por ventura concorreram com donativos importantes para o desenvolvimento da educação popular, principalmente no que se refere a reunião de escolas (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO⁴⁰, apud MENON, 2000, p.216).

³⁹ Cf. Anexo B. Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo – Tomo IV. Biblioteca da Câmara dos Vereadores de São Paulo.

⁴⁰ Cf. Anexo M

Homenageou-se o professor Romão Puiggari, nascido na Espanha em 6 de abril de 1865, e que veio ao Brasil, tendo morado em várias cidades, e afinal, se fixado na capital. Formou-se em Mogi Mirim; também dava aulas particulares e de teatro. Morreu em 5 de dezembro de 1904.⁴¹

A escola que leva ainda hoje seu nome sofreu reformas a partir de 1926, devido a um incêndio ocorrido em suas instalações. O grupo escolar funcionava com duas seções: masculina e feminina, completamente separadas. Uma das reformas foi motivada por necessidades em relação à entrada de alunos e à separação da escola por uma parede. No desenho original (hoje depositado na FAUSP), sem dimensões, havia duas escadas de acesso ao pavimento superior, sendo uma para meninos e outra para meninas. (Atualmente, a escola possui apenas uma escada de acesso ao pavimento superior.)

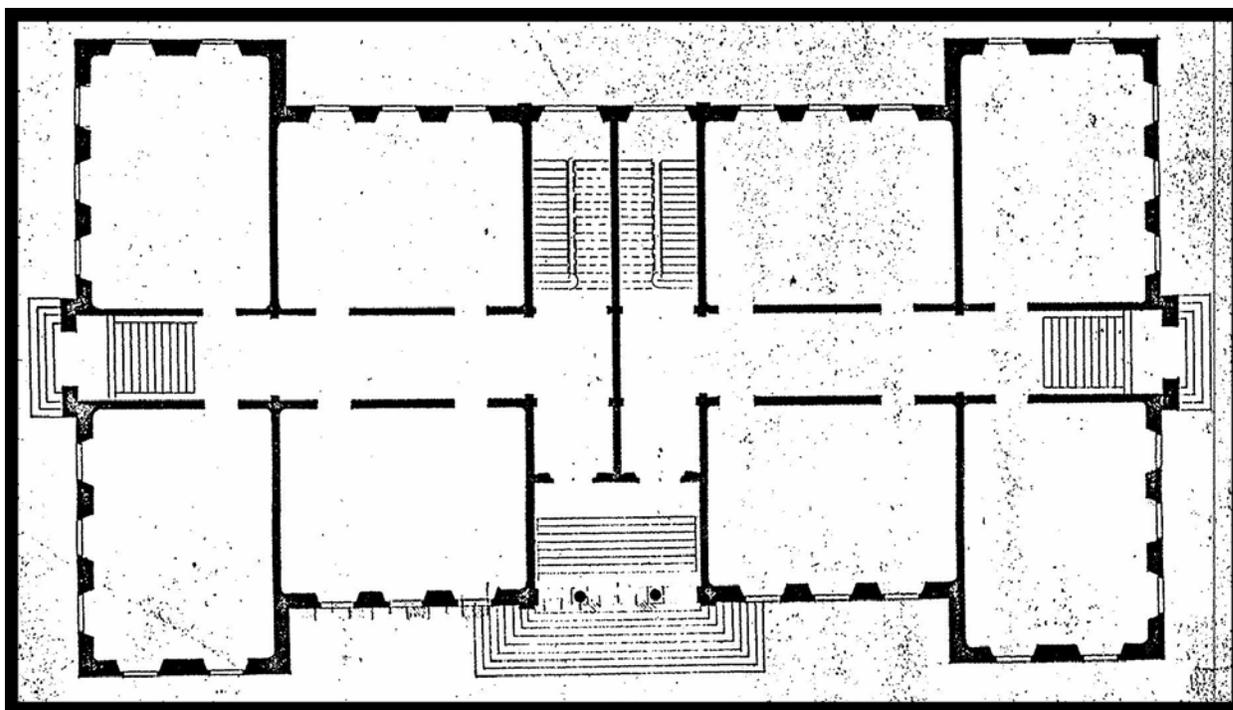


Figura 21. Desenho original do G. E. Romão Puiggari. (Acervo: FAUS).

⁴¹ Cf. o Jornal "O Colega", outubro de 1968, Acervo da escola.

A escola possuía um grande recuo frontal, com espaço para jardim e espera das crianças antes de entrarem no edifício, separadas da rua por um muro baixo com gradil de ferro desenhado.

A entrada principal era feita através de uma escadaria até uma área coberta, emoldurada por colunas imitando o estilo dórico, cujo efeito era uma sensação de firmeza e virilidade, que constituíam valores dos ideais republicanos. Essas colunas sustentavam o frontão da fachada com o nome da escola. O frontão triangular poderia ter a intenção de transmitir a sensação de energia e dinamismo da nova escola e do novo método pedagógico. Segundo Frago:

A coluna cilíndrica ou piramidal é símbolo de firmeza e virilidade; o triângulo pode sugerir idéias de energia e dinamismo (FRAGO, 2001, p. 38).

Nas laterais das duas colunas, havia detalhes de consoles estruturais.

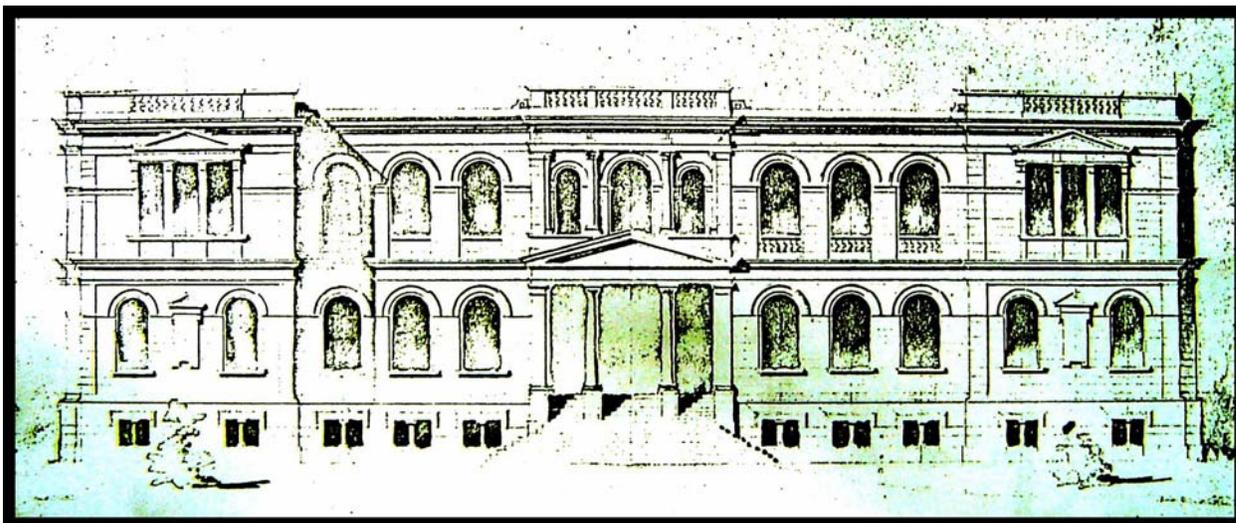


Figura 22. Desenho da fachada do G.R. Romão Puiggari. Acervo FAUS.

Essa área era revestida com ladrilhos hidráulicos. Dessa área observamos, ainda, duas portas de entrada: uma para a seção feminina e outra para a masculina. Simetricamente distribuídas estavam as salas de aulas. O eixo central do bloco compacto que formava a construção era definido pela parede que dividia por completo a seção feminina da masculina. Com entradas diametralmente opostas, a escola era

dividida ao meio pela necessidade que se impunha, na época, da separação dos sexos (como ordenava o regulamento interno das escolas públicas):

Artigo 82. 1º. Podem funcionar no mesmo edifício escolas do sexo masculino e feminino, havendo completa separação dos sexos (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO⁴², apud MENON, 2000, p. 216).

Contando com 16 salas de aulas, oito salas para cada sexo, sendo quatro salas no piso térreo e quatro salas no piso superior, o prédio, um sobrado construído com adornos que o podiam classificar arquitetonicamente como de *estilo eclético*: por exemplo, paredes externas com frisos e detalhes de almofadas sob as janelas em arco pleno no primeiro pavimento. Sustentando todo o estreito beiral que contorna o edifício, os consoles adornados. Entre as janelas do piso térreo, no bloco saliente, avançando para quem chegava, um brasão — símbolo republicano, visível de qualquer um dos lados.



Figura 23. Brasão na fachada principal do Primeiro Grupo Escolar do Braz, e detalhe do portão do Primeiro Grupo Escola do Braz.

Novamente encontramos aqui um símbolo remetendo-nos a sentimentos de proteção e esperança do novo governo. O círculo é um emblema solar, ligado ao brilho da vitória; tem o significado da perfeição estampada no brasão. Diz-se que o quadrado, “representa o estado pluralista do homem que não alcançou a unidade interior, a

⁴² Cf. Anexo M.

perfeição” (CIRLOT, 1999 p.163), enquanto o círculo representaria o final dessa etapa, ou seja, quando se teria alcançado a perfeição. Para Frago, a esfera transmitiria a sensação de movimento, continuidade, ou seja, a idéia de um governo que não se encontrava estagnado:

A esfera, o cilindro, o triângulo e o cubo, são elementos de uma geometria neutra. A esfera transmite a idéia de continuidade e movimento; a cúpula semiesférica pode se associar ao firmamento ou ao útero protetor (FRAGO, 2001, p. 38)

Todos esses elementos simbólicos descritos por Frago encontram-se estampados na fachada do Primeiro Grupo Escolar do Brás. No brasão, a idéia da esfera transmitia a visão de um céu estrelado, o firmamento. Se recordarmos a proposição de Frago, teremos que esse firmamento se encontrava “protegido pela república”. Já a corda, conforme Cirlot (1999, p. 181) é o “símbolo geral da ligação e conexão”, como a corrente e seus elos em cadeia. Com esses elementos simbólicos, podemos sugerir diversas interpretações do brasão, instalado na fachada do Grupo Escolar.

Antes porém, no detalhe do portão, encontramos colunas que se finalizam em formato de urna ou compota. Muito usada como elemento decorativo em diferentes formas e tamanhos, originalmente era utilizada para guardar as cinzas de uma pessoa falecida. Neste caso, como as pinhas que se utilizavam nos palacetes paulistanos da época, eram sinais de boas-vindas aos recém-chegados. Também simbolizavam a fertilidade: “a escola, gerando novos frutos para a pátria amada e mãe gentil, aquela que protege seus filhos, une a todos em uma só corrente e direção para o progresso”. Atentemos para as palavras de Cirlot sobre a corda (ou cordão) que envolve a esfera, representando o firmamento com estrelas:

Os cordões trançados dos militares e funcionários não são nada mais que emblemas de uma força de coesão e ligação, ainda que uma forma particularizada que alude a um determinado estamento social (CIRLOT, 1999, p. 181).

Esses símbolos, nacionais ou não, estavam presentes na memória de todos que por esses grupos passaram. Em certa medida, é sob o influxo desses símbolos que (consciente ou inconscientemente) aprendemos a manifestar nosso patriotismo. Os

símbolos utilizados nas construções dos Grupos Escolares do período possuíam esse poder. Os símbolos certamente envelhecem, mas não perdem seu valor como imagens para aqueles que os elegeram como representação de sentimentos. A intenção dos elementos decorativos é justamente essa, isto é, impor-se à memória e emergir nos momentos de luta, trabalho e amor à pátria. Conforme nota Frago:

Alem das antigas estruturas, o observador pôde notar que o edifício ainda mostrava alguns elementos funcionais e decorativos da época em que havia freqüentado a escola. Observou, também, que os símbolos, ainda que tivessem mudado, continuavam se exibindo em lugares destacados no exterior do prédio e nas paredes das salas de aula. Isso permitiu que ele identificasse os âmbitos de suas primeiras experiências, os espaços vividos, e provavelmente também identificar-se a si mesmo naqueles lugares os quais ele não havia desalojado completamente de sua memória (FRAGO, 2001, p.22).

Esses elementos estão presentes até no número de degraus que contamos, a dificuldade de chegar ao topo, ao alto, depois de “escalarmos” tantos deles. Atravessando a porta de entrada, ficava-se de frente com a escada de acesso ao primeiro pavimento; antes, porém, um corredor levava às quatro salas de aulas do pavimento térreo. Na planta, o pavimento superior somente se diferencia do pavimento térreo devido à sala localizada sobre o hall de entrada, ou seja, a sala do diretor. Não foi encontrada a projeção dos banheiros para esse Grupo Escolar no bloco principal. Algumas mudanças ocorreram entre o projeto e a execução, visto que o desenho não coincide totalmente com o que foi construído, principalmente no caso do desenho da fachada.

Como em outros desenhos, os do Grupo Escolar Romão Puiggari não traz a indicação de “Norte”, o que sugere que o projeto do Grupo Escolar não levou em consideração os problemas de insolação. Toda essa estrutura e concepção de edifício estavam muito além do que podiam esperar os jovens imigrantes, principalmente italianos: suas referências eram suas próprias casas, situadas em geral no interior de quintais sombrios, úmidos, desorganizados e mal cheirosos. O edifício escolar se tornava um exemplo de organização e de educação, uma reverência ao bom gosto, à obediência e à ordem.

A intenção era que a escola fosse, aos olhos de adultos e crianças, algo inusitado, algo da natureza daquilo a que faz menção Frago:

A escola havia sido, para ele, depois de sua casa e de alguns limites próximos a ela, uma experiência decisiva na aprendizagem das primeiras estruturas espaciais e na formação de seu próprio esquema corporal (FRAGO, 2001, p.22).

Para quem passava pela Rua Rangel Pestana, no ano de 1900, decerto se impressionava com o edifício do grupo escolar ali instalado. Para os italianinhos, fugidos de suas pátrias, num país desconhecido, ainda que com um número grande de compatriotas, estudar num edifício como aquele deveria ser sinal de grande importância.

Havia intenções diretas nos edifícios, o que tornava nítida a intenção republicana quanto ao seguinte: dada a presença do grande contingente de estrangeiros, principalmente nos bairros do Brás e Mooca, cumpria estampar nas fachadas os símbolos nacionais brasileiros, de maneira a servir de orientação aos estrangeiros acerca do país em que estavam, principalmente à adventícia do bairro, quão digna de louvor era a intenção oficial para com os governados:

O viajante que toma contato pela primeira vez com uma população, pode observar e nela diferenciar, ainda que sem conhecê-la, a singularidade de certas construções. Sua localização, volume, traço geométrico, os sinais que seu desenho mostra os símbolos que incorpora... tornam inconfundível seu objetivo e permitem sua fácil identificação (FRAGO, 2001, p.33-34).

Naqueles dias, as pessoas que passavam pelo Largo da Sé, pelo Palácio do Governo e adjacências, talvez não percebessem o Grupo Escolar da Várzea do Carmo grandes destaques, pois tratava-se de um edifício que utilizava as mesmas formas e técnicas construtivas da maioria dos edifícios ao seu redor, mas, na Avenida Rangel Pestana, dominada pelo comércio local, pelas pequenas construções e galpões industriais, elas perceberiam claramente que aquele edifício, o Grupo Escolar Romão Puiggari era uma escola.

Passemos, agora, para a descrição de elementos dos edifícios: os banheiros desse grupo escolar não estavam no corpo do edifício. O edifício possuía os banheiros num galpão de recreio distante do prédio principal, como era comum nos primeiros edifícios construídos para Grupo Escolar (é o caso, por exemplo, do Grupo Escolar de Sorocaba, que também possuía os banheiros sob uma cobertura do galpão de recreio).

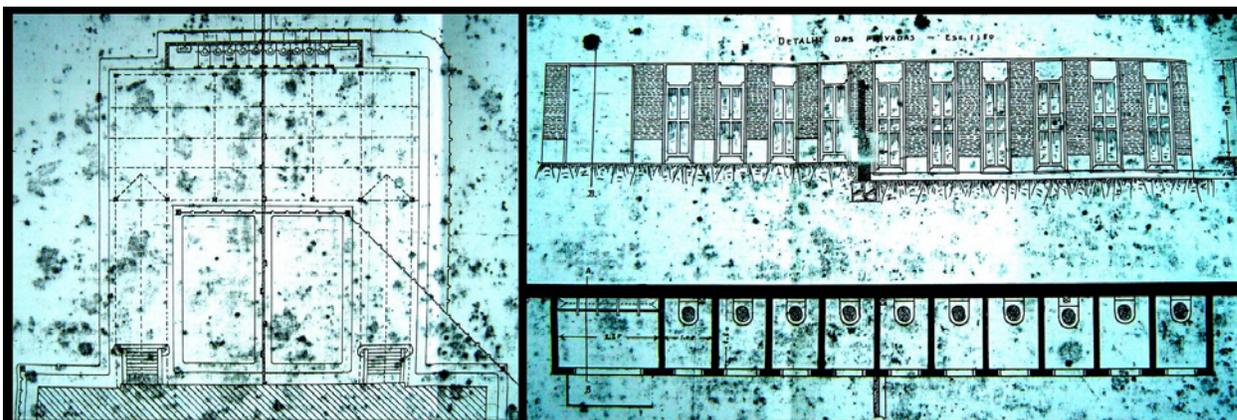


Figura 24. Detalhes dos banheiros do G. E. Antonio Padilha, em Sorocaba. Observe-se a divisão de seções através do muro: a seção masculina do lado esquerdo (lado dos mictórios); ligação do edifício principal através dos passadiços, formando outro pátio; e a cobertura do galpão de recreio e ginástica, que divide espaço com os banheiros. (Fonte: CPOS)

Estava regulamentado pelo Código de Posturas de 1886, que eram proibidas janelas que se abrissem para fora, pois prejudicariam a passagem das pessoas nas calçadas. Sendo assim, em 1886, fica regulamentado que:

Art. 18 – É proibido ter dentro da Cidade e em povoações do município, casa térrea, ou pavimento inferior de sobrado, sem postigos, cancelas, portas e janelas de abrir para fora, ficando inteiramente proibidas as rótulas e sacadas de madeira. Os infratores sofrerão a multa de 20\$, além de obrigados a cumprirem a disposição deste artigo (CÓDIGO DE POSTURAS⁴³, 1886, p.4).

A despeito disso, no edifício do Primeiro Grupo Escolar do Brás, as janelas se abriam para fora, contrariando a regulamentação. Nesse caso específico, a explicação pode ser a de que sua aprovação se deveu ao fato de a soma do porão mais a altura do peitoril do edifício ser superior à altura de dois metros. Desse modo, essas janelas não atrapalhavam as pessoas que estivessem do lado de fora, Pode-se afirmar que, tanto no Primeiro Grupo Escolar do Brás, quanto nos outros edifícios estudados, a preocupação estética do edifício era algo levado em maior consideração do que sua utilização propriamente dita, bem como o respeito às legislações vigentes na época. Prova isso a questão das janelas. De acordo com o artigo 197 do Código Sanitário, que

⁴³ Cf. Anexo A.

regulamentava a iluminação natural das escolas, exigia-se que a iluminação fosse unilateral esquerda, ou, se bilateral, que não fosse paralela às janelas:

Artigo 197. A iluminação da sala deve ser unilateral esquerda, sendo tolerada a bilateral, contanto que não proceda de faces paralelas.

Artigo 198. Será boa iluminação, quando do lugar menos favorecido, puder se divisar o horizonte em uma extensão vertical de 30 centímetros (CÓDIGO SANITÁRIO, 1894, p.88).

Na planta do Grupo Escolar em questão, das 16 salas de aulas, quatro possuíam aberturas de janelas por mais de um lado da sala de aula. Por coincidência, as aberturas não eram paralelas, mas, eram tão ruins como se fossem. Quatro delas possuíam aberturas do lado direito do aluno, e — algo ainda pior — janelas às costas dos alunos. A consequência indesejada era que o aluno tinha sombra sobre sua leitura por duas vezes, pelo lado direito e por trás. Isso ocorria tanto na seção feminina como masculina, além de outras quatro salas do prédio. Em vista disso, compreende-se que as regulamentações — tanto nesse Grupo Escolar como em outros, que veremos adiante — não fossem integralmente cumpridas. Em suma, para manter-se a simetria externa do edifício, visto que se desejava exprimir a sensação de volumetria corretamente equilibrada, sacrificava-se o conforto do aluno. A sala de aula número 1 tinha a iluminação das janelas entrando pelo lado esquerdo dos alunos; a sala 3 também estava assim disposta, o que produzia uma situação crítica e em desacordo com a legislação. O mesmo era o caso das salas 2 e 4. Ambas, ainda, possuíam suas carteiras distribuídas de forma diferente: na sala 2, a iluminação entrava pelo lado esquerdo dos alunos (como previa a legislação), mas, irregularmente possuía iluminação traseira. Situação mais crítica ainda enfrentava a disposição da sala 4, que apesar de possuir entrada de luz pelo lado esquerdo, tinha-a também pelas costas dos alunos. A figura 21, abaixo, traz um exemplo dessa situação:

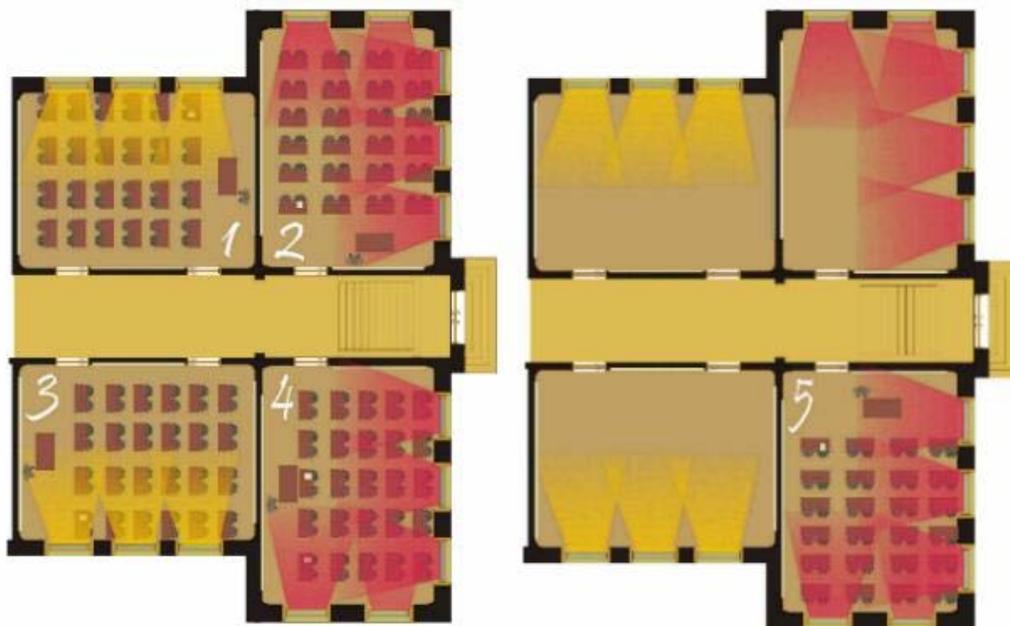


Figura 25. Salas de aula do Grupo Escolar Romão Puiggari, piso térreo. Cópia do desenho do acervo da FAUSP. As sombras vermelhas são as salas mais problemáticas. As sombras amarelas são projeção de acordo com o Código Sanitário de 1894.

Pior disposição das salas seria a de número 5, pois a iluminação entra pelo lado direito e pelas costas dos alunos. Não esqueçamos que, por ser um edifício simétrico, as salas possuíam os mesmos problemas se tiverem sua posição espelhada. Igualmente, o que acontecia no pavimento térreo repetia-se no superior, nos dando assim das 16 salas de aulas, 8 com problemas do ponto de vista do código sanitário, devido a questões de relações estéticas.

Nessa situação, poderíamos analisar a competência dos engenheiros arquitetos e a qualidade de seus projetos? Apesar de não ser alvo deste trabalho analisar essa competência, cumpre reconhecer que Ramos de Azevedo (como outros que estudaram na Europa) trouxe cópias de um estilo arquitetônico estrangeiro, com outras preocupações arquitetônicas, distantes em geral das características brasileiras, o que nos leva a pensar nas palavras acerbas de Morse:

Mais engenheiro do que arquiteto, mais empreendedor do que engenheiro, Ramos Azevedo, com seus associados, estabeleceu sobre o gosto dos paulistanos uma ditadura que só começou a declinar depois de 1920; seu estilo era pretensioso, sem nobreza, de imitação, e melhor descrito como ecletismo promíscuo com tendências à Renascença. Em dezenas de palacetes e edifícios públicos a cidade traz ainda a sua marca (MORSE, 1953, p.204).

Palavras de um autor que não se deixou influenciar pela exuberância dos modismos copiados de uma época em que a pobreza se deslumbrava com a ostentação da aristocracia paulistana.

Figura 26. Dobradura do Grupo Escolar Padre Anchieta.

Figura 27. Grupo Escolar Padre Anchieta. Desenho da fachada frontal com desenho do gradil.

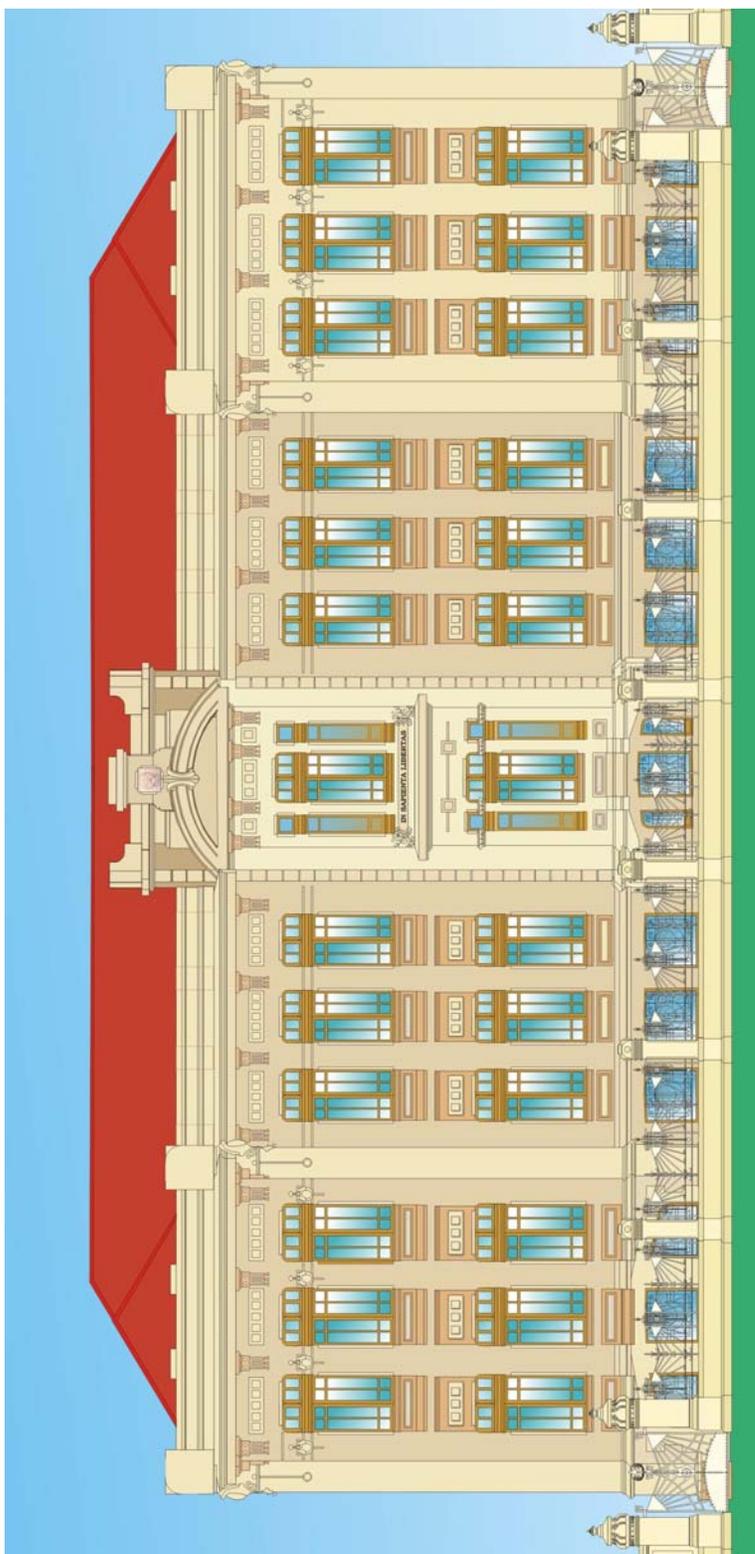


Figura 28. Grupo escolar Padre Anchieta. Desenho da planta do pavimento térreo. Foto 1 – Vista das varandas (corredores) através do pátio central. Foto 2 – Parte da fachada principal da escola. Foto 3 – Janelas do segundo pavimento. Fundos. Foto 4 – Vista das varandas (corredores) vista do pátio central. Foto 5 – Escada de acesso ao segundo pavimento. Foto 6 – Acesso aos fundos da escola.

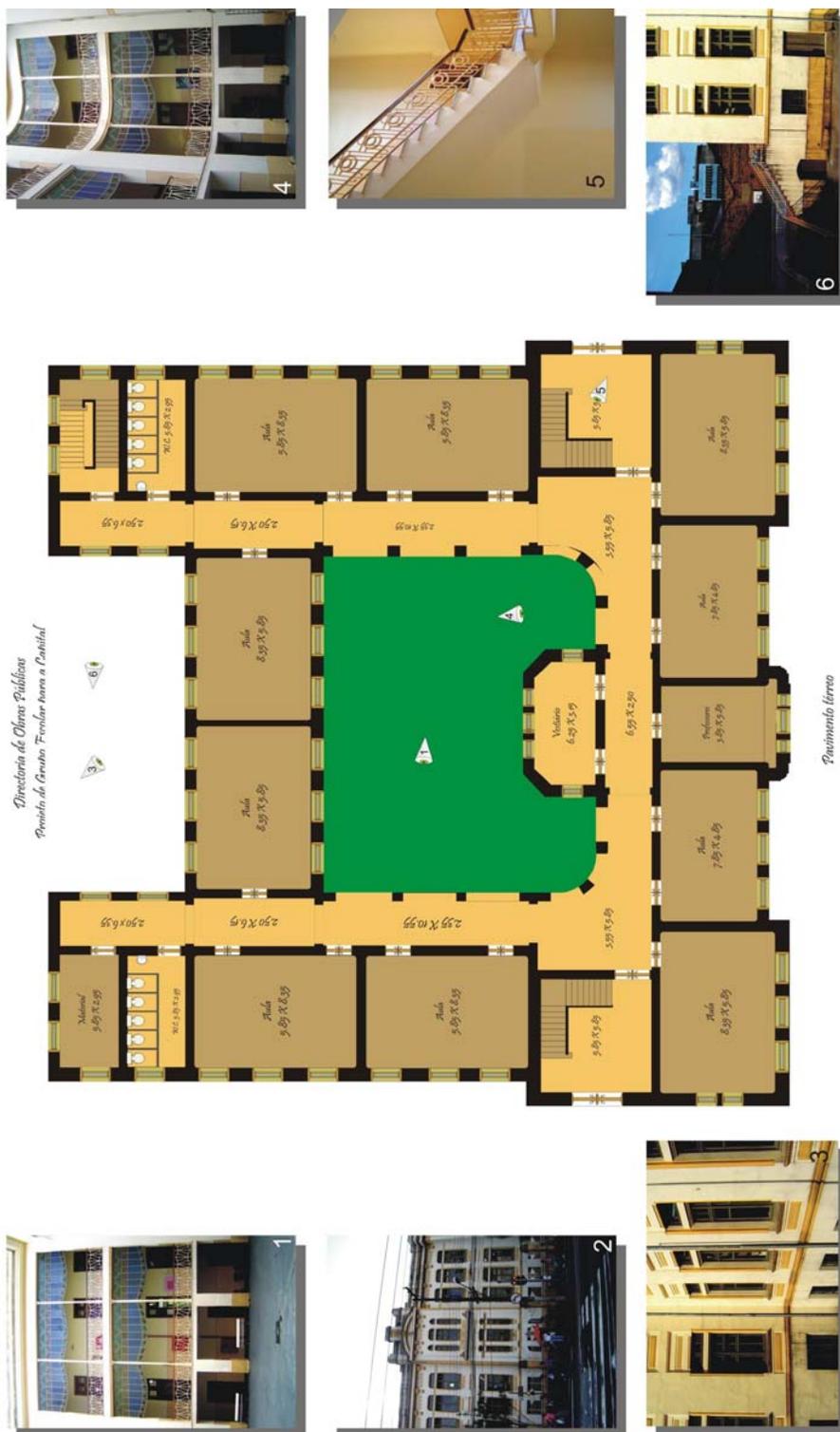
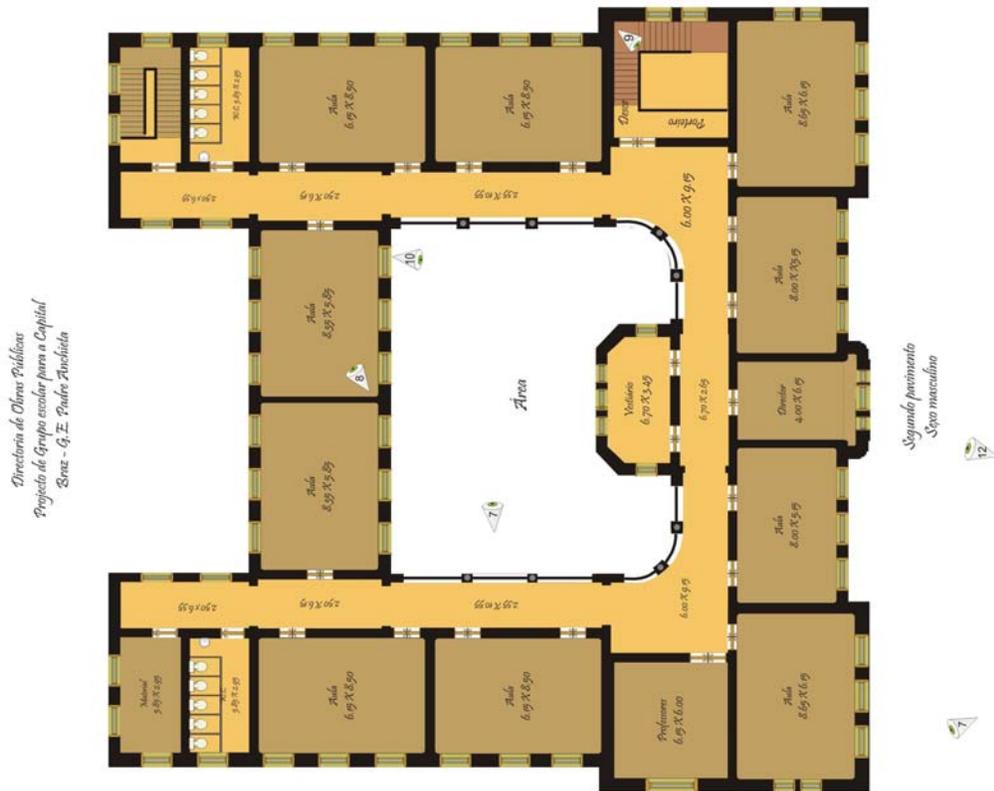
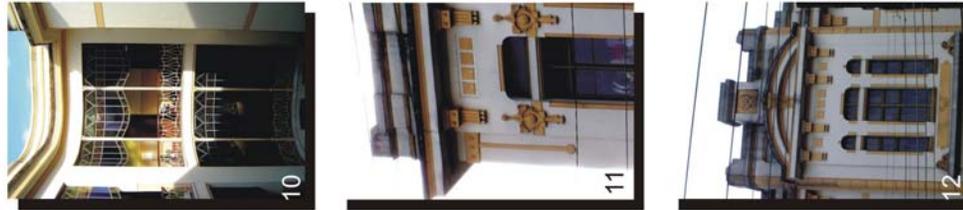


Figura 30. Grupo Escolar Padre Anchieta. Desenho da planta do segundo pavimento, seção masculina. Foto 1 – Uma das vistas do pátio central. Foto 2 – Detalhe da janela da sala de aula reversível. Foto 3 – Entrada lateral direita, acesso à Travessa das Flores. Foto 4 – Vista do pátio central. Foto 5 – Detalhe do frontão da fachada. Foto 6 – Detalhe do frontão principal da fachada.



3.2 – Grupo Escolar Padre Anchieta - 1911

O Terceiro Grupo Escolar do Brás, anteriormente *Seção Feminina do Grupo Escolar do Braz*, foi criado por decreto de 8 de agosto de 1898, e devidamente instalado no dia 11 de agosto do mesmo ano. Segundo o Anuário da Educação de 1913, esse grupo escolar, então denominado de *Terceiro Grupo Escolar Modelo do Braz*, funcionando no mesmo edifício da Escola Normal, teve matriculados nesse ano 906 alunos, com frequência média de 609. Seu diretor era Arthur da Cunha Glória, normalista. Com projeto do engenheiro arquiteto Manuel Sabater e desenhos de 1911, a escola seguia o mesmo partido arquitetônico do Grupo Escolar de Santos. Manuel Sabater, em alguns de seus projetos, utilizava pátios internos, como os Grupos escolares de Tatuí, Mococa e Sorocaba.

A diferença do projeto do terceiro Grupo Escolar do Brás em relação à maioria dos demais grupos era a inclusão de um segundo pavimento, provavelmente devido à alta procura de vagas> Havia, ainda, uma discussão a respeito da construção de Grupos Escolares térreos ou não, apesar de as leis do Código Sanitário de 1894 e 1912 orientarem para que se evitassem edifícios sobradados para as escolas:

Artigo 188. Sempre que possível, as escolas deverão ter um só pavimento (CÓDIGO SANITÁRIO 1894, p.88)

Mas, devido à grande necessidade de aumento do número de vagas, especialmente em alguns bairros como o Brás, surgiram alguns edifícios com mais um pavimento (Correa, 1991). E no caso do Grupo Escolar Padre Anchieta, um terceiro, pois no nível da rua, piso térreo, estava a seção de aulas noturnas, da mesma forma que no Grupo Escolar da Barra Funda, também projeto de Manuel Sabater:

No ano de 1911 foram retomados os edifícios em dois pavimentos, duramente criticados no início do século, para alguns grupos escolares da capital e também do interior. Independente da discussão a respeito do custo das escolas em um ou dois pavimentos, a adoção de tal partido nesse momento, é bastante adequada, pois está diretamente relacionada com a capacidade do edifício, sendo utilizado nas escolas com números de salas superiores a 10 (CORRÊA, 1991, p. 84).

Outro traço pouco comum nessa escola é o fato de, apesar da pouca altura das salas de aulas, haver a utilização do porão (térreo) para aulas noturnas. Essas aulas funcionavam para adultos e deveriam somar no mínimo 30 alunos por classe. O projeto previa o recuo frontal, mantendo-a, por esse modo, distante do trânsito de pessoas e, ao mesmo tempo, conservando um pátio, onde os alunos esperavam a autorização para entrada, entre o muro de divisa e o edifício.

A base do muro tinha 80 cm de altura, e complementando-o com o gradil somava 2,0 m de altura (sem levarmos em consideração os acabamentos do gradil e colunas). Os portões — dois laterais e simetricamente distribuídos — eram de ferro e possuíam um desenho radial, lembrando os raios do sol. Esses raios unidos por um “cajado” tinham acima folhas de louros coroadas com uma estrela e um círculo no seu centro, símbolo da República. O círculo aparece nos brasões do Primeiro Grupo Escolar do Brás, a estrela sempre fazendo parte da composição do brasão, dentro do círculo. A estrela era ladeada por ramos de louro, simbolizava que não existia vitória sem luta. Como diz CIRLOT sobre a representação e significado do louro:

A coroação do poeta, artista ou vencedor com os louros não representa a consagração exterior e visível de uma atividade, mas sim o reconhecimento de que essa atividade, por sua simples existência, já pressupõe uma série de vitórias interiores sobre as forças negativas e dissolventes do interior. Não há obra sem luta, sem triunfo (CIRLOT, 1999, p. 351).

Ladeando os portões, as colunas com acabamento de compotas ou pinhas estilizadas, flores em relevo contornando a coluna como se fossem medalhas, além de várias esferas (também em relevo) contornando a base do capitel das colunas, ao modo de planetas em torno do sol. A grade entre os portões também era ricamente adornada com folhas, raios de sol, cajados, esferas penduradas por barras de ferro em forma de parafusos e lanças com acabamento quase como um caduceu. As entradas para o edifício, separadas uma pela lateral direita e outra pela lateral esquerda do edifício, não possuíam indicação de qual seria a masculina e qual a feminina. O primeiro acesso, isolado do corredor de distribuição para as salas de aulas, era formado por um hall de distribuição vertical, onde estavam confinadas as escadas.

De acordo com o projeto, o pavimento térreo, destinado às aulas noturnas, possuía 10 salas de aulas, 2 banheiros (com 5 vasos sanitários e 1 lavatório cada um). Apesar de os banheiros fazerem parte do corpo do edifício principal, estavam distribuídos no final dos corredores, isolados das salas de aulas. Todos os cômodos eram simetricamente distribuídos ao redor de um pátio interno, num eixo central que tinha a sala de professores como referência. Em frente a ela uma sala de tamanho muito próximo à sala dos professores, designada como “vestiário”. Contornando o pátio interno, havia corredores com varandas, protegidas pelos lambrequins de vidros verdes, amarelos, azuis e vermelhos, abertos para o pátio.

No piso térreo, havia ainda duas outras saídas próximas aos banheiros, que levavam ao pátio dos fundos da escola, e ainda próximo aos banheiros, de um lado, uma escada de acesso aos outros pavimentos, e de outro, uma pequena sala designada como “material”. No 1º Pavimento, temos a mesma configuração do pavimento térreo tanto na disposição das salas, sala de professoras (no térreo temos sala de professores), vestiário, banheiros, sala de material, escadas, etc., diferenciando-se apenas pelas duas saídas para o pátio nos fundos da escola, feita através de duas escadas e cobertas por um passadiço em direção ao galpão do recreio e das aulas de educação física.

Abaixo, a figura traz um detalhe da planta do grupo escolar:

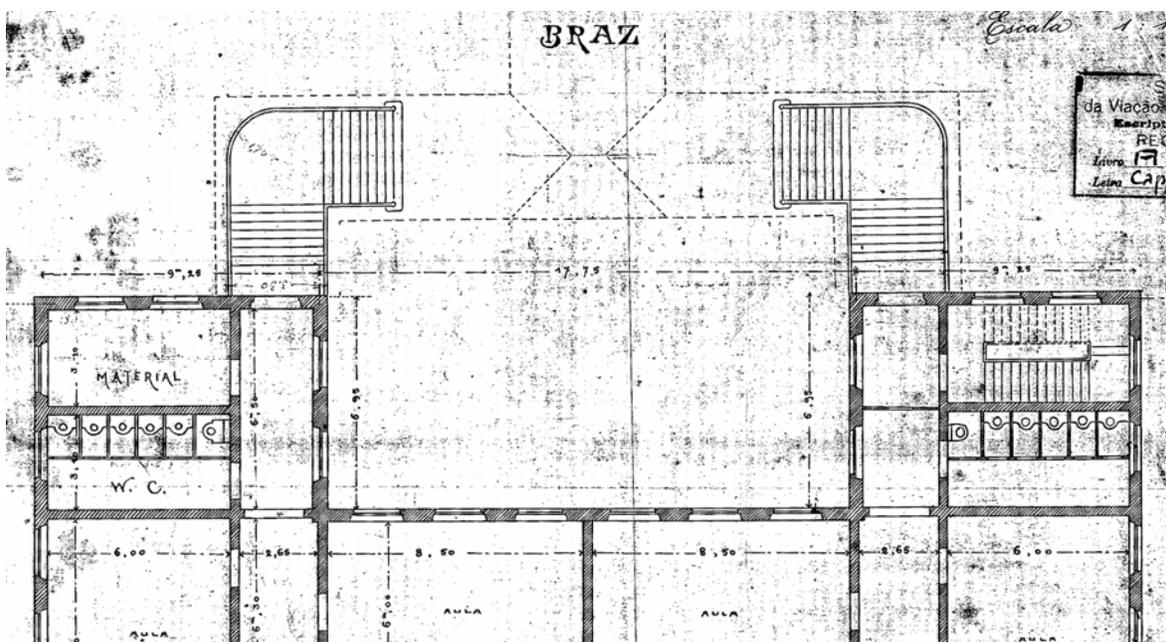


Figura 31. Detalhe da planta da saída para os fundos do 1º Pavimento do Grupo Escolar Padre Anchieta. (Fonte: Acervo CPOS)

Observamos ainda que no vestiário em frente à sala das professoras, havia (como se vê no desenho) algo que se pode entender, plausivelmente, como um “aparador”.

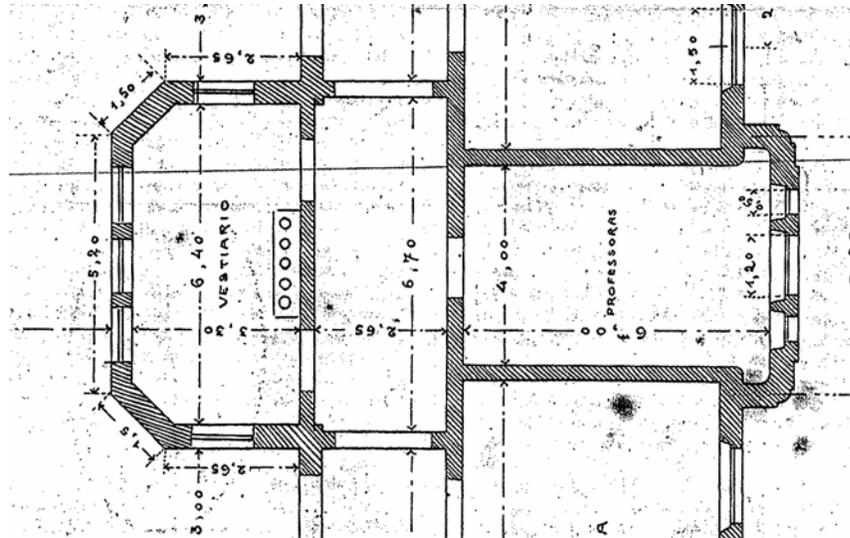


Figura 32. Planta do vestiário feminino do Grupo Escolar Padre Anchieta. Detalhe da planta do 1º Pavimento. Fonte: Acervo CPOS.

Os corredores do 1º e 2º pavimentos eram protegidos por vitrais coloridos, como se fossem “lambrequins”, utilizados nos arremates das coberturas dos galpões de recreio e educação física.



Figura 33. Proteção dos corredores (lambrequins), referência do estilo art nouveau, G. E. Padre Anchieta. (Foto: Mozart Araújo)

Conquanto não apareça na planta do projeto, como no do Grupo Escolar de Santos, aqui também foi utilizada a proposta de unir duas salas para eventuais reuniões ou solenidades. Essa proposta consistia em uma divisória entre duas salas do primeiro pavimento, que, em caso de necessidade, seria aberta e uniria duas salas. Uma proposta interessante se levarmos em conta que não havia teatro nem auditório na escola. Como afirma Wolff :

Uma outra precariedade de funcionamento dos grupos escolares, em seu esquema básico, levou Humbeeck no final do século a propor uma engenhosa solução, posteriormente incorporada já na concepção dos projetos. Criou para as escolas de Campinas e Santos uma divisória desmontável de madeira, em substituição a uma parede entre duas salas de aula. Esse recurso permitia a obtenção de um amplo salão para dias de solenidades que não seriam possíveis de realizar, em função das dimensões, em salas de aula comuns (WOLFF, 1992, p. 185).

O 2º pavimento, para o sexo masculino, mantinha em linhas gerais a configuração dos pavimentos anteriores, com apenas algumas poucas alterações, embora importantes. A mais simples delas se referia à saída para o fundo do edifício. Essa saída era feita apenas por uma escada no final do corredor do lado direito. Por isso os alunos das salas opostas deveriam dar a volta em todo o pátio até chegar às

escadas. Outra alteração era a eliminação de uma das escadas laterais. Das escadas que se iniciam no piso térreo (portanto, na entrada principal), somente uma delas — a escada do lado direito do edifício — tinha acesso ao 2º pavimento; no final dessa escada, havia um espaço reservado ao “porteiro”. No lugar da escada do lado esquerdo, estava a sala de professores.

Uma terceira mudança, e certamente de efeito mais simbólico que prático, era a localização da sala do diretor, disposta no ponto alto do edifício, no eixo central, sobre as salas de professores e professoras. Resumindo:

No total, o Terceiro Grupo escolar do Braz, possui: 30 salas de aulas, 30 vasos sanitários, 1 sala de diretor, 1 sala de professoras, 2 salas de professores, 3 vestiários, 3 salas de material, e espaço para porteiro. Essas escolas com 30 classes, sobressaem-se pelo número elevado de salas de aula, sendo que no projeto original já está previsto o uso do porão (CORREA, 1991, p.85).

Se comparado ao Grupo Escolar Rodrigues Alves, uma escola menor, nota-se a falta de banheiros privativos aos professores, professoras e diretor, sendo que, conforme indicam as observações, a chamada sala “vestiário” deveria se prestar àquelas necessidades.

Digna de nota, ainda, era a falta de mictórios e filtros, que seriam integrados aos projetos futuros do Grupo Escolar Rodrigues Alves.

Na fachada do edifício, a platibanda que contornava todo o grupo escolar escondia o telhado de telha tipo “francês”. Os frontões laterais eram ricamente adornados com pingentes, gotas, consoles, e almofadas em relevo sobre as janelas. Rematando os frontões laterais estavam as bases retangulares, mais altas que o frontão, e que nos dão a impressão da falta das “compotas” que existiam no Grupo Escolar Rodrigues Alves. Na composição da fachada, um total de 30 janelas simetricamente distribuídas, seguindo as dimensões propostas, e mais 15 janelas, com grades no pavimento térreo, fora dos padrões indicados, iluminavam e ventilavam as salas.

E, finalmente, a parte mais importante da fachada, o seu eixo central que distribui numa linha vertical, de baixo para cima, as salas das professoras, professores. Acima de todos ficava a diretoria, adornada com as palavras “IN SAPIENTA

LIBERTAS" ("A liberdade está na sabedoria"), na base das suas janelas, e ladeada por ramos de vegetação. Na parte de cima das janelas da mesma sala, um arco com frisos adornado, rematado com o brasão da República, no topo, ao centro, em destaque.

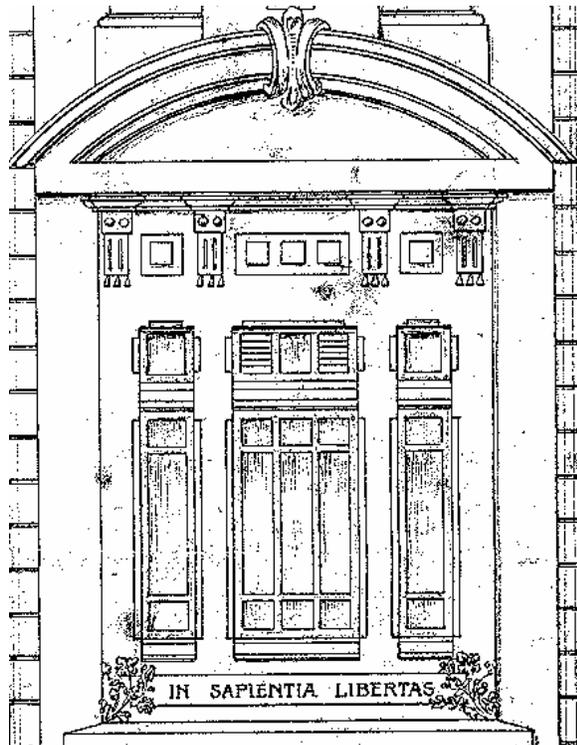


Figura 34. Detalhe do desenho da fachada do G. E. Padre Anchieta com a frase IN SAPIENTIA LIBERTAS. (Fonte: CPOS)

Figura 35. Dobradura do Grupo Escolar da Várzea do Carmo.

Figura 36. Grupo Escolar da Várzea do Carmo – Desenho da Fachada dos fundos.

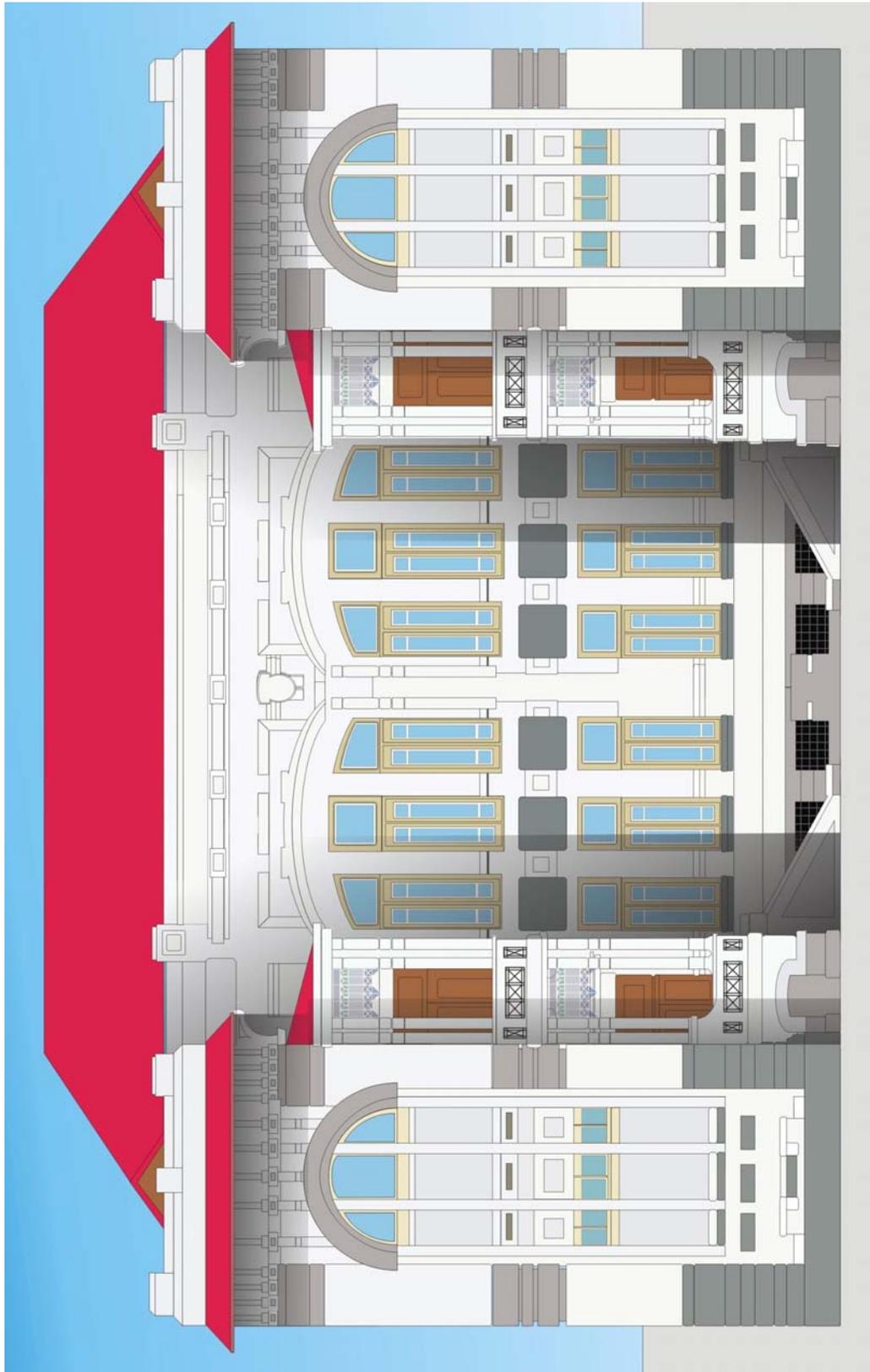


Figura 37. Grupo Escolar da Várzea do Carmo. Desenho da planta do pavimento térreo. Foto 1 – Detalhe do ladrilho hidráulico. Piso da entrada da escola. Foto 2 – Porta de entrada da Travessa das Flores. Foto 3 – Mictório e piso hidráulico do banheiro masculino do piso térreo. Foto 4 – Detalhe da bandeira fixa sobre a porta de entrada principal e retrospectção do roda-teto. Foto 5 – Varanda nos fundos do edifício. Foto 6 – Porta da entrada através da varanda dos fundos.



Figura 38. Grupo Escolar da Várzea do Carmo. Desenho da planta do pavimento térreo. Foto 1 – Detalhe do corrimão da escada principal. Foto 2 – Entrada principal da escola. Foto 3 – Portão lateral esquerdo da escola. Entrada de alunos. Foto 4 – Janela para o porão da escola. Foto 5 – Detalhe da fachada principal. Janelas. Foto 6 – Esquina da Rua da Boa Morte (Rua do Carmo) com Travessa das Flores.

Figura 39. Grupo Escolar da Várzea do Carmo. Desenho da planta do pavimento superior. Foto 1 – detalhe do forro de madeira do hall da escada de entrada lateral. Foto 2 – Sala de aula reversível. Foto 3 – Vitral da varanda frontal. Foto 4 – Estrutura do telhado e forro de madeira. Acesso as caixas de água. Foto 5 – Escada de madeira de acesso ao telhado e as caixas de água. Foto 6 – Detalhe do canto arredondado das paredes e roda teto.



3.3 – Grupo Escolar da Várzea do Carmo - 1913

O Grupo Escolar da Várzea do Carmo foi implantado em 1890, num prédio alugado em sete de julho de 1890. O edifício, construído especificamente para o grupo escolar, foi concluído no ano de 1913, localizado na Rua do Carmo, antiga Rua da Boa Morte, na esquina com a Travessa das Flores, no centro da cidade de São Paulo. Seu projeto é de Carlos Rozencrantz⁴⁴.

Os desenhos que encontramos são a planta e a fachada do projeto original, sem escala, do ano de 1911. A planta do projeto original está de acordo com o que foi executado, juntamente com o desenho da fachada dos fundos. Não foram encontrados outros desenhos do edifício. Mas, através de levantamento no local, conseguiu-se redesenhar a planta do pavimento superior. Não se sabe o motivo da diferença entre os projetos.

O edifício foi construído em estilo neoclássico, com elementos *art nouveau*, e passou posteriormente por reformas que descaracterizaram o projeto original, sobretudo por causa de adaptações de seu espaço. Contudo, foram mantidos sua volumetria e seus detalhes arquitetônicos. O edifício perdeu o espaço dos fundos, em que ficava a área de recreio (hoje uma quadra poliesportiva). No projeto original, o porão tinha aproximadamente 1,8 m de altura: na realidade, possuía mais de 2 m de altura, ampliando seu uso depois de uma reforma durante a restauração do edifício. A maior parte dessas mudanças está registrada por volta dos anos 1980, quando o prédio foi adaptado para ser uma creche.

Constam no projeto, encontrado e executado no piso térreo, quatro entradas de acesso ao edifício, sendo uma principal, uma lateral e duas através de escadas nos fundos do edifício, permitindo a separação, na entrada, de meninos e meninas. No conjunto, eram varandas, hall de entrada e distribuição, seis salas de aulas, corredores de acesso, banheiro com cinco cabines para os vasos sanitários e cinco salas menores

⁴⁴ Cf. Anexo J.

sem nenhuma designação. Não foi encontrada a planta do pavimento superior do projeto executado, mas no local aparecem nítidas as alterações.

A cobertura da entrada principal, voltada para a Rua da Boa Morte, era de ferro fundido, e hoje está reconstituída a partir do original. Ainda, há pisos de ladrilho hidráulico no hall de chegada e assoalhos nos demais cômodos, com exceção dos banheiros que, novamente, são revestidos com piso hidráulico. Não foi encontrado, nesse edifício, nenhum detalhe arquitetônico que aludisse à política republicana. Nos desenhos ou no edifício atualmente, nenhum símbolo claro na fachada, nenhum adorno que o identificasse como um Grupo Escolar (nem sequer o nome da escola!). O fato é que o edifício poderia ser qualquer outra instituição municipal ou estadual. Ante isso cabe advertir que a arquitetura escolar nem sempre esteve responsabilizada pelas alegorias de uma fachada. A arquitetura escolar se materializa nas atitudes e cumprimentos das suas funções. Como lembra Frago, a arquitetura por si só já alimenta suas intenções pedagógicas:

A arquitetura escolar, além de ser um programa invisível e silencioso que cumpre determinadas funções culturais e pedagógicas, pode ser instrumentada também no plano didático, toda a vez que define o espaço em que se dá a educação formal e constitui um referente pragmático que é utilizado como realidade ou como símbolo em diversos aspectos do desenvolvimento curricular (FRAGO, 2001, p. 47).

Da forma que tratamos os edifícios escolares da Velha República, pode resultar a falsa impressão de que todos deveriam ter determinadas características estampadas de alguma maneira na sua fachada ou interior. A arquitetura escolar existiu historicamente através também de sua organização, de seu programa pedagógico. Esse plano didático assentou os espaços, que nem sempre estavam definidos em seus projetos. Foi a ação do processo de educação que formalizou o Grupo Escolar da Várzea do Carmo como grupo escolar propriamente. Suas características arquitetônicas não simbolizavam bandeiras, pátrias ou repúblicas.

Instalada no centro, rodeada de instituições municipais e estaduais — quando identificar o edifício com símbolos nacionais seria confundi-los com a câmara municipal, o palácio do governo e os bancos — adotou-se para a escola uma arquitetura discreta. Levando-se em consideração seu entorno, apesar de símbolo importante, a

escola não conseguiu ou não pôde ser nada além de uma escola. E ela deveria se desenvolver com os critérios pedagógicos e não através dos símbolos então utilizados.

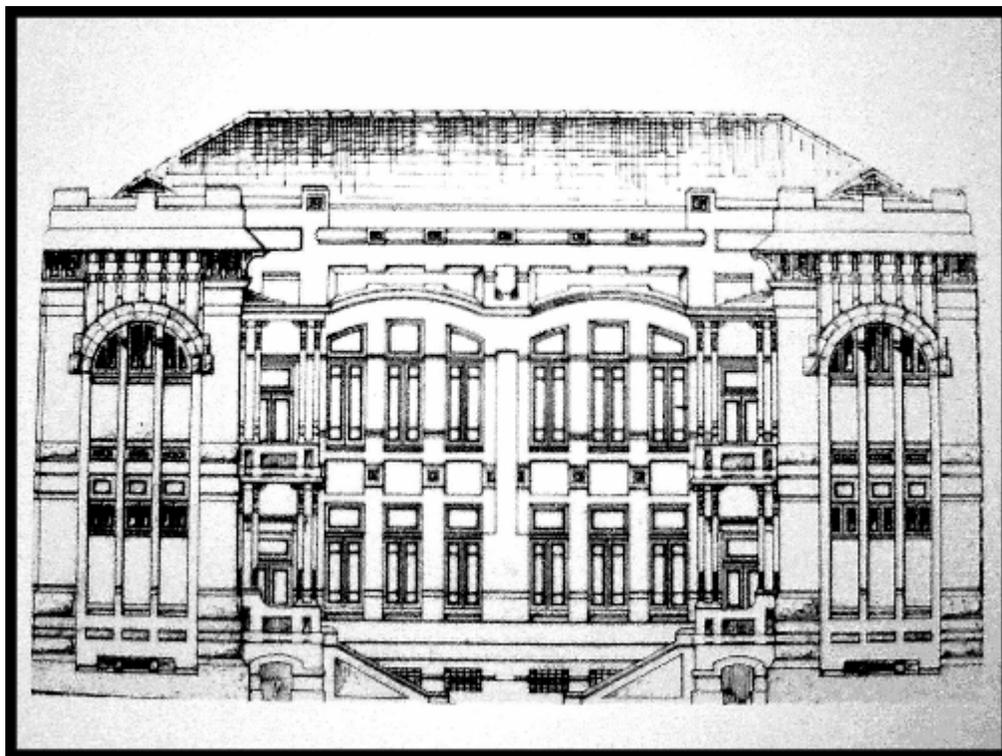


Figura 40. Desenho da fachada dos fundos do Grupo Escolar da Várzea do Carmo, datado de 1911. (Fonte: CORRÊA, 1991, p. 105).

O edifício possuía um volume total de 29,7 m de fachada por 28,5 m de profundidade, de acordo com o projeto original.

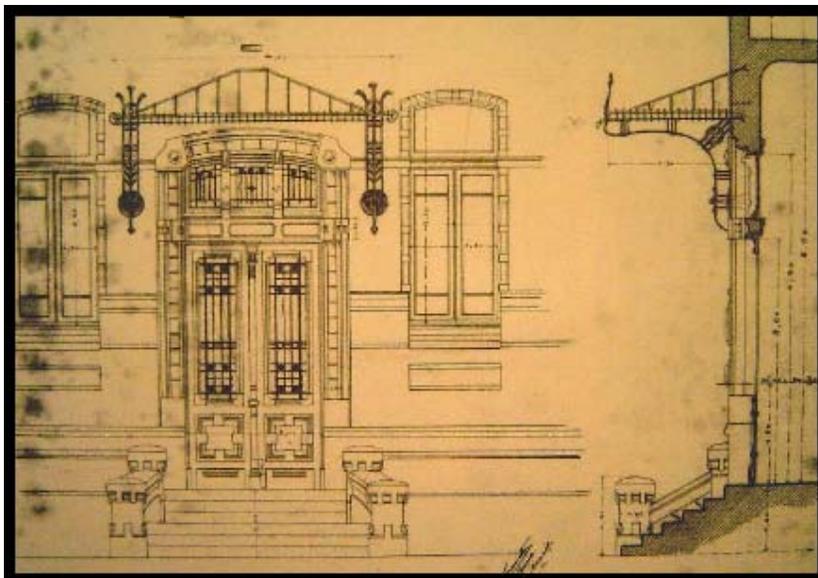


Figura 41. Desenho da entrada principal do G. E. da Várzea do Carmo datado de 1911. Fonte: CORRÊA, 1991, p. 106.

A planta do pavimento térreo possui entrada principal no eixo central da fachada principal, voltada para a Rua do Carmo. Apesar de sua fachada discreta, sem nítidas propagações políticas, temos na fachada, além dos adornos largamente utilizados (como os consoles decorados para sustentação dos beirais), alguma referência às folhas de café em substituição às folhas de louros. Folhas compondo guirlandas nos arremates de platibandas, folhas estampadas em relevos coloridos sobre as janelas das fachadas. Embora um edifício discreto, as referências às vitórias republicanas e ao reconhecimento do triunfo estão expressas em pequenos detalhes. Como todos os desenhos de folhas e plantas, eles remetem à fecundidade. Ou seja, o de "fazer vingar as sementes vitoriosas da nação".



Figura 42. Detalhe da platibanda da fachada. Acabamento com guirlandas, consoles decorados, e faixa decorada sobre as janelas. (Foto: Mozart Araújo)

Diferentemente dos demais edifícios, o Grupo Escolar da Várzea do Carmo foi construído diretamente na linha de divisa de seu terreno com a calçada. Não estavam previstos recuos frontais ou laterais. Na entrada principal, um lance de escada com seis espelhos de altura levava a um patamar, e daí à porta principal, de abertura em duas folhas, protegida por um dossel⁴⁵, sob cobertura de ferro fundido e vidro. Daí se seguiam mais oito espelhos, o que permite inferir que o porão possuía aproximadamente 1,95 m de altura.



Figura 43. Escada de acesso ao pavimento superior localizada na entrada pela Travessa das Flores. (Fotos: Mozart Araújo. 2006).

Na entrada lateral, voltada para a Travessa das Flores, do mesmo projeto, tem-se acesso através de uma escada de três espelhos para um hall, de que continua um novo lance de escada com mais 10 espelhos, totalizando 13 espelhos do nível da Travessa das Flores até um patamar. Este distribui acesso à escada em direção ao

⁴⁵ Cobertura permanente sobre trono ou altar. Proteção decorativa.

pavimento superior e ao corredor central de distribuição para as salas de aulas. Dessa mesma entrada através da Rua das Flores, tem-se acesso ao porão.

Pelos fundos, havia duas escadas para entradas separadas de meninos e meninas, com 13 espelhos de altura. De acordo com decretos do Código Sanitário⁴⁶ (nº. 2918 – de nove de abril de 1918), que especifica no artigo 171:

as escadas das escolas deverão ser retas ou quebradas em ângulos retos, e seus degraus não deverão ultrapassar 15 centímetros de altura e 30 de largura, evitando sempre que possível, o corrimão isolado. (art.74, lei 1596).



Figura 44. Escada dos fundos do edifício com chegada nas varandas. Acesso de alunos às salas de aula. (Foto: Mozart Araújo. 2006)

⁴⁶ Cf. Anexo O.



Figura 45. Desenho do corte com a localização da fossa já no projeto. (Foto: Cristiano Mascaro).

No corte longitudinal, observa-se o primeiro lance de escada da entrada principal (do lado direito do desenho), o porão, o pavimento térreo e o pavimento superior. No fundo (do lado esquerdo do desenho) as varandas de acesso, mostrando o detalhe dos “lambrequins” e gradil.

Depois de subir os dois lances de escada da entrada principal, chegava-se ao hall de distribuição para três portas: uma porta para o corredor de distribuição às salas de aulas; outra para uma sala medindo 3,0 m por 5,9 m e, ainda outra, na posição oposta, para uma sala com as mesmas dimensões, presumivelmente a secretaria e sala de diretor (não estão especificadas no desenho as denominações das salas).

A entrada voltada para a Travessa das Flores dava acesso a um hall, do qual partia-se para um novo lance de escada e novamente um patamar de distribuição: para a escada, para o segundo pavimento e, enfim, para o corredor central de distribuição, que media 4 m de largura. Esse corredor possuía 12 portas e, na seqüência, uma escada de madeira de acesso ao sótão, onde estavam as caixas de água. O pavimento térreo possuía cinco salas de aulas e, cinco salas menores, sendo que duas delas foram consideradas aqui como secretaria e gabinete do diretor. As maiores salas de aulas desse projeto possuíam dimensão de 9,2 m por 5,5 m, totalizando a área de 50,06 m² cada. Do lado oposto à escada da entrada lateral para a Travessa das Flores, com acesso externo através de uma varanda, havia o banheiro com cinco vasos sanitários. Não existe no desenho indicação da posição Norte. A planta do pavimento superior segue a simetria da do piso térreo. A diferença quanto aos pisos estava na

criação de duas varandas, simetricamente distribuídas na fachada. Entre as duas varandas, uma nova sala surgia situada sobre a entrada principal do edifício. Existia, ainda, uma sala sem designação.

A linha do tempo da construção desse Grupo Escolar e dos outros não nos permite entender, senão no uso do próprio espaço, os ideais republicanos e sua propaganda política, tão cultuada nas fachadas dos edifícios. O Grupo Escolar do Carmo é uma exceção dentre os quatro grupos analisados, o que o torna sobretudo importante neste estudo. Sem os costumeiros adornos, tendências aos símbolos republicanos e a proximidade do Convento do Carmo coloca à prova de que o próprio espaço já se identifica por si só como responsável pelo respeito e educação e para aqueles que o freqüentarem, como diz Frago:

O espaço comunica; mostra a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo (FRAGO, 2001, p. 64).

Figura 46. Dobradura do Grupo Escolar Rodrigues Alves.

Figura 47. Grupo Escolar Rodrigues Alves. Desenho da fachada principal. Foto 1 - Terraço sobre a entrada da seção feminina. Foto 2 - Detalhe sobre as janelas centrais do edifício. Foto 3 - Janela central do edifício. Foto 4 - Nome do Grupo Escolar sob o brasão da escola na entrada principal da seção masculina.



Figura 48. Grupo Escolar Rodrigues Alves. Desenho da planta do pavimento térreo. Foto 1 - Fachada principal do edifício em 2006. Foto 2 - Nome do Grupo Escolar sob o brasão da escola na entrada principal da seção masculina. 3 - Fachada principal do edifício em 2006.

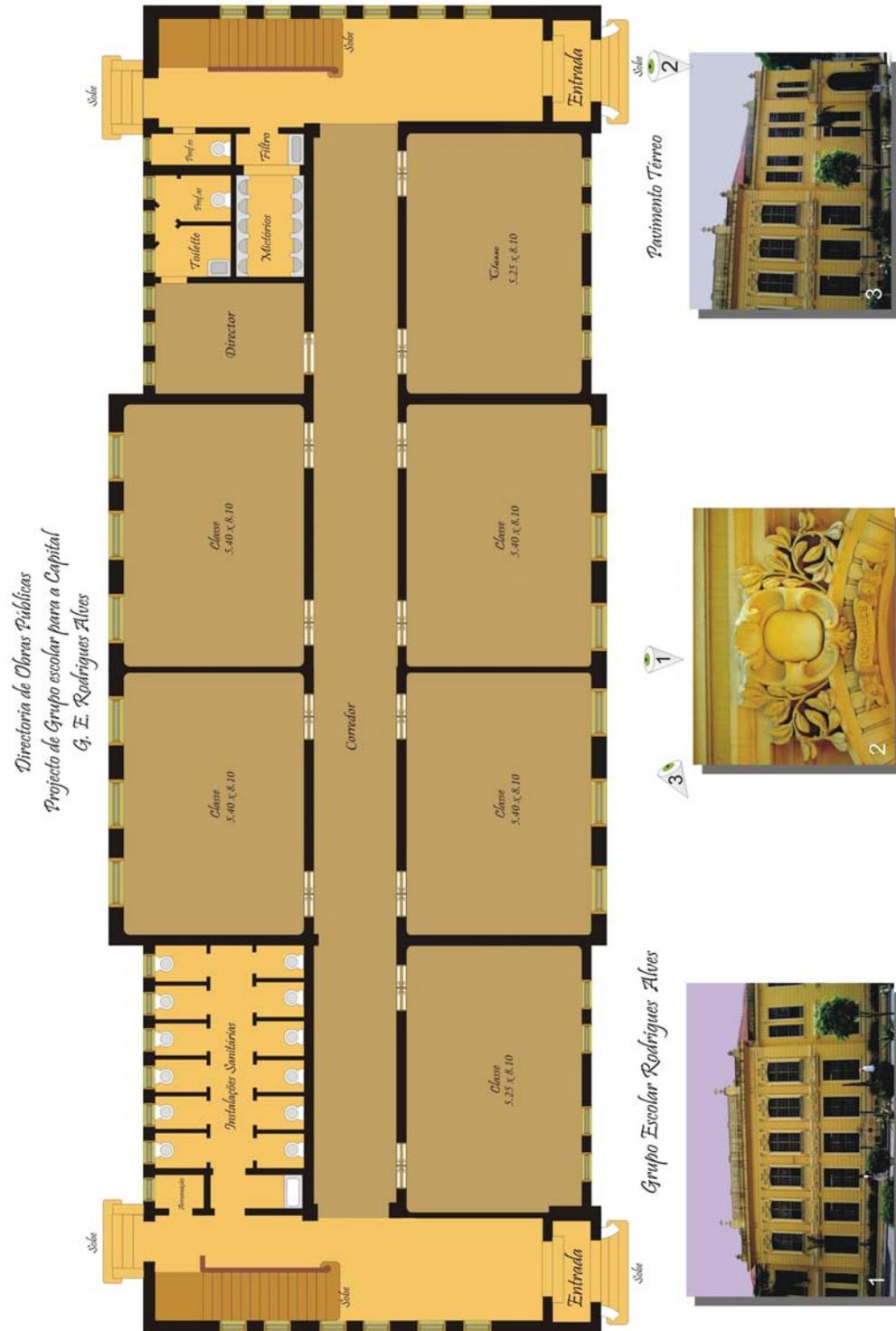
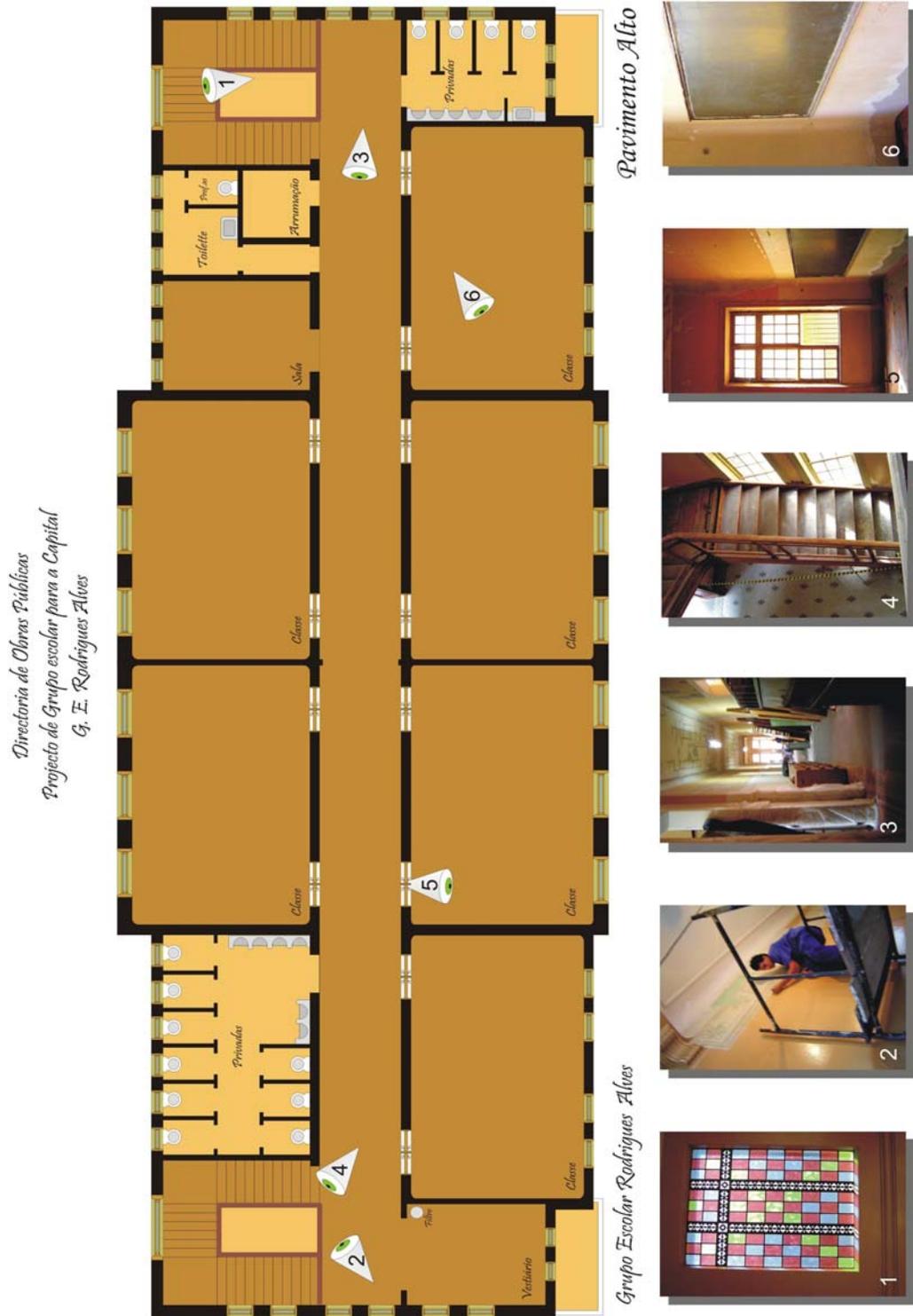


Figura 49. Grupo Escolar Rodrigues Alves. Desenho da planta do pavimento superior. Foto 1 - Vitral que ilumina as escadas. Foto 2 - Durante trabalho de retrospectção na restauração do edifício em 2005. Foto 3 - Corredor durante a restauração do edifício em 2005. Foto 4 - Vista da escada de madeira, lateral direita, seção masculina, durante a restauração do edifício em 2005. Foto 5 - Janela tipo guilhotina de uma das salas de aulas durante a restauração do edifício em 2005. Foto 6 - Detalhe do canto de parede arredondado e lousa. Piso de madeira.



3.4 – Grupo Escolar Rodrigues Alves – 1917

As Escolas Reunidas da Avenida Paulista foram criadas por decreto de 29 de julho de 1907 e instaladas a 12 de agosto do mesmo ano, quando foram anexadas as escolas isoladas Mista da Vila América, Mista do Caguassú, Feminina da Várzea de Santo Amaro, e Masculina da Bela Cintra. Por decreto de 5 de agosto de 1907, foram anexadas as escolas isoladas Mista do Bairro do Mutinga e 2^a. Feminina do Bairro do Limão. A capacidade do estabelecimento, em 1907, era de 259 alunos, 132 na seção feminina e 127 na masculina. Havia 280 alunos matriculados em 1908, com frequência verificada de 226 alunos⁴⁷.

A escola se tornou Grupo Escolar da Avenida Paulista em 1909, instalada na esquina com a Rua Pamplona. Em 1919, transferiu-se para o atual prédio na Avenida Paulista nº. 227, sendo a partir daí designada como Grupo Escolar Rodrigues Alves. O mais simbólico dos quatro grupos aqui apresentado, esse projeto de Ramos de Azevedo teve outras versões menos requintadas para os Grupos Escolares da Vila Mariana, Perdizes e Bom Retiro. O projeto fazia do edifício um bloco compacto, como o Grupo Escolar Romão Puiggari, existindo a diferença apenas de que o Grupo Escolar Rodrigues Alves não possuía uma entrada central, não deixando mesmo assim de ser totalmente simétrico, como era comum no período. O edifício, como recomendado, era afastado da avenida, com um jardim na frente de sua fachada principal:

A busca em separar a escola da rua implicou também, e fundamentalmente, a criação do pátio escolar, um espaço de transição, inexistente nas escolas isoladas, que permitia, ao mesmo tempo, fazer com que os(as) alunos(as) saíssem da rua, dando-lhes maior segurança e afastando-os(as) de sua influência maléfica, mas também permitia evitar que os(as) mesmos(as) adentrassem à sala-de-aula no mesmo ritmo que vinham da rua.(FARIA F^o, 1998⁴⁸).

⁴⁷ Cf. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo-1908-1909*. São Paulo: Tip. Siqueira, Salles & Cia., 1909.

⁴⁸ Em: Faria filho, L - Rev. Fac. Educ. vol.24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. Disponível em:

A planta mostra o pavimento térreo com entradas separadas para meninos e meninas. Porém, diferentemente do projeto do Grupo Escolar Romão Puiggari, esse não possuía uma parede dividindo a escola ao meio, pois, de acordo com a leitura feita nas plantas do projeto, a seção masculina se localizava no pavimento superior e a feminina no térreo. Como se observa na concepção dos banheiros, era ao contrário do que acontecia em 1909 em outro edifício, onde as meninas ficavam no pavimento superior e os meninos no térreo. Ainda assim, as entradas eram separadas, meninos pela direita e meninas pela esquerda.

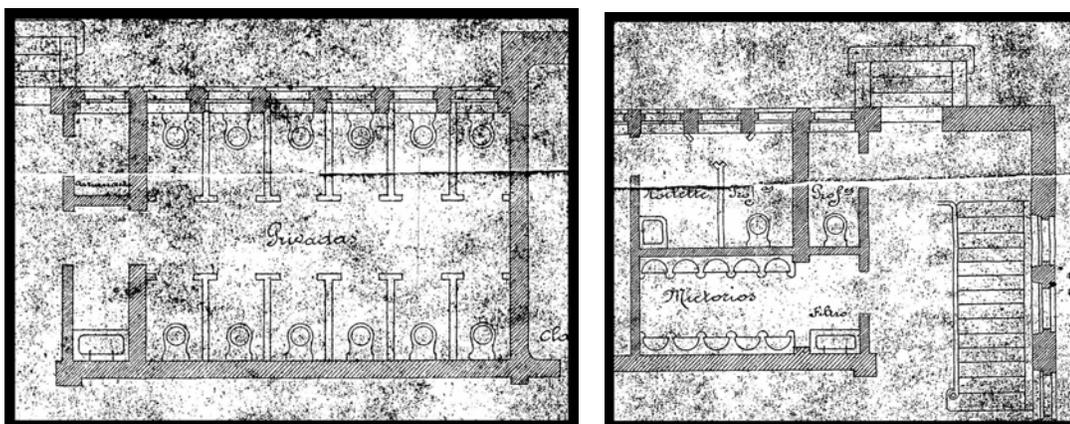


Figura 50. Detalhe dos banheiros do G.E. Rodrigues Alvez. Os detalhes dos desenhos mostram os banheiros que estão localizados no piso térreo. Do lado esquerdo, as 12 cabines com vaso sanitário e espaço para lavatório. No outro desenho, na direção da entrada masculina, os mictórios. (Fonte: CPOS)

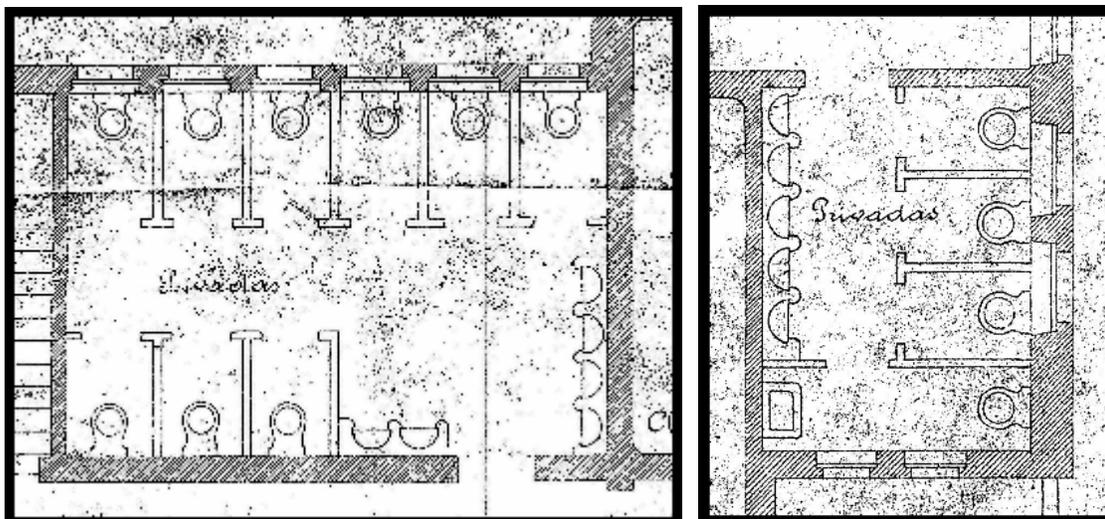


Figura 51. Detalhes dos banheiros do G.E.Rodrigues Alves. Os detalhes dos desenhos acima mostram os banheiros que estão localizados no piso superior. Do lado esquerdo, as 9 cabines com vaso sanitário e mictórios, de acordo com o desenho do piso térreo. No outro desenho, na direção da entrada masculina, 4 cabines e os mictórios, observando-se o espaço do lavatório. (Fonte: CPOS)

Observamos essa mesma configuração de projeto, em que se separam meninos e meninas, não mais através de uma parede divisória no eixo do edifício, mas *em pavimentos*, no G. E. Padre Anchieta. Estava determinado no próprio projeto que o pavimento térreo seria para aulas noturnas, o 1º Pavimento para o sexo feminino e o 2º Pavimento para o masculino. O pavimento térreo possuía seis salas de aula, número reduzido se comparado à maioria dos Grupos Escolares. No total, apenas seis salas de aulas no piso térreo e seis no piso superior, ou “pavimento alto”. As salas mediam, respectivamente, 5,25 m x 8,1 m e 5,4 m x 8,1 m. Além das seis salas de aulas no piso térreo, o edifício possuía uma sala para professoras, com banheiro anexo (sob denominação de “toilette”) no espaço do lavatório. Via-se a indicação “Prof.as.” no espaço que devia conter o vaso sanitário, e, ainda, ao lado da sala das professoras, um espaço reservado para “mictórios” (com 10 peças), um “filtro” e mais um espaço reservado a um vaso sanitário apenas para os professores (designado como “prof.es”).

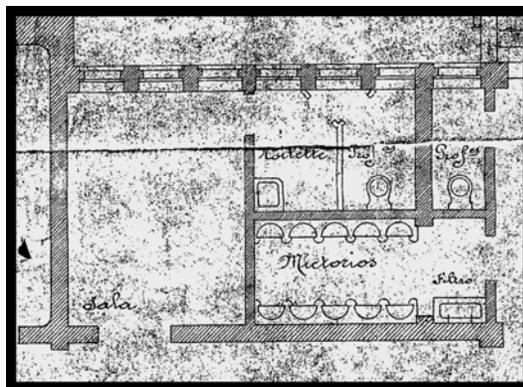


Figura 52. Banheiro de professoras do G.E.Rodrigues Alves. O detalhe do desenho acima mostra a sala das professoras. Fonte: CPOS

Ainda no piso térreo, do lado esquerdo do edifício, observamos um banheiro designado como “privadas”, com 12 vasos sanitários e um pequeno cômodo (designado “arrumação”) possivelmente para se guardar material de limpeza, se considerarmos o tamanho do cômodo. E, ainda, um espaço para filtro. De acordo com a disposição do desenho, tudo indica que o local designado “filtro” seja o espaço para lavar as mãos, já que ambos estão justamente na saída dos banheiros, e um filtro de água.

Em ambas as extremidades do edifício, havia escadas de madeira, em dois lances, divididas por um patamar, dando acesso ao piso superior. Abaixo das escadas, também nas extremidades do edifício, estavam portas que levavam ao recreio.

Na seção masculina, no pavimento superior, ou “pavimento alto” (como indicado no desenho), havia 6 salas de aulas de tamanhos similares às do pavimento térreo, e um banheiro para alunos com 4 vasos sanitários, 5 mictórios e 1 lavatório localizado no lado direito do edifício. Na outra extremidade, outro banheiro, sendo este maior, com 9 vasos sanitários e 6 mictórios sem indicação de lavatório. Nesta seção masculina, no piso superior, havia uma sala pequena sem designação de uso, possivelmente sala do diretor, pois diferentemente da sala das professoras no piso térreo, esta sala não possuía um banheiro acoplado, mas um banheiro de acesso comum. Era a mesma situação do pavimento térreo “toilette”, com um vaso sanitário e um lavatório, ao lado de uma saleta (denominada “arrumação”), maior que a do pavimento térreo.

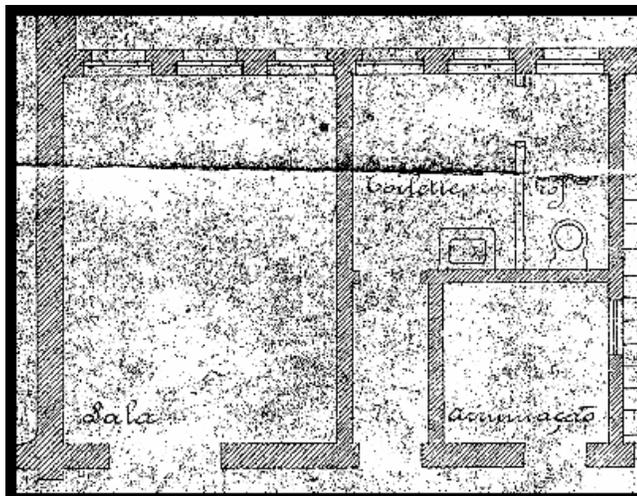


Figura 53. Banheiro do diretor ou professor do G.E. Rodrigues Alves. O detalhe do desenho acima mostra a sala do diretor”, banheiro das professoras e um quatinho designado “arrumação.” (Fonte: CPOS)

No piso superior, existia uma pequena sala localizada sobre o hall de entrada, do lado direito do edifício. Era designada como "vestiário" e possuía um filtro. Para o fundo do edifício, o pátio de recreio com a cobertura para os exercícios de educação física, o acesso se dava através de duas escadas dispostas simetricamente ao eixo da construção, uma em cada extremidade dela.

O espaço para recreio, formado por uma cobertura de telhas cerâmicas com estrutura de madeira, fazia conjunto com o passadiço, uma proteção em dias de sol e chuva para quem saía do bloco principal para a cobertura.

O conjunto do bloco principal do Grupo Escolar Rodrigues Alves, mais a cobertura, formam um pátio interno protegendo as crianças do exterior. Apesar de constar em arquivos de outras escolas a clara divisão dos sexos no interior da escola e no pátio/recreio, nos desenhos encontrados não foi feita tal observação. No Grupo escolar da Vila Mariana, de mesma tipologia, está nítida a demarcação do lado de meninas e meninos.

A opção da sala do diretor no segundo pavimento talvez se deva ao fato de ser o local de menos acesso a quem chega da rua e por estar no mesmo pavimento que a seção masculina. Voltaremos a esse assunto mais adiante quando termos oportunidade de tratar das salas de diretores ou gabinetes.

O corredor central, no eixo transversal do edifício, era totalmente linear, possibilitando assim as aplicações de controle de alunos e de disposição em fila.

O telhado de telhas cerâmicas “francesas”, com inclinação aproximada de 40°, estava embutido e protegido por platibandas adornadas e “compotas” (grandes vasos de concreto) que faziam o acabamento das platibandas, sugerindo um ar elegante à fachada. Logo abaixo, como se fossem apoios para livros em uma estante, as “Aegricanes”, representações de esculturas de cabeças ou crânios de bodes ou cabritos, muito utilizados como decoração de altares e frisos. Neste caso, eram duas cabeças de bodes e suas patas posicionadas na posição de esfinge. Longe de qualquer significado satânico, os bodes fazem referência ao símbolo das forças cósmicas, contrapondo-se, de um lado, ao leão – outro elemento que compõe a fachada do grupo – e, de outro, ao touro.

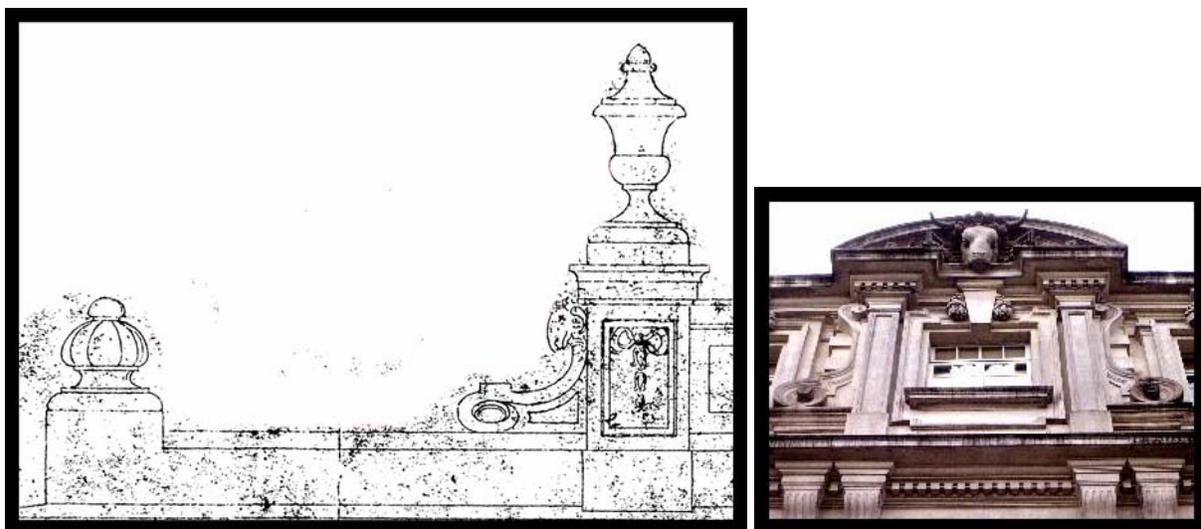


Figura 54. Vasos, compotas, bode. Detalhe da fachada do G.E.Rodrigues Alves. Fonte: CPOS. Compotas e pinhas, dando acabamento à platibanda que contorna o telhado, e a cabeça de bode posicionado como uma esfinge. Ao lado, detalhe da Casa dos Andradas na rua XV de novembro, ao lado da bolsa do café, em Santos, com cabeça de boi na fachada. Fotos: Mozart Araújo. 2006

Mostram-se diversas referências à arquitetura clássica. Assim, podemos entender que, como na Grécia e em Roma, o bode é um atributo da agricultura e da fundação, e as pinhas consideradas símbolos de fertilidade (CIRLOT, 1999, p.122-462), o que poderia ser uma forte referência aos cafeicultores republicanos. Estes símbolos aparecem, inclusive, na fachada frontal da casa dos Andradas, em Santos,

localizada na Rua XV de Novembro, ao lado da Bolsa do Café, inspirada no Renascimento Italiano, mas, posterior à construção do G. E. Rodrigues Alves.

Sobre a porta de entrada um brasão com folhas de café, substituindo as folhas de louros, como nova referência à economia principal do Estado. Na fachada principal, via-se uma seqüência de 18 janelas em cada pavimento. Havia, ainda, na configuração da fachada desse grupo escolar algumas figuras que não encontramos em outros, como os medalhões com cabeça de leão e o adorno aplicado entre as janelas do primeiro pavimento. O leão tem suas principais correspondências com o ouro e o sol, uma demonstração de riqueza e poder (CIRLOT, 1999, p.337).

Sobre as janelas da fachada frontal do piso térreo, as volutas se encontravam entre arcadas de acabamento. Sobre as arcadas, os consoles suportavam falsas jardineiras que se debruçavam nas janelas do segundo pavimento, cercadas de gradil com detalhes e desenhos orgânicos. Existe para o mesmo projeto o desenho de uma segunda fachada, provavelmente para o Grupo Escolar da Vila Mariana, muito mais simples que o Grupo Escolar Rodrigues Alves.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DO ESPAÇO PROJETADO DOS GRUPOS ESCOLARES: DISTRIBUIÇÃO, USOS, CÓDIGOS SANITÁRIOS E LEGISLAÇÃO.

As observações referentes aos cômodos dos edifícios projetados para os Grupos Escolares da cidade de São Paulo serão aqui apresentadas à luz do Código Sanitário, das Regulamentações e Decretos da Diretoria Geral do Ensino (que previam uma série de requisitos prévios à elaboração dos projetos) e dos Códigos de Posturas da cidade de São Paulo. A análise abrange os cômodos, desde o portão de entrada até a cobertura. Analisá-los individualmente nos permite tratar cada cômodo com maior riqueza de dados e distingui-los quanto às leis, à tipologia e ao lugar onde se insere. Como diz Frago:

A distribuição interna dos espaços, usos e funções requer uma análise geral e permite, por sua vez, análises específicas de cada um dos mesmos (FRAGO, 2001, p.111).

Através do conhecimento da existência dos espaços projetados nos Grupos Escolares podemos analisar as suas reais necessidades. O fracionamento do edifício em cômodos nos mostra critérios na organização das escolas. A definição de espaços para cada tipo de atividade evidencia as necessidades dos espaços que surgem a cada novo projeto ou a retirada de outros, as mudanças nos projetos com novas idéias, as novas concepções do espaço e sua evolução. Esses novos espaços são formados a partir da preferência da maioria por (e também por uma questão de regulamentação) formatos retangulares. Em nenhum dos Grupos Escolares percebemos espaços circulares, salvo exceções de escolas que possuíam auditórios ou palcos (nesse caso, circulares). Mas são casos isolados de algumas Escolas Normais (como a Escola Normal Caetano de Campos e a Escola Normal Peixoto Gomide). Nos Grupos Escolares em estudo nenhum cômodo dessa natureza fazia parte do projeto inicial. Entendemos que no caso específico de palcos e coberturas para recreios, eles não aparecem nos projetos iniciais, mas sim, em acréscimos posteriores à construção do bloco principal. São, portanto, projetos secundários ou complementares. É de presumir

que o fato de os Grupos Escolares não contarem com desenhos de cômodos de formas arredondadas se deve a que as linhas retas possibilitam um maior controle e vigilância, segundo apontam autores como Frago (1943) e Foucault (1972). Contudo, não podemos entender as disposições gerais do edifício apenas como possuidor de segundas intenções organizadoras e de dominação. Por que não podemos nos limitar à simples idéia de que, apesar da existência de uma Capela Sistina e outros monumentos com volumes circulares, há as limitações do sistema construtivo? A construção dos Grupos deveria ser rápida. Assim, por que não devemos acreditar que as intenções das construções eram antes definidas pelas exigências de natureza econômica e prática? Fato é que as discussões giram em torno das sensações que a arquitetura promovia sobre aqueles que a desfrutavam. A arquitetura organizava e submetia os indivíduos à sua organização, independentemente de qual tenha sido a sua intenção no projeto inicial.

Entretanto, quando começamos a introduzir a figura do diretor na escola, percebemos quão necessária é a idéia da presença de um controlador sobre professores e alunos. Nesse momento, o poder da arquitetura compactua com a formação do poder, e um projeto que talvez não tenha sido intencional a princípio, acaba por colaborar com o controle da ordem e organização panóptica:

(...) é curioso que quando, nos princípios do século XX, na Espanha, debatiam-se as características arquitetônicas dos edifícios das novas escolas seriadas, fosse defendido – por alguns dos que promoviam essa modalidade de organização escolar – como se sabe, o sistema panóptico ou radial proposto por Bentham, um século antes, para as construções prisionais e amplamente envidraçadas nas paredes, permitia ver o que acontecia no corredor central e nas entradas e saídas das salas de aula visto (FRAGO, 2001, p.108).

4.1 - Sala de aula

No espaço definido como “classe”, “sala de aulas” ou simplesmente “aulas”, que encontramos nas plantas de projetos arquitetônicos e nos processos de reforma, construção e adaptação de Grupos Escolares, entendemos como *o espaço em que o professor ensina, castiga, classifica e ordena, na maioria das vezes, submetido ao*

poder do diretor e às leis, inclusive aquelas que regulamentam os castigos, que constam, como por exemplo, no “Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado de São Paulo” de 1894, e dá poderes aos professores para impor punições como mais lhes convier.

Como se organizava a sala de aula e quais seus recursos para a imposição de disciplina? Quais os dispositivos de controle?

Sabendo-se que, através de decretos, ficavam os alunos submetidos aos castigos impostos de acordo com a decisão dos professores, observamos que a sala de aula, enquanto projeto arquitetônico, tinha como função em todo o processo organizar, distribuir e disciplinar os alunos. Observamos essas práticas em vários momentos, em alguns, de maneira mais branda, em outros, mais cruéis. Como orienta a legislação do Regimento Interno das Escolas Públicas, de 1894:

Art. 27. Os alumnos matriculados nas escolas de ensino primário, quer preliminares, quer auxiliares, ficarão sujeitos às penas, cuja aplicação será determinada pelo prudente arbítrio dos professores, conforme a gravidade das faltas, depois de reconhecidos improficuos os meios suasórios que deverão preceder sempre a qualquer pena:

- a) Admoestação particular;
- b) Más notas nos boletins semanaes;
- c) Retirada de boas notas;
- d) Privação de recreio, ficando os alumnos punidos sob vigilância do adjuncto do professor na própria sala de aula ou no recreio;
- e) Reprehensão em comunidade;
- f) Exclusão de prêmios escolares;
- g) Exclusão do quadro de honra das escolas;
- h) Retirada da escola por incorrigível

(REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO⁴⁹, apud MENON, 2000, p.207).

No âmbito da sala de aula, cabia aos professores decidir, segundo a gravidade, o que deveria ser infligido como punição por indisciplina.

Nos Grupos Escolares, observa-se que as salas para o primeiro e segundo anos, em sua maioria, se localizavam no pavimento térreo, no caso de sobrados. Determinava-se então, conscientemente ou não, um eixo vertical das distribuições, com

⁴⁹ Cf. Anexo M.

o início de um processo de “grau de importância” e “status”. Foucault lembra que, através do espaço, as classificações tornam-se materializadas nos corpos. O espaço classificado, denominado, rotulado, também irá classificar seus freqüentadores, fazendo, então, existir nos Grupos Escolares uma hierarquia entre os próprios alunos:

A disciplina, os elementos são intercambiais, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na serie, e pela distancia que o separa dos outros (FOUCAULT, 2002, p. 133).

Veremos, adiante, que tanto a distribuição das salas de aulas em níveis como a distribuição dos próprios alunos dentro das salas são sempre classificatórias.

Na distribuição dos corpos no espaço físico escolar se define que os primeiros anos devem ficar no piso térreo, por se tratar de crianças que correriam perigo na circulação ao subirem e descerem escadas. Esse era um item importante e observado pela legislação. Em contrapartida, observamos que no Terceiro Grupo Escolar do Brás, essa situação era dada segundo outra configuração. Estava definido desde o projeto e a concepção do edifício que os alunos que teriam aulas no período noturno ocupariam o piso térreo (cuja feição era mais a de um porão); portanto, alunos não tão importantes. No primeiro pavimento, localizava-se a seção do sexo feminino, e acima, a do sexo masculino. Ficava definido, então, através do lugar que cada seção ocupava numa escala hierárquica, o seu grau de importância. A mesma situação ocorria no Grupo Escolar Rodrigues Alves.

Antes, porém, a organização dos alunos começava na entrada da sala de aula. Existiam Grupos Escolares em edifícios adaptados, que por falta de alternativa mais adequada, obrigava professor e alunos a circularem pela sala de aula vizinha para que pudessem entrar na sua. Encontramos essa situação registrada na ocorrência do Inspetor Geral do Ensino, caso ocorrido na adaptação do prédio para o Grupo Escolar Antônio Padilha, de Sorocaba, em 1901. Esse documento, pertencente ao acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, é um exemplo dos problemas surgidos em decorrência de espaço inadequado. A situação provocava indisciplina dos alunos, obrigados ao trânsito por sala estranha. Nestes casos, evidenciava-se a dificuldade de o professor impor disciplina num espaço que não fora construído e configurado para o fim a que se prestava: Veja-se a seguinte ocorrência:

Sorocaba, 25 de setembro de 1901.

Tendo ocorrido nesta cidade, em dias da semana passada, factos que se relacionam, com a vida intima do Grupo Escolar "Antonio Padilha", tratei de syndicar desses factos e cheguei ao conhecimento do seguinte:

O professor Joaquim Isidoro Marius, a quem, aliás, nada si tem a increpar quanto ao cumprimento de seus deveres profissionais, vive em completa desarmonia com todo o corpo docente deste grupo.

A sua classe funciona para dentro da sala onde leciona o professor José de Asevedo Antunes, de quem é inimigo, tendo os seus alumnos ao entrar e sahir de passar por esta sala.

Em um dos dias da semana passada a classe do professor Antunes, na ocasião de sahir, foi alcançada pela do professor Marius (consta a boa disciplina) que com ella misturou. Para o recreio. Lá o professor Antunes repreendeu a classe de Marins.

Na sua, a sahida dos alumnos, os do professor Marins vaiaram o professor Antunes.

Conhecido o facto pelo director, foram impostas penas de expulsão e suspensão aos alumnos delinqüentes.

O facto por si se reveste de gravidade, está porem sobe de ponto si se chegar a evidenciar que Marins autorisou ou acaroçou tal vaia, conforme depuseram alguns alumnos.

Do inquérito porem a que isto não ficou provado; si que os alumnos procederam de modo próprio na certesa de que agradavam ao seu professor que é inimigo do outro.

Não havendo pois matéria para a denuncia nesta ocorrência me parece que a melhor medida será a justiça preventiva para casos futuros.

Ora, desse accordo está o professor Marins (que é alli o passo de discordância) que deseja a sua remoção para esta Capital para uma escola qualquer, a que vai requerer. Penso, pois que o Governo já facilitando a sua retirada, dá a melhor solução possível à questão tratada.

Saúde e fraternidade

Cidadão Dr. Mario Bulcão

M.D. Inspector Geral do Ensino. (ARQUIVO DO ESTADO, 1901)

O fato ocorrido mostra claramente as dificuldades e a falta de condições em que se encontravam os professores e alunos de Grupos Escolares em edificios adaptados.

Para uma melhor organização do espaço, existia a necessidade de portas de entrada exclusivas para cada sala. Apesar de no Grupo Escolar Antonio Padilha acontecer tais situações constrangedoras para os professores, os edificios que estavam sendo construídos para o funcionamento de Grupos Escolares possuíam portas de entrada de duas "folhas", e, quando possível, duas portas. No momento da entrada dos alunos, deveriam estes estar organizados sempre em filas, a forma mais adequada para manter o controle sobre os indivíduos. As portas de entrada,

construídas de acordo com a legislação, possibilitavam essa ação, facilitando o dispositivo de controle dos acessos à sala, uma condição que não obrigava o aluno a um lugar fixo, mas, possibilitava-lhe o movimento, criando uma relação de ordem entre os alunos. Foucault analisa essa condição:

A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações (FOUCAULT, 1975, p.133).

Uma vez nas salas de aulas, os alunos estavam sujeitos a outras formas de controle que a arquitetura possibilitava. Tais formas de controle estavam presentes em todo o edifício. O uso do vidro no desenho da porta da sala de aula é uma delas, uma maneira de vigiar alunos e professores.

Na maioria dos projetos, encontramos duas portas de entrada, normalmente situadas na mesma parede em extremidades opostas, posicionadas na frente e outra ao fundo da sala de aula, como, por exemplo, no projeto do G. E. Romão Puiggari. A porta de entrada se localizava na frente, preferencialmente ao lado esquerdo da mesa do professor, de forma que o aluno que chegasse atrasado não teria como passar despercebido pelos colegas e pelo professor. Igualmente, o aluno que estivesse dentro e quisesse sair seria obrigado a pedir autorização.

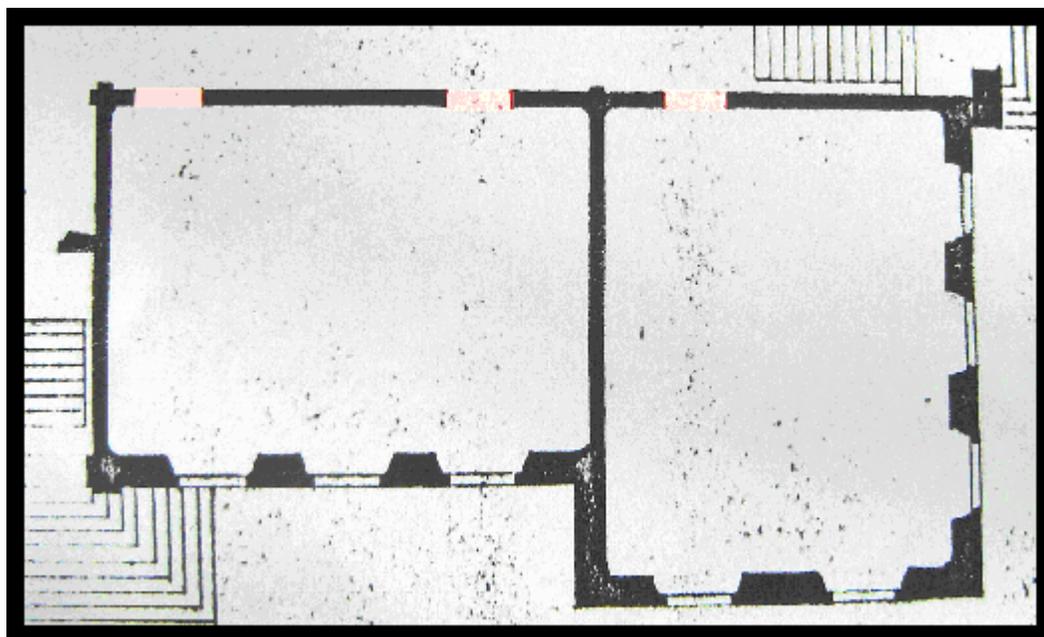


Figura 55. Detalhe de salas de aula do G.E. Romão Puiggari. (Fonte: CPOS)

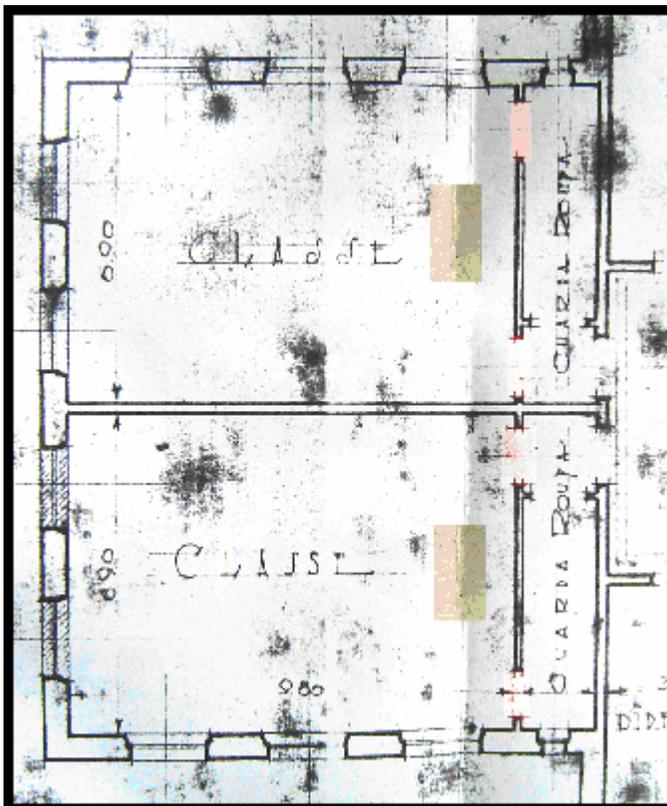


Figura 56. Detalhe de salas de aula do G. E. Prudente de Moraes. (Fonte: CPOS)

Encontramos nos estudos de projetos para instalação do Grupo Escolar Prudente de Moraes duas portas, localizadas atrás da mesa do professor. Uma das entradas teria passagem para um “guarda-roupas”, o que sugere que o acesso à sala de aula não devia ser utilizado pelos alunos.

No projeto do G.E. Romão Puiggari, das oito salas existentes no piso térreo, simetricamente distribuídas, encontravam-se quatro salas com apenas uma porta, provavelmente para manter a simetria do edifício e pela impossibilidade de abertura de mais uma porta, em virtude da posição da escada de acesso dos alunos, tanto do lado masculino como do feminino. Não foram encontradas prescrições pedagógicas, nem no Código de Posturas da Cidade, no Regimento Interno das escolas públicas ou nos Decretos de Leis, acerca da obrigatoriedade da existência de duas portas nas salas de aula. Dentro delas a disposição das carteiras (de ferro fundido e de madeira nobre),

dispostas em fila, fixas no chão, permitia que o professor circulasse entre elas, tendo uma visão ampla da sala. O professor, ainda, ficava sobre um tablado de madeira, acima do nível dos alunos.

A utilização do estrado para a colocação da mesa do professor, além de uma questão prática – a visibilidade do mesmo – remete ao entendimento de uma certa hierarquia dos espaços; a sala de aula é um espaço dos alunos dirigido pelo professor (Chornobai, apud BENCOSTA, 2005, p. 201).

Assim, constata-se que não só o edifício estava sendo construído de acordo com as novas técnicas pedagógicas, mas também a organização da sala de aula, apesar de nem todas as escolas e Grupos Escolares estarem de acordo com as normas previstas, como veremos adiante. As normas para a escolha da mobília escolar estavam dispostas no Código Sanitário, de 1894, de acordo com o artigo que determinava a qualidade do material:

Artigo 203: A mobília escolar deve ser cuidadosa e escrupulosamente escolhida, e as suas dimensões variarão com o tamanho dos alunos. Também deverá ser cautelosamente escolhido o material de ensino (CÓDIGO SANITÁRIO, 1894, p.88).

A distribuição das carteiras nas salas de aulas estava regulamentada pelo regimento interno das escolas públicas, em seu capítulo III, do decreto n. ° 248, de 26 de julho de 1894. Dizia o artigo 16:

Artigo 16: A disposição dos bancos e das mesas ou carteiras nas salas das aulas terá por base a projeção da luz, devendo o aluno recebê-la principalmente do lado esquerdo e do alto (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO⁵⁰, apud MENON, 2000, p. 206).

Em relação à quantidade de carteiras e, por conseguinte, à de alunos por sala de aula, o regimento interno das escolas públicas, de 1894, observava:

Cada aluno disporá de 1m25 quadrado de superfície em uma sala cuja altura for de 4 a 5 metros, e deverá dispor ao mínimo de 30 metros cúbicos de ar renovado por hora (Idem, apud MENON, 2000, p. 234).

⁵⁰ Cf. Anexo M.

As publicações de decretos revelam a constante preocupação com o número de alunos por sala de aula. Apesar de ser de 40 alunos, determinado pelo tamanho da sala de aula, o limite poderia ser estendido a até 50 alunos, conforme outro artigo do Código Sanitário:

Artigo 194. As dimensões das salas de classes devem variar, segundo o numero de alumnos que a freqüentam; no entanto nenhuma sala de classe deverá admitir mais de 50 alumnos (CÓDIGO SANITÁRIO⁵¹, 1894, p.88).

Havia a necessidade de uma melhor distribuição das carteiras em relação à posição de entrada de luz natural na sala. Essa distribuição, em fileiras, vinha colaborar no controle da disciplina da classe. Podemos entender melhor a preocupação com a organização escolar, segundo os moldes da organização republicana, através da organização em filas que possuía outras intenções: estas deveriam criar situações em que se reconhecesse o mérito de alguns e, ao contrário, se votasse desprezo a outros, cujo comportamento estivesse em desacordo com o esperado pelo grupo. Isso modelava uma hierarquia entre os próprios alunos. Como observa Foucault:

A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa serie de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou méritos. Movimento perpétuo onde os indivíduos substituem uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados (FOUCAULT, 1997, p. 134).

Na sala de aula, a distribuição dos alunos era realizada segundo critérios postos em prática pelo professor. Este distribuía os alunos conforme seu mérito, sua aplicação e disciplina durante as aulas. O professor, assim, organizava e definia os espaços

⁵¹ Cf. Anexo B.

ocupados pelas carteiras e seus ocupantes, disciplinando-os como em celas. Conforme nota, ainda, Foucault:

As disciplinas, organizando as celas, os lugares, e as fileiras criam espaços complexos: ao mesmo tempo em que são arquiteturas, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais, pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de moveis, mas ideais, pois se projetam sobre essa organização características, estimativas, hierarquias (FOUCAULT, 1997, p.135).

A divisão espacial escolar devia organizar, de forma direta e prática, a hierarquia escolar. Dispunha em graus de importância e obediência através das filas, carteiras e pavimentos. Organizava e observava com atenção todos os gestos dos alunos. As salas, desse modo, estabeleciam graus de “sabedoria” e “inteligência”. Os alunos reagiam aos espaços conforme estes determinavam e possibilitavam a circulação e a observação. Afinal, os usuários de um edifício escolar devem ocupar lugares, neles se acomodar, usá-los, fazer deles seu território de domínio. A interação de alunos e professores no espaço, juntamente com as disposições das leis e regulamentações, iria organizar os projetos dos Grupos Escolares. O professor, “dono” da sala, organizava-a conforme sua conveniência, de maneira a poder ter o máximo controle sobre os alunos.

O aluno que se esforçasse poderia ser transferido de uma carteira do fundo da sala para uma intermediária. Sendo assim, ficava-se “regulamentado” que o aluno que se achava ao fundo da sala era, por definição, “atrasado”. Uma disposição de sala através dessa classificação é entendida, no texto abaixo, segundo a ideia de o aluno ser, através da sua posição cambiante na sala, merecedor de louvores ou castigos. Ao aluno que responde bem às perguntas reservava-se um local privilegiado, a “carteira dos bons”:

Por outro lado, os privilégios servem para incentivar os alunos a não infringirem as regras disciplinares ou isentar-se dos castigos aplicados. Têm eles a oportunidade de acumularem pontos que vão do zero a dez pela resposta correta das perguntas feitas em sala de aula, pela apresentação dos trabalhos passados para serem feitos em casa e entregues ao professor na aula seguinte, ou pelo bom comportamento, o que poderia, no final do mês, abonar o castigo aplicado, retirando-o,

por exemplo, do banco dos atrasados e colocando-o no intermediário (MENON, 2000, p 75).

A sala de aula, que se propunha como o lugar de aprendizado, mostrava-se sempre que possível colaborando com os castigos impostos pelos professores, contribuindo através de classificações morais, incentivando os bons, e destruindo as tentativas dos mais “lentos”, deixando marcado, muitas vezes, o trauma de perdedores ou incapazes, como observava o Regimento Interno das Escolas Públicas, em 1846:

Cada tarefa tem um cronograma a ser cumprido, findo o qual, aquele que apresentar dificuldades será colocado no final da sala, local dos “atrasados” (MENON, 2000, p. 75).

Certamente não fazia parte do ideal republicano “criar” cidadãos fracassados, perdedores e sem postura física ou moral. A preocupação com o aluno caminhava de forma a deixar definidas, inclusive, as devidas proporções das carteiras. Desde o decreto n.º 248, de 26 de julho de 1894, através do anexo nº. 6, sobre o regimento interno das escolas públicas definia que:

As mesas escolares deverão ter uma inclinação, pelo menos, de 40° acima da horizontal, para a leitura; a inclinação será reduzida de 20° a 15°, para escripta. A posição da cabeça deverá ser: plano vertical das fossas auditivas no plano mediano do corpo. Os livros deverão estar distantes dos olhos 33 centímetros, convindo que a cor do papel seja amarelada. A altura das carteiras e bancos deverá ser proporcional ao tamanho dos meninos, afim de não obrigá-los a torcerem o corpo, a curvarem a columna vertebral, a baixarem muito a cabeça, a terem os olhos muito próximos ou muito afastados do papel, a terem os pés pendurados (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO⁵², apud MENON, 2000, p. 235).

A forma retangular da sala de aula também era uma exigência. Através da lei de 1894, prescrevia-se:

Artigo 202. A fôrma da sala de classe deve ser de preferência a rectangular e a largura do rectangulo deverá ser calculada de modo que a illuminação satisfaça os requisitos hygienicos (CÓDIGO SANITÁRIO⁵³, 1894, p. 88).

⁵² Cf. Anexo M.

⁵³ Cf. Anexo B.

De acordo com Cirliot (1999), o retângulo é a tradução mais cabal da arquitetura que opta pela pureza geométrica e busca a ordem na matemática. Rigorosamente abstrata, não se confunde com a natureza, mostra-se artificial, uma criação do homem, orgulhoso de sua distinção. Uma arquitetura que quer ser clássica, cujas proporções são determinadas por fórmulas precisas, como a seção áurea, presente tanto nos templos gregos quanto nas obras de Le Corbusier:

A forma retangular é a mais “racional, segura e regular de todas as formas geométricas: isto se explica empiricamente pelo fato de que, em todos os tempos e lugares, é a forma preferida pelo homem e a que ele propõe a todos os espaços e objetos preparados para a vida”. A casa, o quarto, a mesa, a cama povoam de retângulos o ambiente humano. O quadrado implica um domínio tenso e inspirado por desejo abstrato de poder, enquanto que o círculo escapa ao sentido terreno por seu simbolismo celeste. As formas menos regulares que o retângulo, como o trapézio ou trapezóide, são formas anormais, dolorosas, e simbolizam o sofrimento e a irregularidade interior (CIRLOT, 1999, p.498).

Indiferente às teorias e simbolismos do formato retangular da sala de aula, estabelecia o Código Sanitário, de acordo com o seguinte artigo:

Artigo 202.: A forma da sala de classe deve ser de preferência rectangular e a largura do rectangulo deverá ser calculada de modo que a iluminação satisfaça os requisitos hygienicos (CÓDIGO SANITÁRIO⁵⁴, 1894, p. 88).

A forma retangular, ademais, facilitava a concentração dos alunos, conforme nota Chornobai:

De forma retangular, a disposição das salas de aula facilitava a concentração dos alunos na extremidade onde ficavam o professor e o quadro negro, elementos essenciais da concepção pedagógica predominante na época (Chornobai, apud BENCOSTA, 2005, p. 213).

Da mesma maneira que, para os alunos, o fundo da sala era o local dos alunos “atrasados”, o canto da sala era o local dos castigos. Seria, contudo, um exagero infundado afirmar que a forma retangular escolhida era forjada justamente para se

⁵⁴ Cf. Anexo B.

obterem cantos de castigo. Certamente existiria em algum local o “canto” de castigo, mesmo que a sala fosse, por exemplo, um círculo:

Delineada sob o ardor da palmatória e da vara de marmelo, a escola régia trabalhava com castigos bárbaros e vexatórios: o menor dos castigos era ficar em pé a um canto da sala. Coisa muito pior era o puxão de orelha, o coque, ficar de joelhos sobre o milho (RODRIGUES, João L. Op. Cit, p.57).

Obviamente a arquitetura acabou por compactuar com a pedagogia na criação de um imaginário em que os cantos de salas de aula, principalmente os da frente, junto à mesa do professor e expostos aos olhos de todos, eram vistos como um lugar de castigo, portanto, um lugar ruim.

Pela palavra punição, deve-se compreender tudo o que é capaz de fazer as crianças sentir a falta que cometeram; tudo o que é capaz de humilhá-las, de confundi-las:... uma certa frieza, uma certa indiferença, uma pergunta, uma humilhação, uma destituição de posto (FOUCAULT, 1977, p. 160).

Do lado oposto à porta da sala de aula, localizavam-se quase sempre as janelas, que deviam ser altas para garantir uma boa insolação (muitas vezes, no entanto, exagerada e prejudicial) e providas de cortinas.

A altura dos peitoris também estava regulamentada pelo Código Sanitário:

Artigo 200. As janellas das salas de classe deverão ser abertas na altura de 1, 20 m sobre o soalho e se aproximarão do tecto, tanto quanto for possível (CÓDIGO SANITÁRIO⁵⁵, 1894, p.88).

Peitoris de no mínimo 1,2 m de altura, além de manter a segurança das crianças, tinham a função de bloqueio visual. Alguns Grupos Escolares, construídos no alinhamento do terreno, tinham as janelas voltadas para calçada, e do lado de dentro podiam-se ouvir passos e conversas de transeuntes, o que era, naturalmente, indesejável na medida em que atrapalhava a concentração das crianças. Veja-se o seguinte exemplo:

(...) e o pai bateu à segunda porta. Abriu-a uma moça loura, e entraram na sala de aulas onde haveria uns quarenta meninos, todos a olhar o recém-chegado. O casal trocou palavras com a moça recomendando

⁵⁵ Cf. Anexo B.

que o menino não podia sentar perto da janela nem tomar vento encanado, porque era delicado de saúde. Beijaram-no, recomendando-lhe que se portasse bem, e que seu pai viria buscá-lo às três horas da tarde. Despediram-se, e a porta fechou-se. Jorge sentou-se e olhou para os outros meninos. Olhou a professora. Ouviu o ruído de um assoado de nariz do lado de fora da porta, depois passos que se afastavam (Americano, apud MONARCHA, 1999).

Na definição das dimensões das salas, considerava-se obviamente o número de alunos. Reformas de ampliação, portanto, deviam provavelmente acontecer durante os anos seguintes à inauguração dos Grupos Escolares; ou então, a adoção de medidas como o desdobramento dos horários de aula em manhã e tarde.

O Grupo Escolar Antônio Padilha, de Sorocaba, estava entre as escolas que possuíam 10 salas de aulas e seguiam as medidas-padrão da época.

O estudo do Grupo Escolar “Prudente de Moraes” mostra que ele adotara as dimensões das salas em torno de 6,9 m por 9,8 m. O Grupo Escolar “Marechal Deodoro”, projeto de Ramos Azevedo, adotara as dimensões de 8,1 m por 5,4 m. O Grupo Escolar “Bom Retiro”, projeto de João Bianchi, as dimensões de 6,9 m por 8,9 m.

Em 1894, de acordo com o Código Sanitário de 1894, estabelecia-se que:

Artigo 195. Cada alumno disporá de 1 metro e 25 centímetros quadrados de superfície em uma sala de aula, cuja altura for de 4 e 5 metros e deverá dispor no mínimo de 30 metros cúbicos de ar renovado por hora (CÓDIGO SANITÁRIO⁵⁶, 1894, p. 88).

Essas mudanças justificavam as diferentes alturas encontradas nos projetos das salas de aulas, segundo o período de sua construção. O Grupo Escolar “Marechal Deodoro”, da mesma tipologia de projeto do edifício do Grupo Escolar “Rodrigues Alves”, com poucas diferenças, possuía altura de 4 m nas salas do piso térreo, e 5 m nas do superior. As construções seguiam, muitas vezes, medidas acima do padrão exigido, o que contribuía para melhor insolação e, ao mesmo tempo, dava ao edifício uma maior imponência.

Era considerada uma boa iluminação a produzida pelo sol em quantidade suficiente para promover a higiene do ambiente. Numa época em que algumas

⁵⁶ Cf. Anexo B.

moléstias eram responsáveis por severas epidemias, a luz do sol tinha grande importância na preservação da salubridade dos recintos.

Nos artigos 197 e 198, do Código Sanitário, estabelecia-se que:

Artigo 197. A iluminação da sala deve ser unilateral esquerda, sendo tolerada a bilateral, contanto que não proceda de faces paralelas.

Artigo 198. Será boa iluminação, quando do lugar menos favorecido, puder se divisar o horizonte em um extensão vertical de 30 centímetros (CÓDIGO SANITÁRIO⁵⁷, 1894, p. 88).

A maneira usual para impedir o excesso de luz era a colocação de cortinas. Estas, contudo, em muitas situações tornavam-se um problema, pois a ventilação “cruzada” (exigida nas “Leis e Decretos”) movimentava-as e o resultado era ou excesso de vento e sol e cortinas esvoaçantes, ou janelas fechadas, calor e sol filtrado pela cortinas. O problema é mostrado na foto abaixo, do Grupo Escolar de Itapetininga (1910).

A solução para esse problema aparecia no projeto do Grupo Escolar Rodrigues Alves (1917), que propunha a utilização de janelas de tipo “guilhotina” em substituição às janelas de vidro abrindo para dentro da sala.

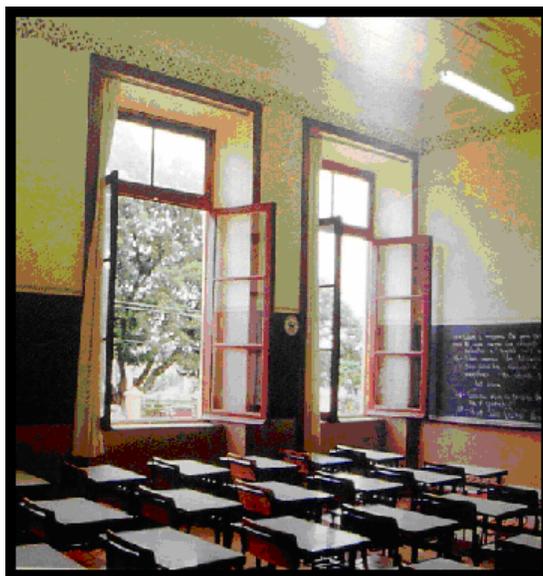


Figura 57. Janelas abrindo para dentro na Escola Normal de Itapetininga. (Fonte: CORRÊA,1991, p.24).

⁵⁷ Cf. Anexo B.



Figura 58. Janelas de tipo guilhotina, no G. E. Rodrigues Alves. (Foto: Mozart Araújo).

Como se sabe, para uma boa análise da qualidade da insolação nos edifícios dos grupos escolares, é necessária a indicação da posição do edifício em relação ao norte. Essa indicação, contudo, não consta na maioria das plantas de projetos e estudos de edifícios. Visto que quase todos os edifícios possuíam janelas para todos os lados, muitas salas de aulas ficavam inevitavelmente prejudicadas pelo excesso de incidência solar nas salas.

Veja-se nas fotos abaixo, do Grupo Escolar de Itapetininga, um exemplo do problema da insolação excessiva:

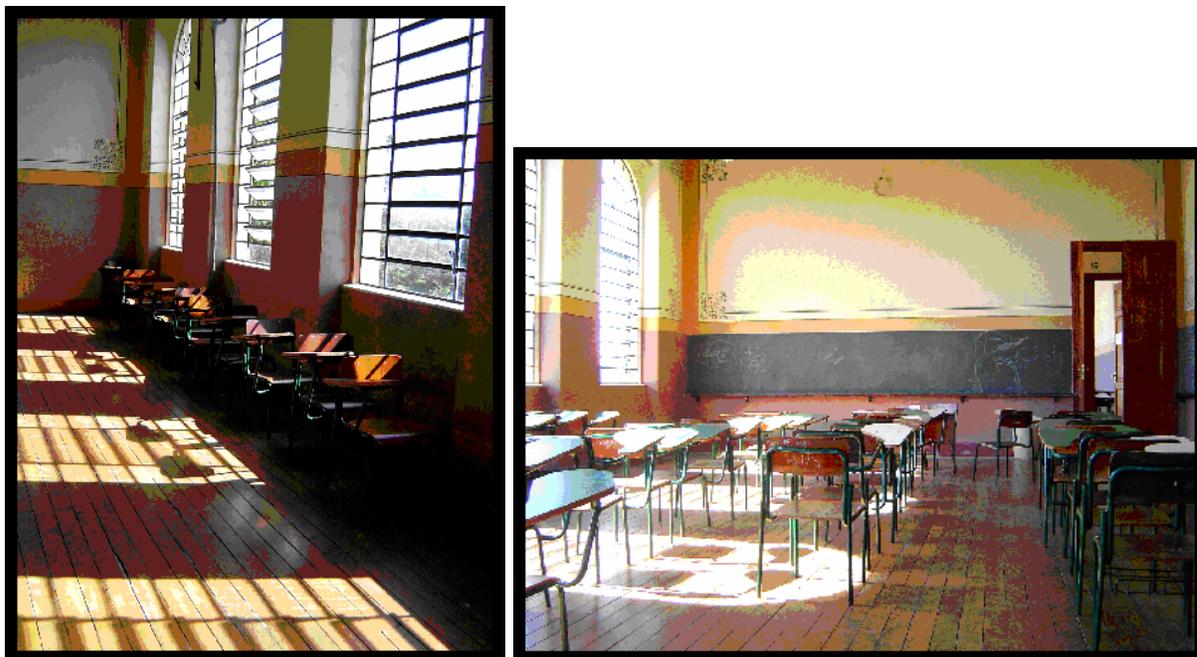


Figura 59. Salas de aula G.E. Peixoto Gomide – Itapetininga – Atualmente, o problema é contornado espremendo-se os alunos na metade da sala de aula enquanto haja sol. A mesma situação do G. E. Padre Anchieta, Romão Puiggari e Rodrigues Alves. No G.E. da Várzea do Carmo a situação, hoje, é menos grave em razão dos edifícios em volta. (Foto: Mozart Araújo – Julho/2006)

Deve-se considerar, em relação às fotos acima, que foram ambas tiradas no mês de julho, por volta das 10 horas da manhã, no inverno, quando o sol está numa inclinação mais baixa. (Esse problema voltará a ser comentado no capítulo sobre a implantação dos edifícios no terreno.)

Numa outra foto, da seção feminina do Grupo Escolar Nilo Peçanha, o problema era ainda mais grave, demonstrando o completo descumprimento da regulamentação oficial: as janelas ficam de frente para as alunas (Figura abaixo). A prescrição do decreto 248, de 1894, referindo-se às janelas era:

4ª Durante o recreio e após a retirada dos alumnos as salas deverão ser arejadas, abrindo-se todas as janellas (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO⁵⁸, apud MENON, 2000, p.218).

⁵⁸ Cf. Anexo M.



Figura 60. Sala de aula do G. E. Nilo Peçanha. (Fonte: Museu Paulista - cartão postal).

Por essa razão, as janelas ficavam quase sempre fechadas, abrindo-as apenas quando a sala de aula estivesse vazia. A essa razão somava-se o problema do excesso de barulho (já que algumas das janelas dos grupos escolares estavam voltadas para a calçada). Em conclusão, pode-se advertir que a realidade arquitetônica estava distante das necessidades pedagógicas, ao menos no que se referia ao conforto do aluno dentro da sala de aula.

No decreto nº. 2918 da Diretoria Geral do Ensino, de 9 de abril de 1918, em seu artigo 180, descreve-se como deveria ser o acabamento dos cantos, não só das salas de aulas, mas de todo o grupo escolar. O artigo dizia que:

As classes terão ângulos arredondados e a superfície desprovida de saliências e reentrâncias. Art. 147, dec.2141.

Essa exigência tornava mais lenta a fase de acabamento, mas se tratava de uma necessidade imperiosa para o resguardo da saúde dos alunos, pois os cantos arredondados facilitavam a manutenção (limpeza e pintura) do edifício.

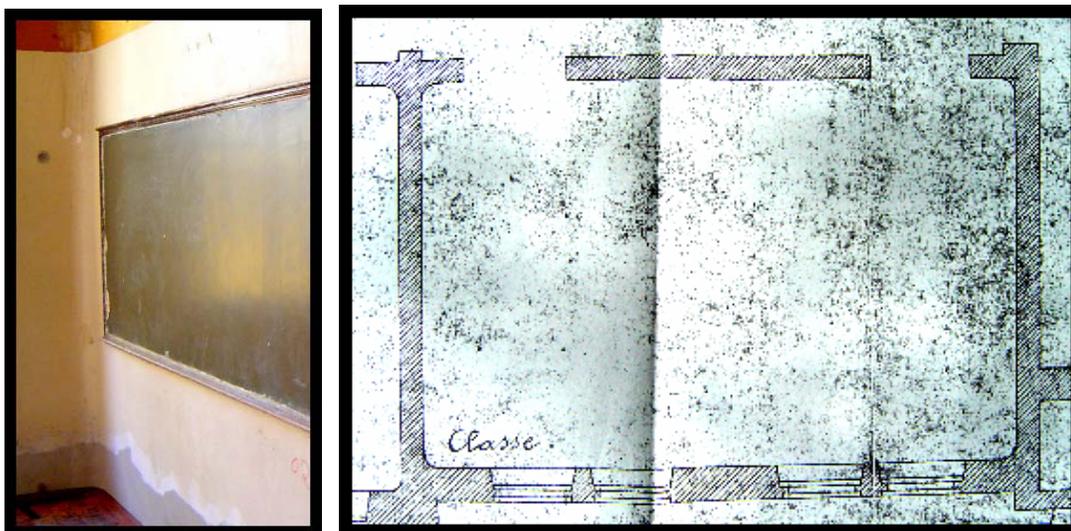


Figura 61. Sala de aula do G. E. Rodrigues Alves. Restauração da escola em 2005. Na foto, vê-se o canto arredondado, que facilita a limpeza impedindo o acúmulo de pó. (Foto: Mozart Araújo). No desenho do projeto de Ramos Azevedo (figura à direita), o detalhe dos cantos arredondados. (Fonte: CPOS.)

Em um dos estudos de projeto para o G. E. Prudente de Moraes, não se seguiu o padrão exigido, mantendo-se os cantos em ângulo reto. O contrário disso, no entanto, aparecia no projeto dos G. E. Marechal Deodoro e Rodrigues Alves, com o cumprimento da exigência tanto no projeto como na construção. No caso específico do G. E. Rodrigues Alves, tanto no estudo do arquiteto engenheiro Carlos Rosencrantz (1911), como no projeto de Ramos Azevedo (1917), observam-se os cantos arredondados das paredes. Na pintura das paredes das salas de aulas eram utilizadas tintas laváveis (tinta óleo) numa altura entre 1,2 m e 2 m, sempre em tons verdes e marrons. Para a decoração, faixas de “rodafeto”, com motivos florais ou geométricos, normalmente em tons mais claros, da mesma cor da tinta lavável (determinada através do Código Sanitário de 1918):

Artigo 181. O interior das escolas, sempre que possível, deve ser revestido com material que permita lavagens freqüentes, sendo

adotadas as mais cores amarelo-creme, cinzenta, azulada ou esverdeada (CÓDIGO SANITÁRIO⁵⁹, 1918).



Figura 62. G.E. Peixoto Gomide, em Itapetininga, pintura das salas de aulas. Ao lado, a retrospectiva do rodapê, no G. E. Rodrigues Alves. (Fotos: Mozart Araújo. 2005)

A preocupação, à época, que inspiravam doenças contagiosas era tal que algumas prescrições de higiene eram recorrentes no Regulamento Interno das Escolas Públicas, n. 248, anexo 5:

As paredes das escolas devem ser caiadas pelo menos uma vez por semestre, sendo a caiação feita com água sublimada, entrando o sublimado (bi-chloureto de mercúrio) na proporção de 2 por 1.000.

As salas das aulas deverão ser lavadas semanalmente; o soalho com uma solução de ácido phenico a 5%, por meio de fricções com vassouras.

Os bancos, carteiras, etc., deverão ser também por meio de panos embebidos em solução de ácido phenico a 3%. Cumpre porém nestes casos friccionar bem os referidos moveis e enxugar-os após com um pano limpo (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO⁶⁰, apud MENON, 2000, p. 234).

O quadro negro devia ocupar toda a extensão da parede, segundo uma altura variável em torno de 1,8 m no ponto mais alto, levando-se em conta a altura média das professoras e alunos (1,60 m – 1,65 m).

⁵⁹ Cf. Anexo O.

⁶⁰ Cf. Anexo M.



Figura 63. Sala de aula do G. E. Peixoto Gomide, Itapetininga. (Foto: Mozart Araújo).

O Regimento Interno orientava, ainda, que:

As mesas escolares deverão ter uma inclinação, pelo menos de 40° acima da horizontal, para a leitura; a inclinação será reduzida de 20° a 15°, para a escrita (Idem, apud MENON, 2000, p. 235).

Em 1918, através de um novo decreto, ordenava-se que as carteiras fossem muito bem escolhidas para evitar-se má formação física dos alunos:

Artigo 184. A mobília escolar deverá se escrupulosamente escolhida e de dimensões proporcionais ao tamanho dos alunos⁶¹.

O fato de haver quadros-negros fixados em pelo menos duas paredes da sala de aula (situação constatada em todos os grupos escolares aqui analisados) contrariava o propósito regulamentar de resguardar a posição física ideal dos alunos na sala de aula. Os alunos eram obrigados a torcerem-se para poder copiar a lição do quadro negro posicionado nas laterais. O caso mais grave era o da lousa ao fundo da sala.

⁶¹ Cf. Anexo M.



Figura 64. Sala de aula da E. Normal Caetano de Campos (Fonte: <http://www.mariocovas.sp.org.br/>).

O Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894, que aprovava o Regimento Interno das Escolas Públicas, dizia o seguinte:

A posição da cabeça deverá ser: plano vertical das fossas auditivas no plano mediano do corpo.

A altura das carteiras e bancos deverá ser proporcional ao tamanho dos meninos, afim de não obrigá-los a torcerem o corpo, a curvarem a columna vertebral, a baixarem muito a cabeça, a terem os olhos muito próximos ou muito afastados do papel, a terem os pés pendurados (Idem, apud MENON, 2000, p. 235).

O cuidado com a limpeza das salas e carteiras estava definido em regulamento que dispunha de como e quantas vezes por semanas deveria ser feita a limpeza. O mesmo acontecia com o piso de madeira, que deveria ser lavado uma vez por semana:

Os bancos, carteiras, etc. deverão ser-lhe também por meio de panno embebidos em solução de acido phenico a 3%. Cumpre, porém, nestes casos, friccionar bem os referidos moveis e enxuga-los após com panno limpo (Idem, apud MENON, 2000,⁶² p.234)

O cumprimento das exigências era fiscalizado pelo próprio professor responsável pela sala de aula (também essa uma exigência regulamentar). O trabalho de limpeza estava a cargo do servente, funcionário da Escola.

⁶² Cf. Anexo M.

4.2 - O gabinete do diretor

Dos Grupos Escolares estudados, consta a existência de uma sala designada como “director” no projeto do Terceiro Grupo Escolar do Brás. Uma pequena sala centralizada num eixo simétrico do edifício, no segundo pavimento, ponto mais alto e em posição central, evidenciando a posição hierárquica do diretor da escola. Uma sala de 4 m por 6,15 m, instalada na seção masculina do Grupo Escolar, mostra a presença da autoridade próxima aos pontos mais conflitantes, ou seja, neste caso, a seção masculina. Não se deve esquecer que esse Grupo Escolar vinha de uma transformação de Escola Normal em Grupo Escolar.

Abaixo do gabinete do diretor, e obedecendo à expressão de hierarquia, estava a sala das professoras.

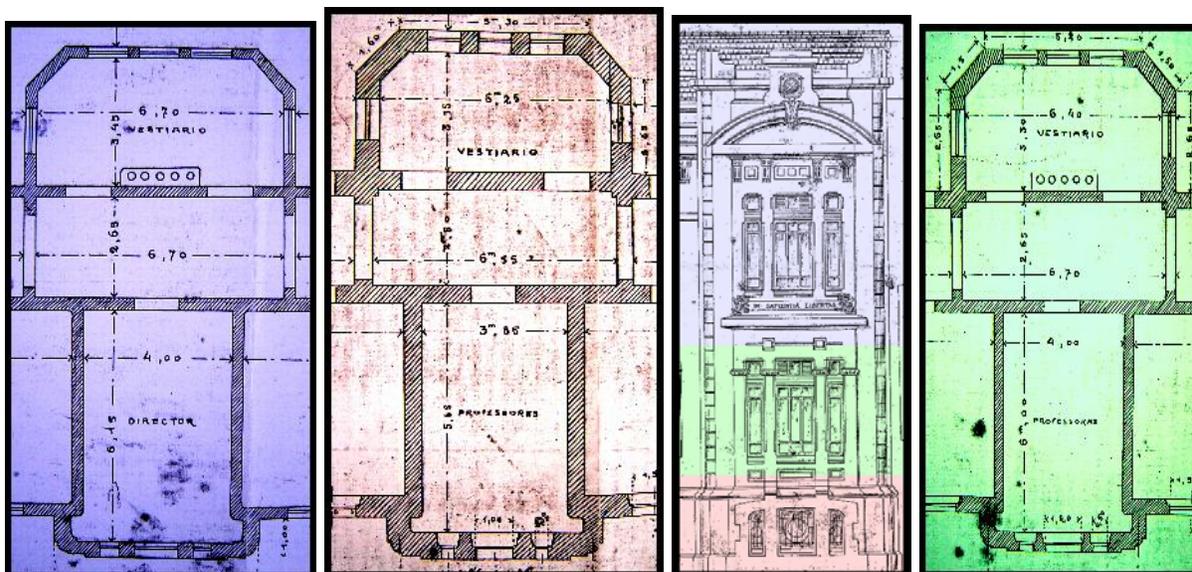


Figura 65. Detalhe da sala do diretor (2º Pav. azul), Sala das professoras (1º Pav. verde), e Sala dos professores (térreo-vermelho). (Fonte: CPOS)

A distribuição das salas pode marcar profundamente a arquitetura como *discriminadora dos espaços*, e de atribuições dentro do edifício. O espaço no projeto atua selecionando as pessoas que irão usá-lo e, dessa forma, as classifica segundo um grau de importância. Como comenta Souza:

Uma certa especialização do uso do espaço corresponde às relações de hierarquias e poder. A especialização dos espaços define exclusões, pertinências, marginalidades. Assim, a sala de aula é território de alunos e professores de determinado ano e seção; a sala de professores é território docente, o gabinete da diretoria é o território da autoridade (SOUZA, 1998, p. 141).

No Grupo Escolar Rodrigues Alves, cujo prédio fora construído especialmente para servir de Grupo Escolar (portanto, sem resquícios das disposições de ambientes das Escolas Normais) havia uma sala no pavimento superior sem designação, mas facilmente identificável, pois estava disposta de tal forma que configurava uma sala de diretor: com janelas voltadas para os fundos da escola, o que denota sua função de cuidados e controle dos alunos durante o recreio. Neste caso, ainda existia a agravante do terreno de esquina, no qual o muro lateral dividia a calçada do pátio de recreio dos alunos. Consideremos as palavras de Iwaya:

O gabinete da direção é outro espaço central e restrito da escola. A planta original mostra-o situado no andar superior, com a janela voltada para as varandas, o que permitia a observação de todo o interior do edifício (IWAYA apud, BENCOSTA, 2005, p. 183).

No Grupo Escolar Romão Puiggari, a sala da diretoria estava igualmente centralizada no eixo do edifício, no primeiro pavimento e em local de destaque também na fachada, sobre o pórtico de entrada, ao centro, no alto, com janela central diferenciada das demais. Quando nos referimos ao distanciamento da sala do diretor em relação à entrada principal do Grupo escolar, normalmente num segundo pavimento, devemos entender que a sugestão dessa configuração arquitetônica mantém a figura do diretor protegida e reservada, sem a facilidade da comunicação com professores, pais e alunos. Como comenta Frago:

Sua proximidade ou distanciamento da porta e do vestíbulo de entrada. O máximo de distanciamento seria dado por sua localização ao final do último andar do edifício, e o mínimo por sua contigüidade em relação a tal porta ou vestíbulo no térreo. No primeiro caso, teríamos uma direção escassamente implicada na vida cotidiana do centro docente, distante das famílias, professores e alunos (Frago, apud, BENCOSTA, 2005, p.23).

No grupo Escolar da Várzea do Carmo, via-se outra disposição da diretoria. Sem nenhuma designação na planta, existiam no piso térreo, simetricamente distribuídas ao

lado da entrada principal, quatro pequenas salas, duas de cada lado. As salas não tinham tamanho suficiente para serem transformadas em salas de aulas, o que permitiu que aí, em uma delas, se instalasse a sala do diretor. Assim, podemos entender que:

(...) uma direção cuja proximidade com a entrada ou vestíbulo de entrada a faria mais acessível a tais coletivos, mas, ao mesmo tempo, poderia chegar a confundir-se com a portaria ou serviços administrativos (Frago, apud, BENCOSTA, 2005, p.23).

A sala do diretor no projeto do Grupo Escolar Romão Puiggari estava disposta em local reservado, no pavimento superior, distante da porta de entrada. No ano de 1912, o Grupo Escolar Padre Anchieta tinha sua sala de direção no terceiro pavimento, na área masculina. Em 1913, no Grupo Escolar da Várzea do Carmo estava a direção localizada ao lado da entrada principal; e, em 1919, o Grupo Escolar Rodrigues Alves a tinha na extremidade do edifício também no pavimento superior, com janelas voltadas para os fundos.

De acordo com Frago (2001), a localização da sala da diretoria mostra uma configuração da evolução e importância da sala do diretor. É plausível a necessidade da vigilância do diretor sobre alunos e professores, mas, de acordo com a amostra dos quatro grupos escolares, entendemos como uma necessidade de projeto e não como uma necessidade de um diretor a disposição da sala do diretor.

A localização do gabinete da direção reflete a evolução seguida na concepção dessa figura e de suas funções. Assim, o posicionamento da direção num lugar central, a partir do qual se pudesse vigiar os professores, como se propunha nas primeiras escolas seriadas, correspondia a uma visão do diretor que conservava com os professores o mesmo tipo de relação que o professor tinha antes, no sistema mútuo, com os monitores e, no sistema simultâneo ou misto, com os professores auxiliares; só que, no novo modelo, isso não se dava na mesma sala de aula, mas em salas diferentes (FRAGO, 2001, p.114).

Tendo em vista o grau de importância atribuído ao diretor, é lícito afirmar que os edifícios de escolas cuja entrada central estava no eixo do edifício valorizavam sobremaneira a função de diretor, e os de entradas laterais o faziam numa medida menor. Se aliarmos a essa análise o fato de os edifícios de entrada central (como era o caso do Grupo Escolar Romão Puiggari) possuírem um incremento maior na sua

fachada (como arcadas com outros elementos decorativos e frontão sobre colunas dóricas), diremos que a diretoria dessa escola tinha realmente um sinal de destaque em relação às outras.

De qualquer forma, a localização do gabinete do diretor em determinadas distribuições do projeto facilitaria determinadas situações. Frago comenta a necessidade de o diretor intervir nas aulas, o que tornava de interesse a posição do gabinete do diretor junto às salas de aulas:

Se o diretor além disso, devia entrar e intervir nas aulas, nada melhor que estivesse num lugar próximo a elas (FRAGO, 2001, p.115).

Importava, também, o gabinete do diretor estar próximo à entrada do edifício, onde o diretor poderia regular a entrada e saída de alunos, o cumprimento do horário dos professores e estar próximo dos problemas administrativos, junto à secretaria, sem contar a eficiência no atendimento aos pais de alunos. Entendemos assim que de acordo com a disposição da sala do diretor no edifício, este iria ser mais ou menos valorizado, mais ou menos eficiente na sua função:

Uma vez substituída essa concepção inicial por outra, na qual o diretor se via, entre outras funções, como representante da escola na comunidade externa e responsável pelos serviços gerais administrativos e pedagógicos, a sala ou gabinete da direção tenderá a se localizar, com o passar do tempo, no lugar em que hoje é habitual: próximo à entrada do edifício à direita ou à esquerda, com uma pequena ante-sala a fim de protegê-la ou separá-la, que impede o acesso direto desde o corredor ou vestíbulo, e não muito distante da secretaria e serviços administrativos. À autonomia e independência professoral – tanto maior quanto mais elevado o nível educativo – corresponde uma direção afastada, distanciada. Que está ali, próxima, porém distante. O suficiente para não interferir diretamente na sala de aula onde se trabalha (FRAGO, 2001, p. 115).

Dessa forma, o projeto do Grupo Escolar da Várzea do Carmo, de 1912, estaria mais atualizado, já que a sala do diretor se localizava no piso térreo, próximo à entrada principal. O edifício do Grupo Escolar Rodrigues Alves, de 1919, estaria em desacordo com o que havia de moderno na época, visto que a sala do diretor estava no piso superior, mantendo-se distante da administração e do contato com o público escolar. Iwaya alude à facilidade que haveria se o gabinete do diretor estivesse próximo à

secretaria e à sala dos professores. Era essa uma questão importante para os novos Grupos Escolares que seriam construídos a seguir.

(...) hoje a sala dos professores situa-se ao lado do gabinete. No mesmo andar, mas à esquerda esta a secretaria. Esta disposição evidencia as duas funções principais destinadas à direção da escola: primeiro, a função de controle, facilitada pela proximidade com a sala dos professores. Com apenas alguns passos é possível saber quem está presente, quem se atrasou, e até mesmo sobre o que conversam nos intervalos. A outra função é técnico-burocrática, daí a necessidade de estar próximo da secretária (Iwaya, apud BENCOSTA, 2005, p. 184).

4.3 - Corredores

Outra questão polêmica é a que se refere à função dos corredores. Alguns estudiosos alertam para a necessidade de eles serem retos, o que facilitaria a vigilância contínua:

(...) os corredores têm de ser retos e não curvos, pois em tal caso não se poderia vigiar. Essa é a razão funcional dessa disposição (Mesmin, apud FRAGO, 2001, p.109).

Mais que uma razão funcional para termos corredores em linha reta, é a razão prática de projeto. Como dito anteriormente, as técnicas construtivas ainda não estavam libertas de uma estrutura que tinha as paredes como sustentação do edifício. Não havia ainda o concreto para permitir as curvas e a liberdade na execução do projeto, não tínhamos marquises em formas de amebas ou grandes vãos. Estávamos estruturalmente restritos às paredes de tijolos com fundações de pedras. Os edifícios teriam, acima de tudo, que ser práticos na sua construção. Qual seria, pois, a justificativa para a construção de projetos “tipo”? Dizia a lei do Código Sanitário de 1894 que os corredores deveriam ser evitados, por questões óbvias de espaço:

Artigo 193. os corredores deverão ser evitados tanto quanto forem possível (CÓDIGO SANITÁRIO⁶³, 1894, p. 88).

Os corredores estavam ali, sobretudo, pela necessidade de dispor as salas de aulas em filas, consoante os setores e graus de séries. Apoiados em Foucault (1977), diremos que a determinante dos corredores era o alinhamento do espaço das salas de aulas na seqüência de 1^a., 2^a., 3^a. e 4^a. séries, distribuídas em arranjos práticos:

A disciplina, os elementos são intercambiais, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é, portanto, nem território (unidade de dominação) , nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações (FOUCAULT, 1977, p.133).

Os corredores lineares eram de fácil controle no Grupo Escolar Rodrigues Alves e no Grupo Escolar Romão Puiggari. No Grupo Escolar Padre Anchieta, haveria a praticidade do corredor em linha reta se a visão total dele, disposto em forma de U, não fosse obstruída pelo espaço denominado “vestiário”. Mais nítida a ineficiência do corredor para a vigilância no Grupo Escolar da Várzea do Carmo, que disposto também em U, perdia sua visão de controle principalmente nas áreas de banheiros e saídas dos fundos. Contudo, resta ao final a dúvida de se ao projetar e construir determinado edifício esses conceitos de vigilância e dominação estavam realmente fazendo parte de uma concepção pedagógica.

⁶³ Cf. Anexo B.



Figura 66. Corredor do porão do G.E. Romão Puiggari. Além de facilitar o controle dos alunos, os corredores indicavam uma forte preocupação com a circulação, evitando corredores recortados ou sinuosos. Esse tipo de corredor prevalece nos projetos escolares pela limitação dos sistemas construtivos do período. O piso do pavimento que ficava em contato com o solo era sempre piso hidráulico, sendo que a estampa variava de uma escola para outra. Ao fundo, vemos a porta de entrada de uma das seções e uma porta mais larga que fechava o acesso das seções masculina e feminina. (Foto: Mozart Araújo. 2007).

4.4 - Pátio Interno

Podemos contornar várias alternativas das reais intenções da existência do pátio interno na concepção dos Grupos Escolares do Estado de São Paulo. Considerar o fato de os engenheiros arquitetos de renome terem estudado fora do país seria uma delas. Os exemplos que conheceram nossos engenheiros arquitetos, nas faculdades em que ingressaram ou nos prédios que visitaram e conheceram através de projetos, podem

ter sido um princípio de influência dos projetos escolares com pátios internos. Na Europa, os mosteiros e vários edifícios institucionais tinham a configuração do pátio interno quase sempre presentes em seus projetos (como o Monastério Ter Duinem, na Alemanha, a Universidade de Salamanca, o Colégio Jesuíta, o New College, em Londres, entre outros) podem ter servido de exemplo de edifícios escolares para nossos engenheiros arquitetos. O fato é que, mesmo na França, havia também vários edifícios com essa concepção: o Museu do Louvre é uma delas. Como observa Wolff:

São significativos exemplares da absorção de modelos europeus pela América que quer se tornar cosmopolita. São prédios perfeitamente integrados à tradição de transmissão de conhecimentos em espaços que se originam de construções religiosas. A organização das salas em alas voltadas para eixos de circulação abertos em torno de pátios nada mais é que um espaço que evoluiu dos claustros dos conventos medievais (WOLFF, 1992, p. 138).

Essa possível origem dos pátios internos aplicados aos Grupos Escolares paulistas é de grande consideração, visto que a dominação da cultura jesuítica nas primeiras escolas do país foi de grande influência na formação cultural de São Paulo. No projeto do Grupo Escolar, o pátio interno pode ter uma conotação de proteção aos alunos. É um espaço aberto, já que não possui cobertura, possibilitando o contato direto com a natureza. Protege os alunos dos ventos frios vindos do sul, protege contra o barulho das ruas, do pó levantado pelos carros e carruagens, e da influência das pessoas indesejáveis da rua. Como diz Reis Alves:

A essência do pátio interno não é simplesmente o contato com a natureza, pois isso já ocorreria através das aberturas do edifício ou mesmo no seu exterior, mas um espaço seguro relacionando-se com a natureza. O pátio interno é a construção de um lugar protegido (REIS ALVES⁶⁴, 2005).

É no pátio interno que as crianças, mais seguras, ficam à vontade. Nele, pois, se dá um convívio social mais tranquilo. E foi nesse convívio que as diferentes

⁶⁴ O presente trabalho é uma versão resumida da pesquisa registrada na Biblioteca Nacional conforme a referência a seguir: REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. *O que é o pátio interno?* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004. il., 28p.. Mimeografado. A primeira parte do artigo está disponibilizada em: REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. "O que é o pátio interno? – parte 1". *Arquitextos*, Texto Especial nº 322. São Paulo, Portal Vitruvius, ago. 2005, <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp322.asp>.

nacionalidades puderam integrar-se, principalmente no caso dos alunos do Terceiro Grupo Escolar do Brás, já que tinha grande porcentagem de imigrantes matriculados. No pátio, todavia, a liberdade vigiada se manifestava mais patentemente. Apesar de “soltas”, as crianças continuavam “encarceradas”, pois o edifício que protege também oprime por sua altura, como no caso novamente do Grupo Escolar do Brás, um edifício com mais de 12 m de altura, no qual o pátio interno tendia a possuir uma concepção de *poço*, já que sua metragem quadrada não era suficientemente grande para a visualização do horizonte. Independentemente disso, era nesse espaço que se dava a sociabilidade, conforme nota ainda Reis Alves:

Como lugar de encontros, o pátio interno inserido em uma instituição, como por exemplo a escola, pode tornar-se o espaço do tempo social, isto é, o lugar onde os indivíduos extravasam as suas emoções, onde o lazer ganha corpo. O edifício escolar é composto, basicamente, por dois espaços dicotômicos: a sala de aula e o pátio para recreação. O primeiro caracteriza-se pela concentração e aprendizado, é o lugar onde as emoções espontâneas dos alunos são contidas. Em contraposição a este espaço, temos o pátio escolar, lugar onde as emoções libertam-se, não há um controle rígido dos comportamentos e das emoções (Idem, 2005).

Entre o pátio e a sala de aula imperavam o rigor nas filas e a vigilância nos corredores e varandas. Nesses corredores com ares de varandas é que se dava o controle dos alunos. Uma configuração diferenciada do que temos do panoptismo com o controle central. O pátio interno, quando fazendo parte da concepção do projeto arquitetônico destinado ao Grupo Escolar, era o lugar de onde tudo se vê. É um pátio central rodeado por câmaras – salas de aulas - com portas e janelas voltadas para o centro, mas sem se comunicarem entre si, separadas. O mais puro exemplo dessas salas de aulas é o Terceiro Grupo Escolar do Brás, com a diferença apenas de que temos nele somente as portas com aberturas de vidro voltadas para esse corredor/varanda. A porta alta e envidraçada permitia a quem circulasse pelos corredores — fazendo a “ronda” — observar o que acontece dentro das salas. Na escola, o pátio interno possibilitaria que professores e diretor controlem os passos de seus alunos e se controlem entre si. O ponto do observador muda de lugar, não é mais a torre central, mas, as varandas e corredores que contornam o pátio tal qual nos quartéis, hospitais, manicômios e presídios:

Mesmo fazendo parte do mesmo conjunto, as celas não se comunicam entre si, são separadas por paredes. Na superfície que dá para o exterior, cada cela apresenta uma vasta janela, permitindo entrar a luz. Seu lado oposto é gradeado, permite quem está dentro estar continuamente visível para quem se situe no meio. Dentro desta torre há uma outra torre localizada no centro. Lá ficam os vigilantes observando através de seteiras. O esquema é tal que nunca os confinados sabem se estão sendo vistos ou não. Na incerteza, se vigiam a si mesmos (Idem, 2005)

No caso do Grupo Escolar Padre Anchieta, a sala da diretoria, de forma central, estava no ponto mais alto, próprio para uma vigilância quase absoluta do edifício. A presença de um “vestiário” (um volume que “nasce” no piso térreo seguindo até o segundo pavimento), ao invés de ser um impedimento à observação, era uma proteção para a porta da diretoria. Dessa forma, quando o diretor saía ao corredor ou varanda não era visto das janelas de nenhuma sala. Dessa forma, o projeto aqui configurava um sistema de panoptismo, diferente daquele em que se tem como ponto principal uma torre central (ponto de vigilância constante), mas uma vigilância através de corredores/varandas, definindo um panoptismo periférico:

Na escola, os pátios internos permitem aos funcionários a capacidade de controle visual do espaço e conseqüentemente, dos seus alunos. Mas, o ponto central aqui não é o central, como o de Bentham, mas sim o periférico, proporcionado muitas vezes pelas varandas e corredores que circundam o pátio interno escolar (Idem, 2005).

A existência de um pátio interno depende, obviamente, das dimensões e condições do terreno. Em alguns casos, o formato dos edifícios com pátio interno aparecia quando não se faziam necessários edifícios assobradados (salvo algumas exceções, como o Grupo Escolar Padre Anchieta). A maioria tem projeção térrea. Quando havia mais de um pavimento, parecia haver uma configuração natural do projeto tendendo para edifícios em formato de L ou U. Esses pátios também acabaram por configurar uma situação de segurança, dando espaço aos alunos que chegam da rua em um local protegido e ao mesmo tempo aberto. Cria uma espécie de “Foyeur” ou uma “sala de espera” para os alunos antes de entrarem para as salas de aula:

O pátio interno apresenta várias facetas: estratégia bioclimática, lugar de encontro, lugar privativo, espaço de controle, lugar sagrado, etc.

Porém algumas características estão sempre presentes, como um lugar protegido, é nele que o homem poderá desenvolver as suas atividades ao ar livre abraçado pelo edifício (Idem, 2005).

Alguns autores, como Bachelard, interpretam o pátio interno poeticamente, como veremos adiante. O pátio que Reis Alves descreve é aquele aconchegante e seguro:

O pátio interno não é o útero materno, pois esse não está em contato com o sol e com a chuva, mas sim o abraço materno (Idem, 2005).

Essa definição poética do pátio interno é, sem dúvida, muito agradável e de fácil aceitação. Mas, não devemos nos esquecer de que o mesmo abraço que protege, impede os movimentos e aprisiona. Apesar das diversas significações “psicológicas” do pátio interno na concepção de um projeto, cabe lembrar que sua concepção também obedece à razão mais material de serem as escolas construídas em terrenos planos. Essa justificativa já seria considerada um bom motivo para um bom projeto escolar, como comenta Correa:

Em função da grande área ocupada por essas edificações com pátio central, que se acomodavam mais facilmente em lotes grandes e planos, podendo dizer que a escolha do terreno foi mais criteriosa nesses casos (CORRÊA, 1991, p. 56).

4.5 - Escadas

As exigências quanto à construção das escadas integravam as disposições do Código Sanitário, de 1894:

Artigo 191. As escadas deverão ser largas, rectas ou quebradas em ângulos rectos com patamares e os degraus não deverão ter mais de 15 a 16 centímetros de altura (CÓDIGO SANITÁRIO⁶⁵, 1894, p. 88).

Dessa forma, os códigos e legislações controlavam os projetos tirando a opção de escadas helicoidais, caracóis ou recortadas. Para os alunos (crianças entre 7 e 14 anos) a subida de alguns degraus de 16 centímetros de altura podia ser uma “escalada”. O “pódio”, 1º., 2º. e 3º lugares, é referência para a evolução em séries. Se

⁶⁵ Cf. Anexo B.

nos projetos térreos, a seqüência das salas determinava quais eram as mais evoluídas das séries, era, todavia, na concepção da escada — circulação vertical — que se via definido e determinado o grau de evolução das séries. Subir as escadas, para as crianças de 1º e 2º ano, era entender que os que estavam acima eram mais inteligentes e experientes. O esforço que se fazia para subir as escadas tornava as crianças heróis, e ter os méritos de estar perto de Deus. Se houvesse o elevador, essa sensação de conquista não teria tanto valor. Como diz Bachelard, a partir do elevador, não existia mais mérito em estar no alto, não existia o sacrifício, a luta pela conquista. Em suma:

Os elevadores destroem os heroísmos da escada. Já não há mérito em morar perto do céu (BACHELARD, 1993, p.44).

As escadas não podiam ser curvas. A determinação de escada reta, com patamares intercalando seus lances, impedia-a de ser dividida em degraus. Às vezes, de madeira e em dois lances, como no Grupo Escolar Rodrigues Alves; outras, de concreto, revestida de mármore branco e em três lances, como no Grupo Escolar da Várzea do Carmo e no Grupo Escolar Romão Puiggari. Em alguns casos, as escadas estavam em locais estratégicos, ora no hall de entrada — distribuindo os alunos pelos andares desde a chegada (como no Grupo Escolar Romão Puiggari) — ora dispostas nas extremidades (como no Grupo Escolar Padre Anchieta) e no centro. O importante é que, através das escadas, os alunos fizessem o menor trânsito possível. Isso não visava tão-só economia de esforço físico, mas, antes, evitar a circulação desnecessária para não atrapalhar quem estuda, e ser mais rápido para quem chega:

O corredores e as escadas, dispostos de maneira a evitar percursos desnecessarios ou que perturbem o funcionamento regular do estabelecimento (Chornobai, apud, BENCOSTA, 2005, p 212)

As escadas podem ser vistas como elemento arquitetônico em que se ressalta ou seu valor estético ou seu valor funcional, e em que nem sempre ambos se harmonizam. No projeto do Grupo Escolar Peixoto Gomide, havia uma escada central, de concreto revestido, sendo rica no material de acabamento e na suntuosidade da sua localização. O mesmo acontecia com a escada posicionada na fachada da escola, que dava acesso á entrada principal. Normalmente, as escadarias eram suntuosas e bem

acabadas, atendendo ao propósito de “completar o cenário” — ou seja, o Grupo Escolar na paisagem urbana de bairros populares ou de bairros que ainda estavam em formação. Iwaya nos mostra um bom exemplo do que a escadaria da entrada principal do Instituto de Educação do Paraná representava para a população, cujos jovens sonhavam com o dia em que poderiam usá-la:

A escadaria central com degraus largos e circundada por corrimões decorados com pequenos balaústres está na memória de todos os que conheceram o Instituto. Não seria arriscado dizer que esta escadaria constitui-se ainda hoje como primeiro símbolo do IEP (Iwaya, apud BENCOSTA, 2005, p.180).

Situações do cotidiano que ficavam na memória das estudantes que sonhavam ser professoras e lecionar numa escola dessas:

Somente os professores podiam utilizar a entrada principal, as alunas entravam pelas portas laterais, e sonhavam com o dia em que poderiam também usufruir do privilégio de entrar em sua escola pela porta principal (Idem, 2005, p. 180).

Era essa expectativa de conhecer a escadaria principal do prédio que mantinha vivo o interesse da população por ela. Como observa Bachelard:

A escada conduz ao porão, descemo-la sempre. É a descida que fixamos em nossas lembranças, é a descida que caracteriza o seu onirismo. A escada que sobe até o quarto, nós a subimos e a descemos. É um caminho mais banal. É familiar (BACHELARD, 1993, p.43).

4.6 – Fachadas

Sacrificar uma sala de aula em nome da simetria, do modismo de um período; sacrificar o conforto de crianças, numa sala em que o sol cai diretamente sobre seus cadernos, em nome da beleza de uma fachada, não é o que se espera de uma arquitetura coerente com seus princípios. Apesar das modernas teorias que envolvem toda a concepção arquitetônica, a influência, no período da Primeira República no Brasil, das universidades européias fazia do país um emaranhado de estilos: *neoromânico*, como o Grupo Escolar de Amparo; *neogótico*, como o Grupo Escolar de

Itapira (projeto de Dubugras); *neoclássico*, como o Grupo Escolar Romão Puiggari; *normando*, como o Grupo Escolar de Jundiaí; *gótico*, como o Grupo Escolar de Botucatu, o Grupo Escolar de Piracicaba, o Grupo Escolar de Espírito Santo do Pinhal; e às vezes com tendências *barrocas*, como o Grupo Escolar de Jaboticabal; de tendências *art nouveau*, como o Grupo Escolar do Carmo. Ou, então, tudo isso junto, numa salada arquitetônica que misturava o clássico com o *art nouveau*, resultando num estilo de *ecletismo*.

A maioria dos Grupos Escolares estampava em suas fachadas as tendências do gótico e de *art nouveau*. Ramos Azevedo, mais do que qualquer outro arquiteto, foi quem difundiu o estilo eclético, aplicado não só aos Grupos Escolares, mas também a outras instituições e residências. A residência que o engenheiro arquiteto projetou para uma de suas filhas (a “casa das rosas”) é um exemplo de construção de inspiração francesa. Com seu “óculo”, telhas estilo “escamas” em telhado muito inclinado, ornada com consoles, inúmeros frisos, louças importadas, mármore nos banheiros e escadarias, a casa empregava materiais trazidos sobretudo da França e da Itália.

Como nota Corrêa (1991), nesse período havia a opção por diversas plantas “tipo”, distribuídas por São Paulo e pelo Interior. Essa distribuição dos projetos pelas cidades estampava, nas fachadas, o grau de importância da escola e, por conseguinte, das cidades. Prova disso é o Grupo Escolar Rodrigues Alves, que possuindo a mesma planta “tipo” do Grupo Escolar da Vila Mariana, tinha características completamente diferentes. É como se o arquiteto criasse fachadas a partir delas, criasse, em seguida, a planta, e a fachada iria direcionar a distribuição do espaço interno. Com as limitações construtivas da época, o mais interessante e seguro era a construção de paredes sobre paredes, e por isso, começaram a surgir cômodos que foram se adaptando às necessidades. O Grupo Escolar Padre Anchieta, que possuía a sala do diretor no centro do edifício, pode ser assim interpretado: a sala foi projetada propositadamente para mostrar toda a hierarquia de trabalho identificada na fachada. Podemos dizer que, de acordo com a fachada, era interessante destacar o símbolo nacional no topo central, de forma estreita, para provocar uma sensação de maior altura em relação aos outros corpos do edifício. Como diz Bosco sobre a idéia da verticalidade da casa:

Tem a verticalidade da torre, elevando-se das mais terrestres e aquáticas profundezas até a morada de uma alma que acredita no céu. Tal casa, construída por um escritor, ilustra a verticalidade do humano. E é oniricamente completa (Bosco, apud BACHELARD, 1993, p.42).

A mesma situação nos leva a pensar no Grupo Escolar Romão Puiggari, que possuía a sala do diretor em posição idêntica, sobre um pórtico sustentado por colunas dóricas. Cumpre perguntar: essas salas estavam assim localizadas por influência de quem? De um projeto pensado e definido segundo as importâncias de cada sala? De uma planta limitada por seu sistema estrutural ou por uma fachada simbólica que sacrificaria espaços e, depois, definindo os usos?

Uma resposta difícil. Podem ser todas as respostas, ou nenhuma delas. O fato é que alguns estudiosos defendem a tese de que a planta da escola estava submetida claramente ao aspecto estético de uma fachada simétrica. Como diz Wolf:

O interessante nesses projetos é que a planta é claramente submetida às intenções de composição da fachada. Nesses casos, é superlativo o modo de projetar comum aos planos de escolas da Primeira República e, de resto, aos prédios ecléticos. Projetos que enfatizam a aparência exterior das construções, chegando a subordinar a articulação dos espaços internos ao equilíbrio compositivo das fachadas (WOLFF, 1992, p.169).

Neste mar de suposições, havia uma proposta real — apresentada através de todos os símbolos estampados no edifício e na fachada simplificada — ou repleta de ornamentação, não se pode negar a eficiência em “marcar território” da propaganda política republicana. E mais, a obrigatoriedade da identificação na fachada ou em local de destaque: “ESCOLA PÚBLICA”, segundo o Regimento Interno, de 1894:

Artigo 14. Cada escola, conforme sua categoria, terá uma taboleta com um dos seguintes dísticos em letras legíveis a distancia:
 Escola publica para meninos.
 Escola publica para meninas.
 Escola publica mixta.
 Curso publico nocturno para adultos.
 Grupo Escolar (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO⁶⁶, apud MENON, 2000, p. 234).

⁶⁶ Cf. Anexo M.

E, complementando o nome da escola ou Grupo Escolar, a devida homenagem a ilustres colaboradores republicanos.

4.7 – Salão de Ginástica

O salão de ginástica, ginásio ou mesmo salão de recreio, fazia parte do projeto escolar antes da introdução da República no Brasil. Esse salão de ginástica começou a vigorar quando começou a fazer parte do currículo escolar o ensino da *educação física*. Em alguns casos, o ensino de educação física feminina acontecia num espaço aberto nos fundos da escola (como aparece em foto da escola Normal Caetano de Campos), ou mesmo no pátio interno (como vemos na foto do Grupo Escolar de Campinas).

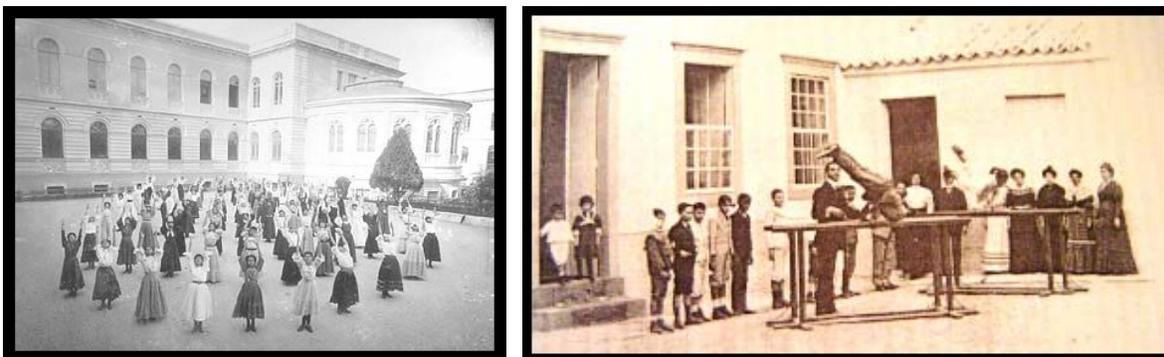


Figura 67. Fotos da aula de ginástica nos fundos da Escola Normal Caetano de Campo e do G. E. de Campinas. Fotos: <<http://www.mariocovas.sp.gov.br>>

Com a oficialização do ensino de educação física, começaram a ser erguidos nos Grupos Escolares as coberturas que iriam proteger os alunos do sol ou da chuva durante as aulas. Como observa Wolff:

Introduz, também, um novo elemento na programa de cuja falta se ressentiam as escolas públicas desde o Império, quando se legislou a obrigatoriedade do ensino de educação física – o salão de ginástica. Este era desvinculado do bloco central e a ele ligado por uma passarela coberta, denominada passadiço (WOLFF, 1992, p. 169).

As escolas que possuíam os banheiros separados do corpo principal do edifício contavam com a cobertura que protegia também as instalações sanitárias. Essa cobertura de estrutura de madeira e telhas cerâmicas são encontradas ainda em

alguns Grupos Escolares. Em nenhuma das quatro escolas pesquisadas existe hoje o salão de ginástica. No Grupo Escolar Padre Anchieta, o espaço destinado à cobertura está presente nos primeiros desenhos, apresentando-se através de linhas tracejadas a projeção da cobertura que hoje não existe, pois cedeu espaço à Escola Estadual. O mesmo acontece com a cobertura do Grupo Escolar da Várzea do Carmo, que cedeu espaço para uma quadra poliesportiva, que não pertence mais ao Grupo Escolar. E o Grupo Escolar Rodrigues Alves, que cedeu o espaço de seu salão de ginástica para a construção de uma Escola Estadual.

Como nenhum dos projetos analisados possui referências à cobertura do salão de ginástica, tomamos como referência outros Grupos Escolares do mesmo período. O Grupo Escolar da Barra Funda, de mesma tipologia do Grupo Escolar Padre Anchieta (como se observa através de foto em Corrêa (CORRÊA, 1991, p. 93), possuía o salão de ginástica segundo o mesmo padrão das escolas descritas, coincidentemente todas do interior de São Paulo.

O salão de ginástica do Grupo Escolar Antonio Padilha possuía no seu projeto um salão medindo 6,5 m por 12 m, dividido ao meio para as duas seções: masculina e feminina; e dois passadiços de 25 m de extensão por 2,4 m de largura. A extensão do passadiço demonstra, no projeto, a distância que a cobertura do salão de ginástica tinha do corpo principal do edifício. Sob a cobertura do salão de ginástica, havia 10 cabines para vasos sanitários, sendo 5 para a seção masculina (mais o espaço de mictório) e 5 para a feminina (mais o espaço para lavatório), com 2.3 m de altura. Todo o contorno da cobertura era arrematado com “sombrias” ou “lambrequins”, detalhe de madeira recortado formando desenhos localizados abaixo das tabeiras.

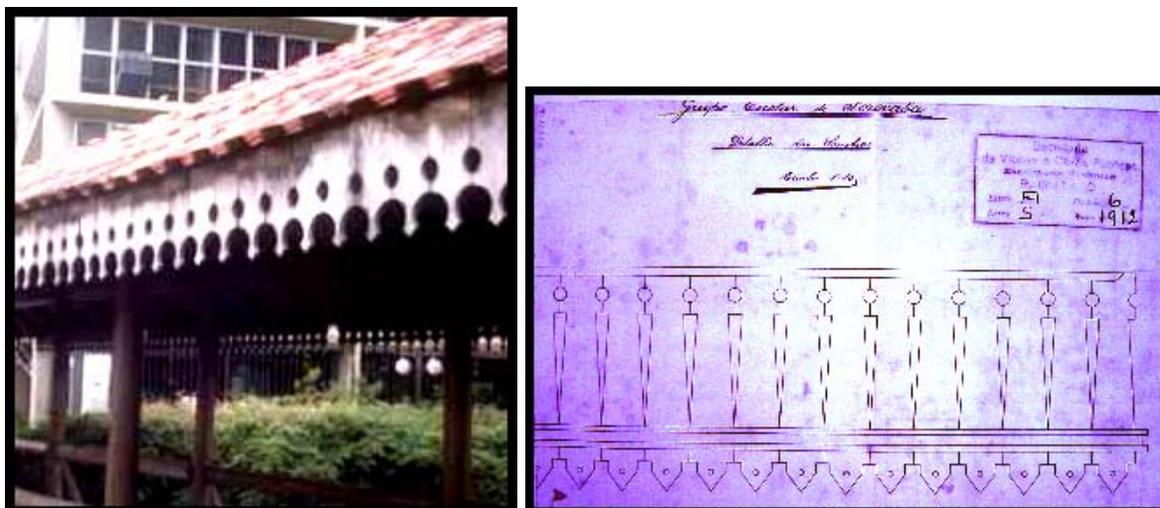


Figura 68. Foto de lambrequim e passadiço, e desenho das sombras do G. E. Antonio Padilha. (Fonte: CPOS)

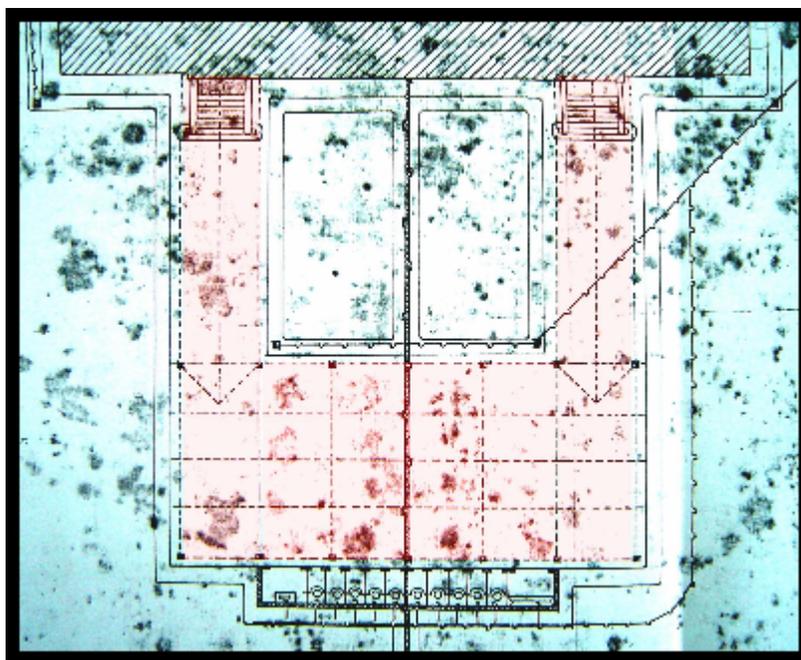


Figura 69. Desenho do G. E. Antônio Padilha, no qual a parte em vermelho refere-se ao passadiço e salão de ginástica. Desenhos de 1912. (Fonte: CPOS)

O detalhamento da estrutura da cobertura está no projeto de Manuel Sabater. Apenas como registro, deixamos relatado aqui o tipo de madeiramento utilizado na estrutura da cobertura. O caibros de 5 x 8 cm; “pernas” de 8 x 18 cm, “linha” dupla de 6 x 18 cm, “mão francesa” de 8 x 18 cm, “terça” de 8 x 20 cm, “frechal” de 8 x 20 cm;

colunas de 18 x 18 cm, apoiadas num bloco (fundação) de 80 x 80 cm por 1 m de profundidade.

O Grupo Escolar Francisco Glicério possuía dois passadiços de 2,8 m por 23 m, ligando o edifício principal à cobertura, de 22 m por 7,4 m, com estrutura similar à comentada anteriormente. O Grupo Escolar de Itararé, de 1910, em prédio térreo, possuía 10 salas de aulas. O Grupo Escolar apresentava no projeto o muro que dividiria a cobertura em duas seções (masculina e feminina), com dois portões ligando os dois espaços. Esse espaço estava designado como “recreio dos meninos” e “recreio das meninas”, uma cobertura medindo 11,3 m por 10 m para cada seção. A cobertura também estava ligada ao bloco principal através de passadiços.

4.8 – Sala de professores

A sala dos professores começou a fazer parte do projeto dos Grupos Escolares gradualmente. Observamos a inexistência desse cômodo nas primeiras escolas construídas na cidade de São Paulo e também no interior. Exemplo dessa demonstração é o Grupo Escolar Romão Puiggari - 1893, que apesar de seus três pavimentos (porão, primeiro e segundo pavimento), com um total de 24 salas de aulas, sendo 12 para a seção feminina e 12 para a seção masculina, não apresenta em nenhuma das plantas um espaço destinado a sala dos professores.

Os projetos para os edifícios escolares contavam com um programa de necessidades reduzido e dele não fazia parte o espaço para a sala de professores, o que iria mudar em pouco tempo, pois tendo a profissão de professor uma série de exigências profissionais, estas faziam do professor um indivíduo com uma profissão especial, e sendo assim, necessário uma atenção igualmente especial, como observa Souza (1991):

Ser professora, ser professor, tornava-se uma profissão especial que requeria uma dada formação, o que distingui de outras profissões e dotava-a de especificidades (SOUZA, 1998, p. 69).

Essa especificidade também tornaria específica o espaço reservado ao professor. Conforme a especialização dos professores aumentava, acrescentava-se no projeto arquitetônico a adequação de espaços exclusivamente voltada aos mesmos.

Em 1912, existiam 3.026 professores em exercício nas escolas primárias estaduais, dos quais 2.796 eram normalistas ou complementaristas. Portanto, verificou-se uma redução significativa no número de professores leigos nas escolas públicas do estado de São Paulo em duas décadas (SOUZA, 1998, p. 70).

O investimento para os professores começa a ser apresentado nos projetos do edifícios e a sala de professores começa a fazer parte integrante do edifício escolar e determina o espaço do professor, seu vestiário e banheiro.

No edifício para o Grupo Escolar Padre Anchieta (1911) observa-se no programa arquitetônico, a preocupação em adequar espaços às necessidades da escola com a criação de salas para professores e professoras, entre outros. De acordo com o projeto observamos as salas de professores e professoras com as mesmas dimensões que a sala do diretor, não significando a preocupação em igualar a importância, visto que a sala do diretor, na mesma dimensão, era ocupada por apenas um integrante, e a sala dos professores, no caso do Grupo Escolar Padre Anchieta, pelo menos vinte professores dividindo espaços de uma sala medindo 5.85 x 3.85 m. A sala estava distribuída ocupando o eixo central do edifício. A disposição das salas ainda no Grupo Escolar Padre Anchieta, estão distribuídas pelos pavimentos da seguinte forma: no piso térreo (porão) localizado a sala dos professores, na frente da sala, um cômodo designado “vestiário” também destinado aos professores; no primeiro pavimento, seção feminina, localiza-se a sala das professoras.

A distribuição das salas pelos pavimentos pode nos dar a conotação de uma importância maior as professoras e menor importância aos professores. Essa idéia pode aumentar se levarmos em consideração que sobre as salas de professores e professoras localiza-se a sala do diretor. Mais que uma hierárquica, devemos observar que a sala dos professores no piso térreo, estava mais acessível as investidas de quem chegava da rua, apesar de já nesse projeto existir a figura do porteiro. As professoras, mais protegidas, localizavam-se no primeiro pavimento, na seção feminina e onde,

supostamente poderia estar a sala dos professores, no segundo pavimento, seção masculina, localizava-se a sala do diretor.

O diretor, representação máxima do poder na escola, acompanhava o desenvolvimento dos meninos, assumindo um controle maior sobre a disciplina dos mesmos.

Outra variante da distribuição das sala de professores e professoras aparece no projeto do Grupo Escolar de Amparo (1911), projeto de Carlos Rosencrantz, mostra que as distribuições de salas poderiam ser aleatórias, sem uma uniformidade, conforme o arquiteto apresentava. No caso do grupo Escolar de Amparo a sala dos professores localiza-se no segundo pavimento e a salas das professoras e diretor, no primeiro pavimento.

No Grupo Escolar Pindamonhangaba (1901), projeto de José Van Humbeck, edifício térreo, observamos as salas dos professores e professoras distribuídas simetricamente uma de cada lado da portaria, chamando a atenção da falta da sala de diretor.

No Grupo Escolar do Bom Retiro (1911), projeto de João Bianchi, a sala do diretor esta no primeiro pavimento com uma sala de professores ao lado e no piso superior, novamente se repete uma outra sala de professores. Nesse projeto de João Bianchi observamos a falta de definição que qual seria a sala de professores e professoras, sendo assim, indiferente ao projeto se as professoras ficam no pavimento térreo ou superior.

Outra distribuição das salas de professores é a do Grupo Escolar de Itararé (1911), projeto de José Van Humbeck, edifício térreo que dispõe de forma simétrica a sala dos professores do lado esquerdo do edifício, junto a seção masculina, e a sala das professoras do lado direito junto a seção feminina. O edifício possui uma forte separação dos sexos, que podemos interpretar que somente professores davam aulas para a seção masculina, e que professoras davam aulas para a seção feminina. A sala do diretor, nitidamente do lado da seção masculina.

No Grupo Escolar da Várzea do Carmo (1913), não está definido o espaço para a sala dos professores. Existe no piso térreo, ao lado da entrada principal, quatro salas medindo 5,90 x 3.00 m, supostamente, duas delas, destinada a sala de professor,

apesar de nenhuma designação escrita. A sala do diretor, localiza-se no piso superior. Ainda no piso térreo, existe uma sala também sem designação.

No Grupo Escolar Rodrigues Alves (1917), as salas não estão determinadas no projeto. O edifício possui uma sala no térreo, provavelmente das professoras, já que existe um banheiro acoplado identificado como “Prof.as”, ao lado desse banheiro, com entrada externa, apenas um banheiro designado “Profs.” com apenas um vaso sanitário. A mesma sala se repete no pavimento superior, sem o banheiro acoplado. Ao lado da sala no pavimento superior, um outro banheiro para as professoras. Nesse Grupo escolar, pela leitura das plantas, os professores estão em desvantagem, já que não possuem banheiros adequados, ao contrario das professoras. Se considerarmos a sala do piso térreo sendo das professoras e do piso superior dos professores, não haveria na escola uma sala própria para o diretor ou na situação contrária, não teríamos a sala dos professores.

4.9 - Muros e grades

Como todo muro ou grade, sua intenção é impor uma separação entre o lado externo (rua e calçada) e o interno (pátio de entrada ou recuo frontal), sem perder a dimensão do espaço aberto. Esse espaço entre o muro e o edifício deveria ser protegido sem aliená-lo entre paredes. Era preciso que a população de transeuntes, das ruas e calçadas pudessem observar o movimento que a escola produzia.

Assim, como a cidade, o grupo escolar se impõe como cenário e cena, é estrutura e linguagem de uma cultura escolar que se quer afastada da "casa" e separada da "rua" (FARIA FILHO⁶⁷, 1998)

O Grupo Escolar não só fazia parte do cenário da cidade, como ele próprio era um dos “objetos” principais da cena urbana. Como cenário, não seria através de altos

⁶⁷ Em: Faria filho, L - Rev. Fac. Educ. vol.24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artte&pid=s0102-25551998000100010&lng=en&nrm=iso>

muros que a “platéia” entenderia o seu real valor. Era preciso deixá-lo exposto aos olhos, mas, ao mesmo tempo, impor-lhe limites de acesso. Assim se comportava o edifício do Grupo Escolar na cena urbana de São Paulo, exposto, mas não autorizado a qualquer um. Como comenta Faria Filho:

Uma das preocupações que observamos nas diretoras, nos inspetores e nas professoras, principalmente quando da reunião de escolas isoladas num espaço "adaptado", era a dificuldade muitas vezes encontrada de se evitar que os(as) alunos(as) ficassem "soltos(as)" à porta da escola e, ao mesmo tempo, de se impedir que pessoas estranhas à escola a ela adentrassem abruptamente (Idem, 1998).

O muro baixo permitia a observação dos pais, que deixavam seus filhos aos cuidados da escola, e a todos que passavam:

Junto a esta preocupação vinha, quase sempre, a cobrança para que se construísse o muro separando a escola da rua. Este, além de servir como proteção, serviria como impedimento à livre circulação dos(as) alunos(as) (Idem, 1998).

O muro que protegia era complementado com grades de ferro, em geral ricamente desenhados, alguns mesmo com forte apelo patriótico, por seus símbolos. outros traziam desenhos mais simples.

Depois do muro e da grade de divisa da calçada, a segurança do aluno era maior. Essa proteção ganhava a forma de cárcere, pois uma vez dentro do pátio da escola, os portões fechados pelo porteiro, não era permitida a saída. Estava o aluno obrigado a passar as horas do dia presos na escola. O muro que protegia, também encarcerava:

O muro configuraria, simbólica e materialmente, a delimitação de uma espaço próprio, apartado da rua e que se auto-institui como significativo, ao mesmo tempo em que produz aquela como lugar maléfico às crianças (Idem, 1998).

Existia, pois, um obstáculo no acesso ao edifício que estava sendo oferecido gratuitamente. Se o espaço é capaz de educar o cidadão, e dentro do edifício estão configurados os espaços permitidos e não permitidos, por que não conseguir essa mesma produção de “adestramento” do lado de fora da escola? O fato é que a escola

ainda era para poucos, e como poucos tinham formação, restava essa forma de criar obstáculos aos outros cidadãos, forçando-os à estagnação em sua situação de não instruído, em seu lugar de socialmente subalterno. Ou no lugar de não eleitor, igualmente:

Ao estruturar ou modificar a relação entre o interno e o externo ao meio escolar – as fronteiras, o que fica dentro e o que fica fora –, ou seu espaço interno –, ao abrir ou fechar, ao dispor de uma maneira ou outra as separações e os limites, as relações e comunicações, as pessoas e os objetos, estamos modificando a natureza do lugar. Estamos mudando não somente os limites, as pessoas ou os objetos, mas também o mesmo lugar (FRAGO, 2001, p.71).

As fronteiras criadas através de um simples muro humilham o analfabeto e glorificam o alfabetizado. Colocam cada qual num certo *locus* social, transformam as pessoas, o lugar e o sentido do objeto (o muro).

4.10 – Banheiros

Antes de analisar as instalações sanitárias dos Grupos Escolares, devemos entender o que as leis, decretos ou regulamentações propunham. Em 1894, o Código Sanitário prescrevia que as instalações sanitárias deveriam seguir os padrões de construção das residências, não havendo assim, uma regra específica para escolas:

Artigo 208. As instalações hygienicas das escolas deverão ser collocadas longe dos pontos freqüentados, obedecerão rigorosamente aos preceitos preestabelecidos para as habitações em geral e deverão ser severa e cuidadosamente fiscalizadas (CÓDIGO SANITÁRIO⁶⁸, 1894, p. 88).

As leis impunham que os vasos sanitários não poderiam estar acoplados a quartos de dormir, e o espaço deveria ser bem ventilado e iluminado. Exigia-se também que o espaço dos vasos fosse impermeabilizado (tanto o piso como as paredes até a altura de 1,5 m). A impermeabilização das paredes deveria ser feita com pintura à base de “tinta óleo”. Toda a parte do cômodo em torno das privadas deveria ser

⁶⁸ Cf. Anexo B.

impermeável, não sendo tolerados os revestimentos de madeira. Isso era enfatizado no artigo seguinte, que determinava que os vasos sanitários fossem também de material impermeável, polido, resistente sem reentrâncias, nem ornamentos e detalhes, e que deveriam ser fixados, não se permitindo assim a utilização de fundos móveis.

As tubulações do esgoto deveriam estar separadas do esgoto das cozinhas e de outros serviços. A tubulação de abastecimento de água para os vasos sanitários, bem como a dos reservatórios de água, deveria ser separada. Nos projetos aqui estudados, os três casos em que existiam banheiros acoplados ao prédio principal, eles ficavam no final de corredores, locais mais isolados no edifício. Incorporados ou não ao edifício principal, os banheiros deveriam ficar distantes tanto quanto possível das salas de aulas e demais ambientes da escola. No Grupo Escolar Padre Anchieta, os banheiros ficavam localizados no fundo do edifício, próximo do pátio de recreio. No Grupo Escolar Rodrigues Alves, os banheiros ficavam nas extremidades do prédio, também no final dos corredores. Localização similar à do Grupo Escolar Padre Anchieta, a dos banheiros do Grupo Escolar da Várzea do Carmo estava no fim dos corredores e próximo ao pátio de recreio.

Dos quatro Grupos Escolares, apenas o Grupo Escolar Romão Puiggari tem seus banheiros na parte externa do prédio, junto ao galpão de recreio, com configuração de “casinhas”, como se chamavam as cabines na época. Conforme Wolff:

Os sanitários, numa época em que apenas se iniciavam as instalações de redes públicas de água e esgoto nas cidades do interior, isolavam-se em construções separadas nos fundos dos terrenos, consagradas por gerações de alunos como as “casinhas” (WOLFF, 1992, p. 147).

Vemos a mesma distribuição dos banheiros do Grupo Escolar Romão Puiggari, o Grupo Escolar Antonio Padilha, o Grupo Escolar de Santos (projeto do Engenheiro Samuel das Neves), a Escola Modelo Preliminar de Itapetininga e a Escola Modelo Complementar de Itapetininga (projetos de Ramos Azevedo), o Grupo Escolar de Taubaté (projeto de José Vam Humbeeck), entre outros. O modelo de vasos sanitários distantes do edifício principal revelava a influência das escolas americanas.

O Grupo Escolar Padre Anchieta tinha capacidade para aproximadamente 45 alunos por sala de aula. A escola possuía 10 salas de aulas por andar, com três pavimentos: um total de 30 salas de aulas leva, teoricamente, a um total de 1350

alunos. Considerando-se que cada pavimento com 10 salas de aulas possuía 10 cabines com vasos sanitários, temos uma média de 45 alunos por vaso sanitário, ou seja, uma classe inteira por vaso sanitário. Um número relativamente alto, que se repetia no Grupo Escolar do Carmo (com 6 salas de aulas por pavimento para 5 cabines com vasos sanitários: ou seja, um número aproximado de 54 alunos por vaso sanitário).

De acordo com artigo do Código Sanitário, de 1894, destinado a hotéis e pensões, previa-se que:

Artigo 133. Para cada grupo de 20 habitantes deverá haver uma latrina (CÓDIGO SANITÁRIO⁶⁹, 1894, p. 84).

Essa proporção, como vimos, não era observada nas construções dos Grupos Escolares. A situação, contudo, era diferente no Grupo Escolar Rodrigues Alves, construído num período próximo à lei de 9 de abril de 1918: 12 salas de aulas total, com média de 45 alunos por sala e 24 vasos sanitários, o que perfazia a média de 22 alunos por vaso. Esse número representava uma grande diferença quando comparado aos do Grupo Escolar Padre Anchieta e do Grupo Escolar da Várzea do Carmo.

Coincide com a construção do Grupo Escolar Rodrigues Alves a lei de 1918. Seu artigo 172 diminuía o espaço ocupado por aluno, dentro de sala de aula, de 1,25 m² 1 m², provavelmente por causa do modelo de carteiras. O mais importante nesse tema, o artigo 182 e único, complementava que, se o número de vasos sanitários deveria ser de um para cada 20 alunos⁷⁰. O Grupo Escolar Rodrigues Alves, portanto, estava quase nos padrões ditados pela lei.

4.11 – Vestíbulo dos professores

Vestíbulo e hall são designações diferentes para o mesmo ambiente, como esclarece Burden:

⁶⁹ Cf. Anexo B.

⁷⁰ Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1918. Tip. Do Diário Oficial.

Vestíbulo – Câmara ou passagem localizada entre a entrada e o interior ou o pátio de uma edificação, servindo como refúgio ou espaço de transição entre o exterior e o interior. Também chamado de hall (BURDEN, 2006, p. 339).

O vestíbulo estava sempre situado logo após o último degrau da escada de acesso ao edifício. Seu principal elemento tinha uma importância vital para a proposta de um sistema pedagógico seriado: o relógio.

O relógio. Ninguém negaria um lugar de privilégio a este artefato, entre os objetos que fazem parte da vida cotidiana nas sociedades modernas. É ele que marca o ritmo da ação, mede os rituais e ordena os ciclos de existência (Fernandez-Galiano, apud, FRAGO, 2001, p. 43).

Esse importante objeto para o funcionamento adequado do Grupo Escolar regula e organiza todo o sistema acadêmico:

Por isso o relógio incorporado ao edifício é um organizador da vida da comunidade e também da vida da infância (FRAGO, 2001, p.43).

A utilização dos espaços do Grupo Escolar estava sempre ligada ao relógio: este organizava e estipulava durante qual período os espaços poderiam ser utilizados. Nenhum espaço era utilizado sem a “autorização” dele. Durante o horário de aula, era proibida a circulação de alunos pelos corredores. Durante o horário de recreio, os alunos deveriam estar no pátio ou galpão. No horário de entrada, os alunos deveriam estar em fila à espera do toque do sinal, que demarcava o início das aulas. Assim, o espaço reservado ao relógio, um simples *hall*, associava e organizava o uso dos espaços:

As horas do dia quase sempre estiveram associadas aos espaços em que costumavam transcorrer as atividades, até que a modernidade introduziu a uniformidade do tempo mediante a medida pelo relógio mecânico e a regularidade na organização social (GIDDENS, 1990, p.17).

Próximo ao olhar do diretor, o relógio regulava o funcionamento da escola. É essa racionalização da utilização dos espaços que faz da escola um lugar de formação e respeito à coletividade, e que, exigindo autorizações de seus usos mediante o consentimento de um horário específico para utilização, reflete na cultura de uma

população. Fora da escola, determinava-se a hora de passear nas praças ao cair da tarde; a hora de colocar suas cadeiras nas calçadas; a hora de trabalho; a hora de descanso; hora do almoço; hora do passeio no Jardim da Luz, etc. Essa racionalização, como diz Frago, terá uma importância social, visto que promoverá o encontro de pessoas em locais também determinados para esse fim:

A racionalização burocrática – divisão do tempo e do trabalho escolares – e a gestão racional do espaço coletivo e individual fazem da escola um lugar em que adquirem importância especial a localização e a posição, o desclocamento e o encontro dos corpos, assim como o ritual e o simbólico (FRAGO, 2001, p. 80).

Mas, voltando ao vestíbulo, ele também tem uma função de distribuição. Através dele, ligam-se os corredores de acesso às salas de aulas, que são responsáveis pela circulação horizontal; e liga as escadas, a circulação vertical. O vestíbulo, como centro e eixo da maioria dos projetos que possuem entrada central, pode ser vigiado por quase todos os pontos do edifício. Como, por exemplo, no Grupo Escolar Romão Puiggari: a chegada de qualquer pessoa era logo percebida, de todos os lados. O mesmo acontecia no Grupo Escolar da Várzea do Carmo, no vestíbulo de entrada principal da escola. Porém, não se repetia no Grupo Escolar Padre Anchieta, nem no Grupo Escolar Rodrigues Alves, que não possuíam uma entrada principal, mas duas laterais. O Grupo Escolar Rodrigues Alves, possuía entradas nas extremidades de sua fachada, criando internamente o vestíbulo. Desse vestíbulo qualquer “intruso” podia dirigir-se diretamente à escada do pavimento superior sem ser percebido. Isso também ocorria no Grupo Escolar Padre Anchieta, com a agravante das entradas laterais, esquerda e direita do edifício.

O problema se atenuava graças à presença do porteiro, presente na escola. Conforme o Regimento Interno dos Grupos Escolares, a figura do porteiro estava prevista desde 1894:

Artigo 86. Cada Grupo Escolar terá um porteiro e um servente, aos quaes incumbe trazer sempre em perfeito estado de asseio o estabelecimento escolar (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, apud MENON, 1894, p 217).

No vestíbulo, quem chegasse ao interior do edifício estava protegido da rua. Estava dentro dos domínios da escola, mas não autorizado ou com liberdade para adentrar ao ambiente que quisesse. O porteiro tinha o papel de controle de entrada e conduzia o visitante de acordo com a conveniência. Os professores tinham livre acesso, mas controlava-se a sua hora de chegada e saída. O vestíbulo é espaço que liga o exterior com o interior e é nesse espaço de transição que se dá a sociabilidade, ponto de encontro de professores, local do café e assinatura do livro de presença. Como diz Iwaya:

O Hall (...) juntamente com a escadaria fazem parte do jogo dialético dentro – fora, fechado – aberto, compoem a zona de transição fazendo ligação com o exterior. Era onde os professores reuniam-se para tomar o cafezinho, uma espécie de sala de visitas do colégio. Em todas essas áreas as alunas não circulavam, somente observavam de longe (Iwaya, apud BENCOSTA, 2005, p.182).

A partir do momento em que o indivíduo, ao passar pelo vestíbulo, se dirige com autorização a qualquer recinto da escola, subentende-se que ele faz parte daquele grupo. O indivíduo, dependendo para onde ele se dirigir e sua postura, terá automaticamente determinado seu espaço social:

Os lugares por onde o indivíduo circula dizem quem ele é e que posição ocupa (Idem, 2005, p.182).

4.12 – Vestíbulo dos alunos.

Os vestíbulos tinham a função de distribuição dos alunos para as salas de aulas, após a entrada em filas, vindas do pátio de recreio ou do recuo frontal, pátio de entrada. Em alguns Grupos Escolares, esse ambiente estava configurado nos próprios corredores de acesso às salas de aulas. Nem todos os Grupos tinham em sua construção o vestíbulo. Exemplo é o Grupo Escolar Romão Puiggari que, após a entrada no corredor de distribuição e acesso às salas de aulas, tinham as portas diretamente nos corredores. No Grupo Escolar do Carmo, havia o vestíbulo na entrada lateral. Presumivelmente, os alunos entravam pelos fundos, já que existiam dois

portões laterais. A entrada pelos fundos era feita através de duas escadas, uma para cada seção, e o ponto final dessa escada era um alpendre ou varanda, inexistindo um vestíbulo fechado.

O Grupo Escolar Padre Anchieta também não possuía o vestíbulo antes das salas de aulas. É muito provável que, também nesse Grupo Escolar, os alunos entrassem na escola pelos fundos, permanecendo as entradas laterais, que eram as principais, apenas para os professores. Essa suposição é sugerida pelo fato de que os alunos da Escola Normal Caetano de Campos se reuniam no pátio dos fundos da escola por onde, em fila, entravam nos corredores e nas salas de aulas.



Figura 70. Fotos da entrada pelos fundos da Escola Normal Caetano de Campos. Os alunos formavam a fila normalmente no pátio dos fundos das escolas, para ficarem protegidos da rua. Na entrada, passavam pelos vestíbulos ou hall de distribuição para as salas de aulas.

Ali se despediam os colegas de séries diferentes. Nele, eram obrigados a manter a voz baixa, pois sabiam que estavam entrando em local de respeito. Com o aumento do número de professores, esse espaço se tornaria o ponto de encontro:

A fragmentação de professores e alunos em cursos ou graus realça o papel e significado dos lugares comuns ou de encontro. E, entre eles, da galeria ou vestíbulo junto à entrada. Tanto Rufino Blanco quanto Ballesteros Sáinz, entre outros autores, indicam a necessidade de um lugar que sirva de sala de espera, distribuição e reunião. Mas seu sentido, simbologia e uso variam de um a outro autor. Assim, para Angel Lorca, diretor do Grupo Escolar Cervantes, de Madrid, esse era o espaço comum prévio à separação (FRAGO, 2001, p. 115)

Nesse vestíbulo eram deixados os guarda-chuvas e demais peças de vestuário (chapéu, boinas ou bonés). Ali permaneciam os objetos até o horário da saída. Era ali também a sala de espera dos alunos, local onde se recompunham e se organizavam para poder entrar na sala dignamente:

Por isso é preciso que antes de chegar à Escola ou sala de aula, haja uma ante-sala onde se reúnam as crianças, onde tirem suas capas, gorros e demais acessórios indumentários, e onde se efetue a revista de limpeza, etc. A fim de que, ao passar desse local à Escola, façam-no com a maior ordem e compostura, formando-se sempre a idéia de que não podem adentrar de qualquer maneira, senão com o maior respeito, no santuário da ciência (FRAGO, 2001, p. 116).

Nesse momento, também os alunos passavam por uma revista higiênica pelos professores. Essa verificação antes de entrar na sala de aula, estava registrada no Regimento Interno, como segue:

Artigo 102. 7ª. – A chegada do aluno á escola deve-se verificar o seu asseio.

8ª. – Depois do recreio e antes de ir a classe o aluno deverá lavar as mãos (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, apud MENON, 2000, p. 218).

No vestíbulo, os alunos eram “revistados”, para se saber se estavam de acordo com o fixado pela regulamentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tudo, entendemos que “o espaço escolar tem de ser analisado como *constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos*” (FRAGO, 2001, p. 26), independente de conclusões formadas ou não, nenhuma delas estará completa, definida e concluída.

O que muitos arquitetos com frequência esquecem é que dentro de uma escola — que não é e não deveria ser tratada simplesmente como uma escultura — *existe gente*. Num projeto arquitetônico, em que a preocupação imperante deveria ser sempre a pessoa, a atenção principal se concentra na criação de uma obra monumental. Neste caso, *a imagem é tudo!*

Fez parte desse trabalho o número expressivo de 128 desenhos, entre eles plantas, fachadas, cortes, implantações, muros, portões, vitrais e detalhes de acabamentos de interiores e fachadas que “denunciam” a presença constante das transformações pedagógicas nos projetos dos edifícios escolares. Os desenhos mostram nitidamente, em seus detalhes de construções, a importância de um Grupo Escolar comparado a outros. Os desenhos abaixo relacionados são apenas alguns registros consultados e copiados do acervo da CPOS⁷¹:

A imagem do Grupo Escolar pode gerar situações psicológicas que condicionam o comportamento das pessoas. O prédio possui o poder de oprimir, acolher, proteger, prender ou mesmo libertar: “A imaginação aumenta os valores da realidade” (BACHELARD, 1993, p.23).

Os símbolos que compõem esses prédios nem sempre são explícitos. São símbolos sociais e culturais ocultos ou disfarçados em adornos. Poderíamos mesmo dizer que são adornos de poder a serviço de uma racionalidade panóptica em favor da graduação pedagógica.

Um pequeno detalhe de arquitetura não deve ser desenhado por sua insignificância. Uma linha indicando a nobreza, um arco indicando o culto e o respeito,

⁷¹ Companhia Paulista de Obras e Serviços – SP.

a simetria indicando a austeridade, a responsabilidade, a rigidez, a seriedade, o equilíbrio, etc. A forma pesada e detalhada causando susto e surpresa, sugerindo segredo. A influência das formas — o quadrado, o círculo e outros elementos — poderia ocasionar medo e respeito, impondo a obediência, a admiração pelos símbolos que recordam o otimismo republicano. Os materiais nobres impondo objetivos. A arquitetura disciplinadora sempre foi uma realidade, embora talvez pouco observável pelos cidadãos. “A ditadura do arquiteto” (FRAGO, 2001, p. 30) está bem além do que os olhos vêem.

É fato que a cultura e a arquitetura européias influenciaram a arquitetura do Grupo Escolar Paulista. “Veremos a imaginação construir paredes com sombras impalpáveis, reconfortar-se com ilusões de proteção – ou inversamente, tremer atrás de grossos muros, duvidar das mais sólidas muralhas” (BACHELARD, 1993, p. 25), disfarçados na cultura de outros países:

A memória – coisa estranha! – não registra a duração concreta... É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências. O inconsciente permanece nos locais. As lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas” (Idem, 1993. p. 28).

O espaço é o tempo concretado. Seguindo as palavras de Bachelard, podemos dizer que o espaço, como forma material e edificação, é a herança que nos deixaram do passado vivido. Nos edifícios escolares encontramos diversos fragmentos de realidades do passado. É o cotidiano visto além dos tempos. Somos capazes de descobrir a origem de povos através de objetos e dos espaços. Através do conhecimento do espaço podemos entender planetas, países, sociedades, comunidades e, também, o indivíduo. Podemos definir ou imaginar vida em outros planetas, observando as características climáticas e topográficas. Dimensionar o poder, o medo, as tragédias, a vida em países observando suas cidades, muros, muralhas, praças sangrentas, templos. “A memória não registra a duração concreta, é pelo espaço, é no espaço que encontramos esses belos fósseis de duração por longo tempo...” (BACHELARD, apud Frago, 2001, p. 62).

A importância do espaço como disciplinador do indivíduo, como educador, leva-nos a compreender a subjetividade do espaço. Este passa a ser coadjuvante da

“construção” da cultura da escola seriada na Primeira República. Frago assevera que a formação do espaço escolar é um elemento significativo e de vital importância na formação da pedagogia. É um mediador cultural, e que a arquitetura é uma forma discreta e silenciosa de ensino. O espaço educa (FRAGO, 2001, p. 78). O mesmo autor transforma a arquitetura escolar em projetos, determina, nomeia os espaços. Convenciona. Constrói uma arquitetura, mas vai muito além de distribuir espaços e definir seus usos. Persegue as intenções e as intervenções do Estado e de organismos públicos que invadem a construção da arquitetura escolar. As intenções são relativas e supostamente claras: Diz Frago:

Dentro de uma história da escola como instituição social e cultural atenta à micro política e à organização interna da mesma, em que a reconstrução arqueológica adquire sentido não pela mera recopilação ou enumeração de objetos – uma tarefa necessária, mas insuficiente – mas pela sua integração num esquema explicativo que interpreta e dá sentido à realidade assim construída (FRAGO, 2001, p. 13)

Para Foucault, nos sistemas de ensino (disciplina), a arquitetura pode delimitar o lugar de cada indivíduo e, dessa forma, coagir, reprimir, disciplinar. A disciplina também organiza o espaço, e com isso norteia as regras das localizações funcionais do edifício. Vai pouco a pouco restringindo os espaços da arquitetura à funcionalidade e à disciplina. O pensador francês demonstra detalhadamente o desenvolvimento de todo o sistema. A limitação que o espaço impõe é ponto crucial. Através do comportamento do indivíduo, através do controle, através das intenções de disciplina, ele constrói um espaço arquitetônico. Um espaço voltado ao controle, disciplina, dominação e poder. Nas dissertações do cotidiano - do aluno, do presidiário e/ou – são relatadas, com muita clareza, as intenções que a arquitetura oferece. Contribui para uma tentativa de controle total do indivíduo, seja na escola, seja no internato, presídio, hospital ou quartel.

As construções enxergam o aluno quase como um presidiário. Há locais para as humilhações, para os castigos, para a disciplina. Segundo Frago, a arquitetura educa; segundo Foucault, a arquitetura disciplina tanto no presídio como na escola, quase que com a mesma forma e competência. Utiliza as mesmas regras, truques e chavões espaciais.

Bachelard busca o imaginário, a arquitetura dos sentimentos e sentidos, aplica as tensões psicológicas — alegrias, tristezas, memórias, saudade — dos espaços na formação do próprio espaço. Deslumbra-se com as criações fantasmagóricas de uma criança na recriação de uma arquitetura fantástica. Uma arquitetura repleta de significados, aplicando intenções psicológicas em cada ser. A arquitetura estabelece uma ligação irreal com o real. Há uma ligação psicológica no disciplinar e no organizar o espaço escolar através das sensações que a arquitetura evoca. Conceitos do espaço arquitetural aplicados ao indivíduo refletem comportamentos, especialmente na identidade, na memória social: técnica do projeto aliada à emoção do observador.

Essa imensa riqueza de detalhes, que autores informam, reformam e transformam com aplicações tão diversas sobre a arquitetura, possui uma só intenção: entender, tentar explicar o que o ser humano aproveita, usa, domina; e como é dominado por um espaço planejado, muitas vezes com intenções que o incitam a ter comportamentos que não seriam de sua natureza. São comportamentos direcionados e articulados de forma a responder aos interesses das instituições disciplinares.

Que consciência tem o indivíduo de estar sendo manipulado por meio do espaço? Que consciência tem o professor de que o espaço que ele ocupa serve não a ele, nem ao aluno, mas ao controle do poder sobre todos eles? Percebe que o espaço morto é ressuscitado por ele mesmo? Vazio, o espaço é nada. Sem vida, sem direção, sem justificativa da sua existência, passa a não ter significado.

O indivíduo, quando ocupa o espaço, faz com que este, ainda que a princípio sem vida, crie personalidade. O espaço arquitetônico vive a partir da existência de vida orgânica nele. A partir daí, esse espaço se torna inferno, purgatório ou paraíso do indivíduo. O direcionamento do funcionamento desse espaço, mesmo que a critério de um outro indivíduo, será dado pela própria arquitetura. Uma sala de aula vazia não é nada. A sala de aula se torna um “ser” quando habitada. A sala de aula habitada sugere ações e reações no espaço. Ações e reações — de naturezas diversas — não são apenas da convivência entre os indivíduos, mas também ações e reações ao espaço.

A sensação aplicada aos espaços é cultural. As sensações que uma oca indígena produz no indivíduo urbano (desconforto, por exemplo) certamente não serão

as mesmas do indígena, e vice-versa. A interligação das sensações dadas pela arquitetura é completamente vinculada ao tipo de comunidade que vive naquele determinado espaço. O inferno dantesco, "circula", voltando-se ao centro da terra, num afunilamento que leva as "almas pecadoras" a um destino único: do sofrimento sem fim. O ponto mais quente - na verdade, o mais gelado - do planeta, onde habita Lúcifer, ser maligno, no labirinto gélido e sombrio, habita também a imaginação dos alunos em relação aos porões escuros, abafados e sombrios das instituições. Locais sombrios onde habitam seres malignos. Qual "ser" ocupa aquele espaço escuro e profundo?

As necessidades e os códigos limitam as criações arquiteturais, mas não limitam as fantasias de quem nelas ingressa. O porão nada mais é que um espaço vazio, que não permite à umidade subir pelas paredes, ou ainda, que permite ao prédio ser facilmente adaptado a quase todo tipo de relevo e, conseqüentemente, a sua fácil implantação.

De uma forma ou de outra, as sensações, as limitações, os devaneios da arquitetura escolar fizeram parte da formação do indivíduo e, conseqüentemente, de sua sociedade.

Quem define o espaço, quanto à forma, são os arquitetos e engenheiros, nem sempre preparados para projetar a função e o espaço confortável, com preocupações de implantações em regiões urbanizadas. Os arquitetos responsáveis pela criação das Escolas Paulistas da Primeira República copiavam idéias arquitetônicas da Europa, onde tinham ido estudar e viver. Inevitavelmente envolvidos por uma memória – ou técnica – transferem para seus projetos as experiências vividas. Mas, uma realidade completamente fora dos padrões nacionais. O homem busca sua identidade dentro de parâmetros limitados dos modismos que lhe são impostos. Uma identidade não verdadeira. Uma identidade de arquitetura que não convém à sua natureza. Uma identidade de símbolos impostos de tal forma que o indivíduo que não o aceita, será excluído da sociedade. Um monumento ao ecletismo, imposto por engenheiros e arquitetos, de algo fora do comum em determinado ambiente, faz com que os indivíduos percam seus verdadeiros valores. Ou pior, aceitem passivamente o que lhes é imposto; aceitem como verdadeira uma arquitetura trazida dos salões em que a realidade política manipula e controla a sociedade "indefesa" (?).

As normas e as leis, sempre em transformação, contribuem autocraticamente ainda hoje para a definição desse espaço. Leis que obrigavam as instituições escolares da Primeira República a possuírem entradas separadas, preferencialmente opostas, para meninos e meninas, obrigavam e criavam situações sociais e acreditam nelas e aceitam como verdadeiras e corretas.

A falta de criatividade (ou poder?) para lidar com a sociedade de maneira a perceber quão diferente é um indivíduo do outro, e a necessidade de dominação de grupos sociais provocam a homogeneização da comunidade através de regras, discursos, e também de arquitetura. É a melhor forma de manter sob controle toda a sociedade (?). O controle através da arquitetura está intimamente ligado à sua disposição no espaço, à cultura da sociedade em que se insere. Essa cultura também está exposta nos signos, símbolos utilizados também na própria arquitetura. Os laços com a “casa de Bachelard” ainda possui “espaço” na cultura da comunidade. O pensamento que nos leva ao passado vivido, de que os prédios escolares são apenas fachadas expostas, é a própria admiração por ele mesmo.

A arquitetura importada de engenheiros e arquitetos formou os novos conceitos de escola juntamente com a nova (velha) pedagogia. Foram mais de 170 projetos de Grupos Escolares construídos entre 1890 e 1920. A arquitetura escolar é calculada para inserir um sistema de valores calculados por sistemas políticos, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

Podemos observar que o prédio escolar mostra os elementos funcionais necessários ao programa da época, e os símbolos aliados à decoração — muitas vezes resolvidos na obra e não no projeto — ainda que tenham mudado, continuam em destaque nos lugares, tanto nas fachadas como nas salas de aulas. O prédio escolar está carregado de conceitos, símbolos e significados que vão colaborar, ou não, na instrução desses alunos.

Na casa, ficará um número enorme de lembranças bem guardadas:

Numa curta frase, Victor Hugo associa as imagens e os seres da função de habitar. Para Quasímodo, diz ele, a catedral fora sucessivamente o ovo, o ninho, a casa, a pátria, o universo. Quase se

poderia dizer que ele havia tomado a forma dela, como o caracol toma a forma da concha. Era sua morada, sua toca, seu invólucro... Estava, por assim dizer, colado a ela como a tartaruga ao casco” (BACHELARD, 1993, p. 103).

Um outro universo sempre virá com novas lembranças. Cada lembrança tem seu lugar. Voltaremos sempre para esse lugar para que as lembranças se tornem mais fortes. Sim, podemos lembrar de tudo vivendo longe da casa, do lugar, mas é lá que as lembranças se acenderão, conseguirão se tornar vivas novamente. No lugar, no espaço da casa — e qualquer outro — é que as lembranças se tornarão presentes. Essa admiração e lembrança ficam mais fortes ao ver um Grupo Escolar desse período. Quem viveu recorda, quem não viveu, imagina cenas que não viveu, castigos que não cumpriu, alegrias que não teve...

O prédio escolar transforma, educa:

A arquitetura escolar é, também, por si mesma, um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade, um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (FRAGO, 2001 p. 26).

O primeiro mundo — a casa — se foi, “(...) evocando os valores da casa, adicionamos valores de sonho. Nunca somos verdadeiros historiadores; somos sempre um pouco poetas, e nossa emoção talvez não expresse mais que a poesia perdida” (BACHELARD, 1993, p. 26).

A transformação começa já na entrada, muros grossos, portões bem desenhados. Um passeio pelo jardim até chegar à grande escadaria - 10 degraus para uma criança, considerando a sua escala, já se torna uma grande escadaria. Degrau por degrau, conquistar o “pódio” de chegada! A entrada para um futuro promissor. Educação para o futuro. Futuro que só poderá ser brilhante diante de um prédio majestoso, com muros baixos e grades altas.

O prédio também assusta! Imagens se transformam. A casa — a referência — não tinha o mesmo tamanho. Vasos, medalhões, “monstros”. Cabeças de bodes, leões e carneiros, rostos flutuam pesadamente sobre os “pequenos”. “O espaço convida à ação. E antes da ação a imaginação trabalha. Ela ceifa e lavra” (BACHELARD, 1993, p.

31). A casa do aluno era muito diferente do edifício escolar, a partir daí, a imaginação “trabalha”:

“Quem fica preso no porão?” No porão também encontraremos utilidade. Enumerando suas comodidades, nós o racionalizamos. Mas ele é, a princípio, o ser obscuro da casa, o ser que participa das potências subterrâneas” (Idem, 1993, p. 36).

O portão pode não ser mais aquele portão que permitiu a entrada para o futuro promissor e cheio de glória. O portão também é aquele que impede a saída. Ele prende. A porta de entrada, que deslumbrava, se transforma num portal para o castigo, com regras e punições. “O excesso de pitoresco de uma morada pode ocultar a sua intimidade. Isso é verdade na vida, e mais ainda no devaneio” (Idem, 1993, p.32).

Porta de entrada do paraíso ou do inferno? A porta do inferno de Rodin também é muito suntuosa e repleta de detalhes:

As disciplinas, organizando as celas, os lugares e as fileiras criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos (FOUCAULT, 1977, p. 135).

No centro, o pátio interno e o olho do diretor.

Outras escolas, outros formatos. Formato em U aberto para fora convida a entrar. Permite que a rua faça parte e observe o interior. É como dois braços abertos prontos para o abraço. Formato em U voltado para dentro. Evita o barulho. Protege da rua. As janelas das salas de aula voltadas para dentro não permitem a distração com a paisagem. De qualquer forma, os peitoris mais altos, além de protegerem, impedem que o aluno, sentado em sua carteira, enxergue o lado de fora.

A escola num bloco compacto sugere estabilidade. Muitas vezes, em razão da topografia, não se permite um “esparramamento” do prédio.

Os valores mudam por completo. Esquece-se deslumbrado ou amedrontado da sua casa, e passa a valorizar, respeitar e temer o novo espaço, o organizado, o vigiado. No fundo, todo o espaço nos remete às referências da própria casa.

A admiração pelo espaço cria fantasias, paredes imensas, altas e grossas, labirintos ora sombrios ora iluminados, sombras, novas cores e luzes. A escola não é um prédio qualquer. A escala, a imaginação. Quatro, cinco, seis metros de altura para um pequeno indivíduo de menos de 1.20m de altura, é algo gigantesco.

No alto, bem no alto, onde todos podem vê-lo, o grande relógio. Ao lado, uma faixa bonita, pintada e decorada com motivos – às vezes – florais. As faixas decorativas diminuem um pouco a sensação de altura. Mas num prédio tão alto, muitas vezes, elas se perdem em meio a tanta parede.

As escadas largas. Degraus altos para crianças de 7 ou 8 anos:

Se tivéssemos de ser o arquiteto da casa onírica, hesitaríamos entre a casa de três e a de quatro andares. A casa de três andares, a mais simples com referência à altura essencial, tem um porão, um pavimento térreo e um sótão. Um andar a mais, um segundo andar, e os sonhos se embaralham. Na casa onírica, a topo-análise só sabe contar até três ou quatro. Entre o um e o três ou quatro estão às escadas. Todas diferentes. A infância é, certamente, maior que a realidade... e quando a casa se complica um pouco, quando tem um porão e um sótão, cantos e corredores, nossas lembranças têm refúgios cada vez mais bem caracterizados (BACHELARD, 1993, p. 43).

Repletos de símbolos, significados e intenções, os Grupos Escolares ainda são uma incógnita para a comunidade. Tentar revelar as intenções desses símbolos e como o prédio escolar contribuiu na formação cultural do aluno e da comunidade é desvendar o mistério da criação e sensação dos prédios escolares paulistas na Primeira Republica do Brasil.

Esse trabalho não finaliza aqui.

“O espaço convida à ação, e antes da ação a imaginação trabalha. Ela ceifa e lavra. Seria preciso falar dos benefícios prestados por todas essas ações imaginárias”. (BACHELARD, 1993, p.31)

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Luiz Augusto dos Reis. **O que é o pátio interno?** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004.

AMERICANO, J. **São Paulo naquele tempo: 1895-1915.** São Paulo: Saraiva. 1957.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura.** 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço** (tradução Antonio de Pádua Danesi; revisão da tradução Rosemary Costhek Abílio). São Paulo: Martins Fontes, 1993. Coleção Tópicos.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar.** São Paulo: Cortez, 2005.

BOTO, Carlota. **A escola primária como tema do debate político às vésperas da República.** São Paulo: UNESP. Araraquara/Universidade Mackenzie. 1999.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas (1893-1971).** São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2002.

BURDEN, Ernest. **Dicionário Ilustrado de arquitetura** (Tradução Alexandre F. da Silva Salvaterra). 2ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003. (Estudos CDAPH. Série historiografia).

_____. **Anísio Teixeira: Itinerários.** Seminário "Um olhar sobre Anísio". Mesa Redonda "Política Educacional", Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão e. **Arquitetura escolar paulista: 1890-1920.** São Paulo: FDE, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

GIDDENS, A. **The consequences of modernity.** Califórnia: Stanford University Press, 1990.

FRAGO, Antonio Vinão; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira - 1867/1918.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Ramos de Azevedo e seu escritório.** São Paulo: Pini, 1993.

MENON, Natal; FRAGA, Estefânia Knotz C. **A educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República.** São Paulo, 2000. 3v. (Tese de Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MONARCHA, Carlos. **1949-Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

MONARCHA, **História Social da Infância no Brasil.** Marcos César de Freitas (org.). São Paulo: Cortez Editora, 1997.

MORSE, Richard M. **De comunidade a metrópole**: biografia de São Paulo. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

RODRIGUES, João Lourenço. **Um Retrospecto**. São Paulo. 1930

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. **O que é o pátio interno?** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004. il., 28p.. Mimeografado

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. **Anhangabaú: história e urbanismo**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: 1889-1910. São Paulo: UNESP, 1998.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Espaço e Educação**: Os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas. (Dissertação de mestrado). São Paulo: FAUSP, 1992.

CIRLOT, Juan Eduardo. **Dicionário de Símbolos**. São Paulo: Ed. Moraes, 1999.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1908/1909, 1909/1910.

A EDIFICAÇÃO ESCOLAR EM SÃO PAULO. Publicação da Diretoria Geral do Ensino – 1934. Governo do Estado de São Paulo. Interventor federal: Doutor Armando de Salles Oliveira. Secretario da Educação e Saúde Publica: Dr. Christiano Altenfeldersilva. Diretor Geral do Ensino: Dr. Francisco Azzi.

PMSP. 1992. **O poder em São Paulo: história da administração pública da cidade de São Paulo.** PMSP. 1992.

LEIS:

CÓDIGO DE POSTURAS DA CIDADE DE SÃO PAULO. 1886. Acervo FAU/USP.

CODIGO SANITARIO. DECRETO ESTADUAL N. 233, de 2/3/1894. Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1912. Tipographia do Diário Oficial. Tomo XXII. São Paulo. 1913.

Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1913. Tipographia do Diário Oficial. Tomo XXII. São Paulo. 1914.

CAMPOS, Bernardino de. Regimento Interno das Escolas Públicas. Decreto n. 248 de 26 de julho de 1891.

DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1898

GERGRAN. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Economia e Planejamento. Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo. 1974.

ARQUIVOS:

Acervo Companhia Paulista de Obras e Serviços – São Paulo.

Arquivo Municipal de Negativos DIM/DPH/SMC/PM

Acervo de livros raros e mapas da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – FAUSP.

Acervo do Museu Paulista – São Paulo

REVISTAS:

Historia Viva. n.5 - março. 2004.

Revista de Ensino. N.1, p.101, São Paulo. 1903.

FARIA FILHO, L - **O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões.** Rev. Fac. Educ. vol.24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998.

INTERNET:

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=s0102-25551998000100010&lng=en&nrm=iso>

Acesso em 27 novembro 2005

Disponível em:

< <http://www.mariocovas.sp.org.br/> >

Acesso em: 27 novembro 2005.

Disponível em:

<[www.vitruvius.com.br /arquitextos/arq000/esp322.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp322.asp)>

Acesso em: 30 março 2007.

Disponível em:

<<http://www.saude.sp.gov.br/porta1/d8a43c7bc0a8012200ebcddb6e885f0.htm>>

Acesso em: 25 julho 2006.

Disponível em:

<<http://cortico.pcc.usp.br/html/etepas%20expansão.html>>

Acesso em: 23 setembro 2006.

Disponível em:

<<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura431.asp>>

Acesso em: 25 julho 2006.

Disponível em:

<http://www.saopaulocafeturismo.com.br/wordpress/?page_id=45>

Acesso em: 23 setembro 2006.

Disponível em:

<http://www2.uol.com.br/historiaviva/conteudo/materia/materia_14.html>

Acesso em: 15 agosto 2006.

Disponível em:

<<http://www.memorialdoimigrante.sp.gov.br>>

Acesso em: 23 julho 2006.

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/>>

Acesso em: 20 janeiro 2007.

Disponível em:

<<http://www.google.com.br>>

Acesso em 25 julho 2007.

DESENHOS:

Escola Normal “Caetano de Campos”

Ano: 1889 - Cidade: São Paulo.

Projeto de Ramos Azevedo; Planta do 1º pavimento (térreo); Planta do 2º pavimento; Planta do 3º pavimento; Desenhos de 1933; Projeto de José M. Silva; Ampliação do 3º. Pavimento para sede do Inst. De Educação; Fachada lateral; Fachada principal (FONTE: CPOS).

Grupo Escolar da “Várzea do Carmo”

Ano: 1890 - Desenhos de 1938 - Cidade: São Paulo.

Planta pavimento térreo; Planta do pavimento superior. (fonte: CORRÊA, p. 105, 106)

Grupo Escolar de “Amparo” (Luiz Leite)

Ano: 1894 - Desenhos de 1941 - Cidade: Amparo.

Planta pavimento térreo; Planta pavimento superior; Implantação; Fachada principal (fonte: CPOS).

Grupo Escolar de “Pindamonhangaba”

Ano: 1895 - Desenhos de 1901 - Cidade: Pindamonhangaba Projeto de José Van Humbeeck; Fachada principal; Planta pavimento térreo; Planta do embasamento (fonte: CPOS).

Instituto de Educação “Cardoso de Almeida”

Ano: 1896 - Desenhos de 1967 - Cidade: Botucatu.

Planta pavimento superior; Planta do porão; Planta do pavimento térreo. (FONTE: CPOS).

Primeiro Grupo escolar de “Campinas”

Ano: 1897 - Desenhos de 1939 - Cidade: Campinas Grupo Escolar “Francisco Glicério”

Planta pavimento térreo; Planta pavimento superior; Fachada; Implantação (FONTE: CPOS).

Grupo Escolar do “Braz”

Ano: 1898 - Desenhos de 1903 - Cidade: São Paulo.

Projeto de Ramos Azevedo; Desenho de fachada; Desenho da planta do pavimento térreo. (fonte: CPOS).

Grupo Escolar de “Tietê”.

Ano: 1899 - Desenhos de 1905 - Cidade: Tietê.

Projeto de Jose Van Humbeeck; Implantação; Detalhe de portão; Muro; Recreio dos meninos (fonte: CPOS).

Campos Elíseos - Grupo Escolar “João Kopke”

Ano: 1900 - Desenhos de 1934 - Cidade: São Paulo.

Planta pavimento térreo; Planta pavimento superior; Implantação; Corte transversal; Corte longitudinal (fonte: CPOS).

Segundo Grupo Escolar de “Amparo”

Ano: 1903 - Desenhos de 1916 - Cidade: Amparo Projeto de Manuel Sabater; Planta do primeiro pavimento; Planta do segundo pavimento (fonte: CPOS).

Grupo Escolar “Antonio Padilha”

Ano: 1909 - Cidade: Sorocaba.

Projeto de Manuel Sabater; Planta Geral (implantação).

Grupo Escolar “Antonio Padilha”

Ano: 1910 - Cidade: Sorocaba.

Projeto de Manuel Sabater; Implantação do Grupo Escolar “Antonio Padilha” (fonte: CPOS).

Escola Modelo Preliminar de “Itapetininga”

Ano: 1910 - Cidade: Itapetininga.

Projeto de Ramos Azevedo.

Fachada (fonte: CPOS).

Escola Modelo Preliminar e Escola Modelo Complementar de “Itapetininga”

Ano: 1910 - Cidade: Itapetininga.

Projeto de Ramos Azevedo; Planta do porão; Planta do 1º. Pavimento; Fachada lateral (fonte: CPOS).

Escola Normal, Modelo e Preliminar de “Itapetininga”

Ano: 1910 - Cidade: Itapetininga.

Projeto de Ramos Azevedo; Planta do pavimento térreo e fachadas; Planta do porão; Planta do térreo; Planta do 1º. Pavimento (fonte: CPOS).

Grupo Escolar de “Itararé”

Ano: 1910 - Desenhos de 1911 - Cidade: Itararé

Projeto de José Van Humbeeck; Planta pavimento térreo; Implantação; Desenho de muro e portão; Detalhe de colunas do muro; Planta do recreio e banheiros; Fachada principal; Planta de acesso principal (fonte: CPOS).

Grupo escolar de “Avenida Paulista” - atual “G. E. Rodrigues Alves”

Ano: 1911 - Cidade: São Paulo.

Projeto de Carlos Rosencrantz; Planta do 2º. andar; Planta do 3º.andar; Planta do 1º.pavimento; Fachada principal; Fachada lateral; Fachada posterior; Corte transversal; Corte longitudinal (fonte: CPOS).

Grupo Escolar do “Bom Retiro”

Ano: 1911 - Cidade: São Paulo.

Projeto de João Bianchi; Planta do porão; Planta do 1º pavimento (térreo); Planta do 2º. Pavimento; Fachada frontal; Fachada lateral direita; Fachada posterior; Corte transversal; Detalhe da fachada principal; Detalhe das janelas da fachada; Corte longitudinal da escada; Corte transversal da escada; Portão de acesso; Detalhe do gradil (fonte: CPOS).

Grupo Escolar “Antonio Padilha”

Ano: 1911 - Cidade: São Paulo.

Projeto de Manuel Sabater; Desenho de detalhe da cornija (fonte: CPOS).

Grupo Escolar do “Braz”

Ano: 1911 - Cidade: São Paulo.

Projeto de Manuel Sabater; Planta do pavimento térreo (porão-aulas noturnas); Planta do 1º pavimento (sexo feminino); Planta do 2º. Pavimento (sexo masculino); Fachada principal; Desenho de portão e gradil (1912); Desenho de vitrais (1912) (fonte: CPOS).

Escola Normal de “Pirassununga”

Ano: 1911 - Desenhos de 1916 - Cidade: Pirassununga.

Planta pavimento térreo (levantamento) (fonte: CPOS).

Grupo Escolar “Antonio Padilha”

Ano: 1912 - Cidade: Sorocaba.

Projeto de Manuel Sabater; Desenho de detalhe das “sombras” (fonte: CPOS).

Grupo Escolar “Antonio Padilha”

Ano: 1913 - Cidade: Sorocaba Projeto de Manuel Sabater; Implantação e projeto de corte e aterro; Planta de banheiros; Desenho de portão e gradil; Detalhes do muro; Detalhes de portas de banheiros; Detalhes de estrutura do telhado (fonte: CPOS).

Grupo Escolar “Antonio Padilha”

Ano: 1915 - Cidade: Sorocaba.

Planta e corte de palco; Planta e corte de cozinha; Planta e corte de banheiros (fonte: CPOS).

Grupo Escolar “Rodrigues Alves”

Ano: 1917 - Cidade: São Paulo

Projeto de Ramos de Azevedo; Planta Pavimento térreo; Planta do 1º. Pavimento; Fachada principal; Fachada Lateral; Detalhe da fachada principal (janelas, adorno, bode); Desenho de gradil e portão (fonte: CPOS).

Escola Modelo “Fernando Prestes”

Ano: 1922 - Cidade: Itapetininga.

Desenho de planta do galpão e banheiros (fonte: CPOS).

Escola Modelo “Peixoto Gomide”

Ano: 1922 - Cidade: Itapetininga.

Desenho de corte de galpão e banheiros; Planta de situação (fonte: CPOS)...

Grupo Escolar do “Triumpho”

Ano: 1925 - Cidade: São Paulo.

Adaptação do projeto de H. Florence; Planta pavimento térreo; Planta pavimento superior; Planta pavimento térreo e superior – reforma (fonte: CPOS).

Grupo Escolar “Prudente de Moraes”

Ano: 1933 - Cidade: São Paulo.

Av. Tiradentes; Projeto de Ramos Azevedo; Estudo do pavimento térreo; Estudo do 1º andar; Fachada principal (fonte: CPOS).

Grupo Escolar “Marechal Deodoro”.

Ano: 1933 - Cidade: São Paulo.

Projeto de Ramos Azevedo; Rua dos Italianos, 99 – Bom retiro – SP; Desenho de implantação; Planta do térreo; Planta do 1º. Pavimento; Fachada; Corte longitudinal; Corte Transversal; Corte do galpão; Desenho de portas (fonte: CPOS).

Grupo Escolar “Orestes Guimarães”

Ano: 1933 - Cidade: Botucatu.

Residência adaptada; Planta térrea; Planta piso superior; Fachada (fonte: CPOS).

Grupo Escolar do “Braz”

Ano: 1934 - Cidade: São Paulo.

Planta pavimento térreo; Fachada principal; Corte longitudinal; Corte Transversal (fonte: CPOS).

Grupo escolar “Fernando Prestes”

Ano: 1956 - Cidade: Itapetininga.

Projeto de “Diretoria de Obras Públicas”; Ampliação da escola; Planta do embasamento (porão); Planta do pavimento térreo; Planta do pavimento superior; Planta de locação; Fachada com ampliação (fonte: CPOS).

ANEXO “A”

Código de Posturas do Município de São Paulo – 1886.

ANEXO “B”**Código Sanitário de 1894.**

ANEXO “C”

Relação dos Grupos Escolares Existentes de Propriedade do Estado na Capital e no Interior.

ANEXO “D”

**Desenhos do Terceiro Grupo Escolar do Braz – Grupo Escolar
Padre Anchieta.**

ANEXO “E”

**Desenhos do Grupo Escolar de Avenida – Grupo Escolar
Rodrigues Alves.**

ANEXO “F”

**Desenhos do Primeiro Grupo Escolar do Braz – Grupo Escolar
Romão Puiggari.**

ANEXO “G”

Desenhos do Grupo Escolar da Várzea do Carmo.

ANEXO “H”

Mapa da Cidade de São Paulo – 1881.

ANEXO “I”

Mapa da Cidade de São Paulo – 1907.

ANEXO “J”

Mapa da Cidade de São Paulo – Sem Data.

ANEXO “K”

Mapa da Cidade de São Paulo – 1897.

ANEXO “L”

Mapa da Cidade de São Paulo (1881/1907) – Localização dos Grupos Escolares.

ANEXO “M”

Regimento Interno das Escolas Públicas – 1894.

ANEXO “N”**Código Sanitário – 1912.**

ANEXO “O”

Código Sanitário – 1918.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Corte esquemático da cidade de São Paulo.	6
Figura 2.	Localização da Escola Normal	20
Figura 3.	Caixas d'água e escada de acesso ao sótão no Grupo Escolar da Várzea do Carmo.....	27
Figura 4.	Desenho de porta do Grupo Escolar Rodrigues Alves.	29
Figura 5.	Viaduto do Chá.	38
Figura 6.	Hospedaria do Imigrante.	43
Figura 7.	De 1890, o Museu do Ipiranga.	45
Figura 8.	Avenida Paulista em 1902.	47
Figura 9.	Localização do Grupo Escolar Romão Puiggari. Mapa de 1881.....	52
Figura 10.	Localização do Grupo Escolar da Várzea do Carmo. Mapa de 1881.....	54
Figura 11.	Localização do Grupo Escolar Padre Anchieta. Mapa de 1881 - 1907.	55
Figura 12.	Localização do grupo Escolar Rodrigues Alves. Mapa de 1907.....	56
Figura 13.	Trajeto do sol no Grupo Escolar Romão Puiggari.....	59
Figura 14.	Trajeto do sol no Grupo Escolar Várzea do Carmo.....	60
Figura 15.	Trajeto do sol no Grupo Escolar Rodrigues Alves.	61
Figura 16.	Dobradura do Grupo Escolar Romão Puiggari.....	65
Figura 17.	Grupo Escolar Romão Puiggari. Desenho da fachada principal, cópia do desenho original. Foto 1 – Detalhe sobre a coluna do portão de entrada. Foto 2 – Detalhe do portão da entrada principal. Foto 3 – Entrada principal da escola. Foto 4 – Parcial da fachada principal. Foto 5 - Portas de entrada para as seções masculina e feminina.	66
Figura 18.	Grupo Escolar Romão Puiggari. Desenho da planta do porão. Foto 1 – Parcial da fachada dos fundos. Foto 2 – Frontão da fachada dos fundos. Foto 3 – Entrada lateral direita. Foto 4 – Corredor do porão com porta dividindo seção masculina da feminina. Foto 5 – Janela para sala de aula do porão (fundos). Foto 6 – Passadiço que antigamente ligava o edificio principal aos banheiros com muro dividindo as seções masculina e feminina. Foto 7 - detalhe da cobertura da entrada lateral.	67
Figura 19.	Grupo Escolar Romão Puiggari. Desenho da planta do pavimento térreo. Foto 1 – Lateral esquerda da fachada principal. Foto 2 – Detalhe da parede das salas de aulas (lambрил) e piso de madeira. Foto 3 – Piso, ladrilho hidráulico, no hall de entrada principal e porão. Foto 4 – Porta de entrada principal. Foto 5 – Entrada lateral esquerda. Foto 6 – Frontão lateral esquerda. Foto 7 – Parcial da fachada principal. Janelas venezianas no piso térreo e vidro no piso superior. Foto 8 – Janela do piso superior.	68

Figura 20. Grupo Escolar Romão Puiggari. Desenho da planta do pavimento superior. Foto 1 – Corrimão da escada principal. Foto 2 – Porta de entrada para sala de aula. Foto 3 – Janelas da sala de aula frontal, com veneziana. Foto 4 – Janela de abrir da sala de aula. Foto 5 – Entrada principal voltada para o norte. As salas voltadas para o sul não pegam sol. Foto 6 - Corredor do pavimento superior (antigamente existia uma janela ao fundo do corredor).

69

Figura 21.	Desenho original do G. E. Romão Puiggari.	72
Figura 22.	Desenho da fachada do G.R. Romão Puiggari.	73
Figura 23.	Brasão na fachada principal do Primeiro Grupo Escolar do Braz.	74
Figura 24.	Detalhes dos banheiros do G. E. Antonio Padilha, em Sorocaba.	78
Figura 25.	Salas de aula do Grupo Escolar Romão Puiggari, piso térreo.	80
Figura 26.	Dobradura do Grupo Escolar Padre Anchieta.	82
Figura 27.	Grupo Escolar Padre Anchieta. Desenho da fachada frontal.	83
Figura 28.	Grupo escolar Padre Anchieta. Desenho da planta do pavimento térreo. Foto 1 – Vista das varandas (corredores) através do pátio central. Foto 2 – Parte da fachada principal da escola. Foto 3 – Janelas do segundo pavimento. Fundos. Foto 4 – Vista das varandas (corredores) vista do pátio central. Foto 5 – Escada de acesso ao segundo pavimento. Foto 6 – Acesso aos fundos da escola.	84
Figura 29.	Grupo Escolar Padre Anchieta. Desenho da planta do primeiro pavimento, seção feminina. Foto 1 – Peitoril, vitral e piso da varanda com vista para o pátio interno. Foto 2 – Janela de abrir das salas de aula. Foto 3 – detalhe da fachada dos fundos. Foto 4 – Vista da varanda para o pátio central. Foto 5 – Detalhe do piso da varanda. Foto 6 - Escada de acesso ao segundo pavimento.	85
Figura 30.	Grupo Escolar Padre Anchieta. Desenho da planta do segundo pavimento, seção masculina. Foto 1 – Uma das vistas do pátio central. Foto 2 – Detalhe da janela da sala de aula reversível. Foto 3 – Entrada lateral direita, acesso à Travessa das Flores. Foto 4 – Vista do pátio central. Foto 5 – Detalhe do frontão da fachada. Foto 6 – Detalhe do frontão principal da fachada.	86
Figura 31.	Detalhe da planta da saída para os fundos do 1º Pavimento do Grupo Escolar Padre Anchieta.	90
Figura 32.	Planta do vestiário feminino do Grupo Escolar Padre Anchieta.	90
Figura 33.	Proteção dos corredores.	91
Figura 34.	IN SAPIENTIA LIBERTAS	93
Figura 35.	Dobradura do Grupo Escolar da Várzea do Carmo.	94
Figura 36.	Grupo Escolar da Várzea do Carmo – Desenho da Fachada dos fundos.	95
Figura 37.	Grupo Escolar da Várzea do Carmo. Desenho da planta do pavimento térreo. Foto 1 – Detalhe do ladrilho hidráulico. Piso da entrada da escola. Foto 2 – Porta de entrada da Travessa das Flores. Foto 3 – Mictório e piso hidráulico do banheiro masculino do piso	

térreo. Foto 4 – Detalhe da bandeira fixa sobre a porta de entrada principal e retrospectção do roda-teto. Foto 5 – Varanda nos fundos do edifício. Foto 6 – Porta da entrada através da varanda dos fundos. 96

Figura 38. Grupo Escolar da Várzea do Carmo. Desenho da planta do pavimento térreo. Foto 1 – Detalhe do corrimão da escada principal. Foto 2 – Entrada principal da escola. Foto 3 – Portão lateral esquerdo da escola. Entrada de alunos. Foto 4 – Janela para o porão da escola. Foto 5 – Detalhe da fachada principal. Janelas. Foto 6 – Esquina da Rua da Boa Morte (Rua do Carmo) com Travessa das Flores. 97

Figura 39. Grupo Escolar da Várzea do Carmo. Desenho da planta do pavimento superior. Foto 1 – detalhe do forro de madeira do hall da escada de entrada lateral. Foto 2 – Sala de aula reversível. Foto 3 – Vitral da varanda frontal. Foto 4 – Estrutura do telhado e forro de madeira. Acesso as caixas de água. Foto 5 – Escada de madeira de acesso ao telhado e as caixas de água. Foto 6 – Detalhe do canto arredondado das paredes e roda teto. 98

Figura 40. Desenho da fachada dos fundos do Grupo Escolar da Várzea do Carmo .. 101

Figura 41. Desenho da entrada principal do G. E. da Várzea do Carmo. 102

Figura 42. Detalhe da platibanda da fachada. 102

Figura 43. Escada de acesso ao pavimento superior localizada na entrada pela Travessa das Flores..... 103

Figura 44. Escada dos fundos do edifício com chegada nas varandas..... 104

Figura 45. Desenho do corte com a localização da fossa já no projeto..... 105

Figura 46. Dobradura do Grupo Escolar Rodrigues Alves. 107

Figura 47. Grupo Escolar Rodrigues Alves. Desenho da fachada principal. Foto 1 - Terraço sobre a entrada da seção feminina. Foto 2 - Detalhe sobre as janelas centrais do edifício. Foto 3 - Janela central do edifício. Foto 4 - Nome do Grupo Escolar sob o brasão da escola na entrada principal da seção masculina. 108

Figura 48. Grupo Escolar Rodrigues Alves. Desenho da planta do pavimento térreo. Foto 1 - Fachada principal do edifício em 2006. Foto 2 - Nome do Grupo Escolar sob o brasão da escola na entrada principal da seção masculina. 3 - Fachada principal do edifício em 2006 109

Figura 49. Grupo Escolar Rodrigues Alves. Desenho da planta do pavimento superior. Foto 1 - Vitral que ilumina as escadas. Foto 2 - Durante trabalho de retrospectção na restauração do edifício em 2005. Foto 3 - Corredor durante a restauração do edifício em 2005. Foto 4 - Vista da escada de madeira, lateral direita, seção masculina, durante a restauração do edifício em 2005. Foto 5 - Janela tipo guilhotina de uma das salas de aulas durante a restauração do edifício em 2005. Foto 6 - Detalhe do canto de parede arredondado e lousa. Piso de madeira. 110

Figura 50. Detalhe dos banheiros do G.E. Rodrigues Alves..... 112

Figura 51. Detalhes dos banheiros do G.E.Rodrigues Alves. 113

Figura 52. Banheiro de professoras do G.E.Rodrigues Alves. 114

Figura 53.	Banheiro do diretor ou professor do G.E.Rodrigues Alves.....	115
Figura 54.	Vasos, compotas, bode. Detalhe da fachada do G.E.Rodrigues Alves.....	116
Figura 55.	Detalhe de salas de aula do G.E. Romão Puiggari.	124
Figura 56.	Detalhe de salas de aula do G. E. Prudente de Moraes.	124
Figura 57.	Janelas abrindo para dentro na Escola Normal de Itapetininga.....	132
Figura 58.	Janelas de tipo guilhotina, no G. E. Rodrigues Alves.....	133
Figura 59.	Salas de aula G.E. Peixoto Gomide – Itapetininga.....	134
Figura 60.	Sala de aula do G. E. Nilo Peçanha.	135
Figura 61.	Sala de aula do G. E. Rodrigues Alves.....	136
Figura 62.	G.E. Peixoto Gomide, em Itapetininga.....	137
Figura 63.	Sala de aula do G. E. Peixoto Gomide, Itapetininga.....	138
Figura 64.	Sala de aula da E. Normal Caetano de Campos	139
Figura 65.	Detalhe da sala do diretor, Sala das professoras, e Sala dos professores ...	140
Figura 66.	Corredor do porão do G.E. Romão Puiggari..	146
Figura 67.	Fotos da aula de ginástica nos fundos da Escola Normal Caetano de Campo e do G. E. de Campinas.	155
Figura 68.	Foto de lambrequim e passadiço, e desenho das sombras do G. E. Antonio Padilha.	157
Figura 69.	Desenho do G. E. Antônio Padilha)	157
Figura 70.	Fotos da entrada pelos fundos da Escola Normal Caetano de Campos.....	169